



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

INCRA – SR 05

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional 05 – BAHIA

Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RA – Relatório Antropológico
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

| |
|--|
| Tabela 1 – Identificação da Unidade |
| Tabela 2 – Atividades vinculadas ao Objetivo Estratégico 1 |
| Tabela 3 – Resultados estratégicos previstos, vinculados ao Objetivo Estratégico 1 |
| Tabela 4 – Atividades vinculadas ao Objetivo Estratégico 2 |
| Tabela 5 – Resultados estratégicos previstos, vinculados ao Objetivo Estratégico 2 |
| Tabela 6 – Atividades vinculadas ao Objetivo Estratégico 3 |
| Tabela 7 – Resultados estratégicos previstos, vinculados ao Objetivo Estratégico 3 |
| Tabela 8 – Atividades vinculadas ao Objetivo Estratégico 4 |
| Tabela 9 – Resultados estratégicos previstos, vinculados ao Objetivo Estratégico 4 |
| Tabela 10 – Atividades vinculadas ao Objetivo Estratégico 5 |
| Tabela 11 – Resultados estratégicos previstos, vinculados ao Objetivo Estratégico 5 |
| Tabela 12 – Atividades vinculadas ao Objetivo Estratégico 6 |
| Tabela 13 – Transferências de recursos |
| Tabela 14 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do Ordenamento da Estrutura Fundiária |
| Tabela 15 – Execução dos Restos a Pagar do Ordenamento da Estrutura Fundiária |
| Tabela 16 – Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais |
| Figura 1 – Estrutura Fundiária do Estado da Bahia |
| Gráfico 1 - Estrutura Fundiária do Estado da Bahia |
| Tabela 17 – Territórios com RTID em Elaboração |
| Tabela 18 – Territórios com RTID Publicados |
| Tabela 19 – Territórios com RA a ser elaborado |
| Gráfico 2 – Índice de cadastramento de imóveis rurais |
| Gráfico 3 – Índice de análise de processos de certificação de imóveis |
| Gráfico 4 – Índice de regularização fundiária |
| Tabela 20 - Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações de Obtenção de Recursos Fundiários |
| Tabela 21 - Execução dos Restos a Pagar de Obtenção de Recursos Fundiários |
| Gráfico 5 – Índice de gastos com obtenção de terras |
| Gráfico 6 – Índice de protocolos de licença ambiental para projetos de assentamento |
| Gráfico 7 – Índice de projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida |
| Tabela 22 - Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento |
| Tabela 23 - Execução dos Restos a Pagar de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento |
| Tabela 24 – Obras concluídas |
| Tabela 25 – Obras não concluídas |
| Tabela 26 – Demanda de obras |
| Tabela 27 – Parcelas vistoriadas |
| Tabela 28 – Projetos de Assentamento beneficiados com Assistência Técnica |
| Gráfico 8 – Índice de acesso a água para consumo doméstico |
| Gráfico 9 – Índice de provimento de PDA/PRA |
| Gráfico 10 – índice de acesso à moradia nos assentamentos |
| Gráfico 11 – Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção |
| Gráfico 12 – índice de provimento de assistência técnica |
| Gráfico 13 – Renda média das famílias |
| Gráfico 14 – índice de parcelas supervisionadas |
| Gráfico 15 – índice de consolidação de assentamentos |

Tabela 29 – Registros da Ouvidoria Agrária
Gráfico 16 – Canais de acesso ao cidadão
Gráfico 17 – Natureza das demandas
Gráfico 18 – Principais receitas
Tabela 30 – Principais fontes de receitas
Gráfico 19 – Principais naturezas de despesas
Tabela 31 – Principais naturezas de despesas
Tabela 32 – Demonstrações contábeis
Quadro 1 – Estrutura de pessoal na unidade
Gráfico 20 – Índice de abrangência de capacitação
Gráfico 21 – Índice de horas de capacitação
Tabela 33 – Situação de atendimento das demandas do TCU
Tabela 34 - Situação de atendimento das demandas do CGU
Gráfico 22 – informações sobre as TCEs instauradas na Superintendência
Tabela 35 – Informações sobre as TCEs
Quadro 2 – Avaliação do sistema de controles internos da Superintendência
Tabela 36 – Situação das demandas registradas pela Ouvidoria Agrária

Sumário

| | |
|--|------------|
| 1- Apresentação | 8 |
| 2- Visão geral da unidade prestadora de contas | 9 |
| 2.1- Identificação da unidade | 9 |
| 3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional | 10 |
| 3.1- Planejamento e resultados alcançados | 10 |
| 3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos..... | 19 |
| 3.3- Desempenho operacional | 20 |
| 4- Governança | 84 |
| 4.1- Atuação da unidade de auditoria interna..... | 84 |
| 4.2- Gestão de riscos e controles internos | 84 |
| 5- Relacionamento com a sociedade | 88 |
| 5.1- Canais de acesso do cidadão | 88 |
| 6- Desempenho financeiro e informações contábeis..... | 90 |
| 6.1- Desempenho financeiro do exercício..... | 90 |
| 6.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas | 92 |
| 6.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber | 92 |
| 7- Áreas especiais da gestão..... | 99 |
| 7.1- Gestão de pessoas | 99 |
| 8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle..... | 102 |
| 8.1- Tratamento de deliberações do TCU | 102 |
| 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno | 102 |
| 8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário | 106 |
| 8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993..... | 107 |
| 9- Anexos e apêndices | 108 |
| 9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ..... | 108 |
| 9.2- Resultados do atendimento ao público externo | 109 |
| 9.3- Memória de cálculo dos indicadores | 110 |

1- Apresentação

Este Relatório de Gestão é parte integrante da prestação de contas anual da qual esta Superintendência Regional está legalmente obrigada. Este documento foi elaborado segundo a Decisão Normativa TCU N° 146, de setembro de 2015; e da PORTARIA TCU N° 321, de novembro de 2015. Foram abordados aqui aspectos quantitativos e qualitativos da gestão, explicitando tantos os avanços quanto questões que de alguma forma comprometeram o desempenho dos trabalhos.

Aprimorar e refinar a atuação do Incra é uma busca constante, por isso, procurou-se destacar neste relatório prioritariamente os aspectos relacionados à gestão, em detrimento ao mero detalhamento aprofundado da execução das Ações.

De forma geral, podemos considerar o desempenho da regional satisfatório em 2015. Salvo Ações pontuais, houve o cumprimento das metas estabelecidas. Por outro lado, na nossa avaliação, a governança e seus mecanismos de planejamento e controle ainda carecem de aprimoramento institucional. A deficiência na capacidade operacional (estrutura e humana) mais uma vez foi pontuada pela gestão como um risco ao avanço do PNRA. A forte dependência de ações e manifestações externas ao órgão, assim como a grande suscetibilidade à externalidades, também comprometem sua eficiência.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Incra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional da Bahia (SR-05)

| Poder e órgão de vinculação | | |
|--|-------------------|--------------------------|
| Poder: Executivo | | |
| Órgão de vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário | | Código SIORG: 17125 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ) | | |
| Natureza jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo | | CNPJ: 003.759.72/0007-56 |
| Principal atividade: Administração Pública Federal | | Código CNAE: 84.11-6-00 |
| Código SIORG: 1799 | Código LOA: 49201 | Código SIAFI: 373001 |
| Contatos | | |
| Telefones/fax: 71 3505-5306 / 71 3371-0094 (fax) | | |
| Endereço postal: Avenida Ulisses Guimarães, 640 – Centro Administrativo da Bahia. CEP 41.213-000 | | |
| Endereço eletrônico: luiz.guge@incra.gov.br | | |
| Página na internet: www.incra.gov.br | | |

| Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | |
|---|------|
| Código Siafi | Nome |
| | |

| Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | |
|---|------|
| Código Siafi | Nome |
| | |

3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Planejamento e resultados alcançados

Os objetivos definidos para as Superintendências Regionais pelo Incra-Sede, foram estabelecidos através do Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015, divulgada em julho de 2015 e revisada em novembro do mesmo ano. Este Plano estabelece as metas físicas e limites orçamentários das Superintendências Regionais e também da Sede, para cada Programa e Ação previstos no PPA para o Incra.

3.1.1- Objetivo Estratégico 1 - Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

| Atividade | Unidade de medida | Meta | Realizado |
|---|---|--------|-----------|
| Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido. | Famílias | 12.204 | 2.154 |
| Número de famílias atendidas com assistência técnica. | Famílias | 36.709 | 36.057 |
| Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol). | Famílias | 0 | 0 |
| Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento. | Famílias | 2.193 | 0 |
| Número de créditos instalação supervisionados | Nº de créditos supervisionados | 889 | 4.802 |
| Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental. | Nº de assentamentos monitorados | 0 | 0 |
| Número de assentamentos com licença ambiental protocolada. | Nº de licenças protocoladas | 0 | 0 |
| Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR. | Nº de regularização ambiental requerida | 0 | 0 |
| Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica | Nº de profissionais em capacitação | 0 | 0 |
| Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária. | Nº de profissionais em formação | 90 | 90 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA. | Nº de trabalhadores rurais em alfabetização | 0 | 0 |
|---|---|---|---|

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

De acordo com as diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária executada pelo Incra deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Deve, ainda, contribuir para dotar o Estado dos instrumentos para gerir o território nacional.

Em 2015, esta Regional conseguiu manter um número elevado de famílias com assistência técnica, mas por outro lado, encontrou dificuldade na aplicação do novo crédito, em virtude do grande passivo do modelo anterior, assim como não conseguiu avançar nas questões referentes à regularização ambiental.

iii. Resultados estratégicos previstos

| Curto prazo 2015 | Médio prazo 2019 (PPA) | Longo prazo 2020 em diante |
|---|---|---|
| Aplicação de 5000 novos Créditos; | Conceder 10000 novos Créditos; | Universalizar a assistência técnica; |
| Realizar diagnóstico de infraestrutura básica em 30% dos Projetos de Assentamentos; | Realizar diagnóstico de infraestrutura em 100% dos Projetos de Assentamentos; | Concluir a implantação das tecnologias de convivência com o semi-árido. |
| Preparar os procedimentos visando diversificar as estratégias de convivência com o semi-árido nos projetos de assentamento; | Iniciar a implantação das tecnologias de convivência com o semi-árido; | Reduzir o passivo de infraestrutura dos assentamentos em 50%. |
| Implantar o curso de tecnólogo em agroecologia. | Implantar mais 3 cursos de nível médio ou superior. | |

3.1.2- Objetivo Estratégico 2 - Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

| Atividade | Unidade de medida | Meta | Realizado |
|---|--------------------------|-------------|------------------|
| Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR. | Imóvel gerenciado | 22.386 | 33.799 |
| Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada. | Ha | 11.724 | 649.040,2597 |
| Número de Sistemas cadastrais e cartográficos | Nº de sistemas | 0 | 0 |

| mantidos. | mantidos | | |
|---|-------------------------|----|-----|
| Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados. | Ha | 0 | 0 |
| Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO. | Ha | 0 | 0 |
| Número de imóveis rurais georreferenciados | Imóvel georreferenciado | 14 | 7 |
| Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento. | Família atendida | 0 | 249 |
| Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento. | Documentos expedidos | 0 | 0 |
| Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS. | Imóvel regularizado | 0 | 0 |
| Número de imóveis rurais regularizados, via indireta. | Imóvel regularizado | 0 | 0 |

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Dentro da estrutura desta Regional, as atividades que culminam na persecução deste objetivo estratégico cabem à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. A execução das ações pode se dar de forma direta, com a gestão do cadastro rural e certificação de imóveis rurais; ou indireta, através dos contratos de serviços de georreferenciamento, levantamentos topográficos de vistoria para criação e demarcação de Projetos de Assentamento Rural e Territórios Quilombolas e convênios que objetivam a regularização fundiária.

As atividades realizadas pelo Serviço de Cadastro Rural e Serviço de Cartografia superaram, consideravelmente, as metas estabelecidas. Estes resultados foram alcançados graças ao aprimoramento dos procedimentos internos, considerando aspectos de controle e monitoria das ações desenvolvidas. No tocante as ações de regularização fundiária, não foi possível atingir as metas estabelecidas, devido a diversos impedimentos administrativos apresentados pelo Governo do Estado da Bahia, parceira na execução desta ação.

No âmbito do Cadastro Rural, as atividades vinculadas às ações de atualização cadastral cumpriram as metas estabelecidas, apesar do déficit de servidores neste setor. Destacamos a análise do passivo de requerimentos protocolados antes do atual sistema, ações realizadas através da ampliação da rede de Salas da Cidadania estabelecidas através de Acordo de Cooperação Técnica com as prefeituras, contratação de colaboradores eventuais para desempenho de funções administrativas e reavaliação de processos e procedimentos para otimização e controle das atividades no setor.

As atividades de auditoria das Atualizações Cadastrais, realizadas nas Unidades Municipais de Cadastro e Salas da Cidadania, não foram realizadas a contento pela falta de recursos, tanto

financeiro quanto de pessoal, limitando a verificação da qualidade das alterações realizadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Já no âmbito do Serviço de Cartografia podemos destacar as ações desenvolvidas em conjunto com a Divisão de Desenvolvimento, responsável pela ação de parcelamento de Projetos de Assentamento, através das atividades de fiscalização dos serviços de georreferenciamento, contratados pela administração pública e/ou pelas associações de assentados. Ressaltamos também a participação do Serviço de Cartografia nos processos de regularização de territórios quilombolas, com a realização das vistorias e levantamentos topográficos visando individualização dos imóveis rurais que compõem os territórios quilombolas, que propiciaram a elaboração dos Relatórios de Técnico de Identificação e Delimitação – RTID.

A descentralização orçamentária abaixo da demanda, apresentou reflexos diretos nas ações de auditoria e fiscalização das Salas de Cidadania instaladas nas prefeituras que firmaram Acordo de Cooperação Técnica com o INCRA/BA, na fiscalização dos serviços de georreferenciamento visando o parcelamento de Projetos de Assentamento e nas diligências em campo vinculadas as ações de certificação de imóveis rurais e projetos de assentamento já criados.

Os reflexos dos restos a pagar na execução das ações ligadas ao cadastro rural e cartografia não apresentaram grande impacto, haja vista, não termos muitos recursos inscritos.

As estratégias para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado são:

1. Intensificar as ações de auditoria das Unidades Municipais de Cadastro e Salas da Cidadania para a mitigação de inconsistências inseridas no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.
2. Manter a gestão junto ao governo estadual para que sejam entregues os primeiros produtos do convênio para regularização fundiária.
3. Promover auditorias na base de dados geoespaciais vinculadas às ações de certificação de imóveis rurais e projetos de assentamento.

iii. Resultados estratégicos previstos

| Curto prazo 2015 | Médio prazo 2019 (PPA) | Longo prazo 2020 em diante |
|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Fiscalizar o parcelamento de 15 Projetos de Assentamento - Georreferenciar o perímetro de 5 Território Quilombolas - Levantamento topográfico visando individualizar 50 imóveis em Territórios Quilombolas - Inserir 80 imóveis no I3Geo - Inserir 4000 imóveis certificados no SIGEF - Inserir 50 imóveis certificados no SNCI - Realizar 10 perícias técnicas | <ul style="list-style-type: none"> - Fiscalizar o parcelamento de 20 Projetos de Assentamento - Georreferenciar o perímetro de 8 Território Quilombolas - Levantamento topográfico visando individualizar 80 imóveis em Territórios Quilombolas - Inserir 90 imóveis no I3Geo - Inserir 8000 imóveis certificados no SIGEF - Realizar 20 perícias técnicas | <ul style="list-style-type: none"> - Fiscalizar o parcelamento de 25 Projetos de Assentamento - Georreferenciar o perímetro de 10 Território Quilombolas - Levantamento topográfico visando individualizar 90 imóveis em Territórios Quilombolas - Inserir 100 imóveis no I3Geo - Inserir 8000 imóveis certificados no SIGEF - Realizar 25 perícias técnicas |

3.1.3- Objetivo Estratégico 3 - Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

| Atividade | Unidade de medida | Meta | Realizado |
|---|-------------------|--------|------------|
| Área total de imóveis vistoriados. | Ha | 10.000 | 9.891,71 |
| Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado. | Nº de imóveis | 10 | 10 |
| Número de famílias assentadas. | Famílias | 2.682 | 2.704 |
| Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária. | Ha | 0 | 4.941,3577 |
| Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária. | Ha | 0 | 0 |
| Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue). | Laudos entregues | 0 | 137 |

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no Estado é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

A Bahia é um dos poucos estados que ainda oferece um bom estoque de terras improdutivas para desapropriação para fins de reforma agrária, entretanto, a localização dessas terras não coincide com as regiões de maior pressão social, além de que a qualidade de grande parte dessas áreas não atende os requisitos para o satisfatório desenvolvimento de um assentamento. A maioria dessas áreas não possui oferta de água e acesso minimamente disponível.

iii. Resultados estratégicos previstos

| Curto prazo 2015 | Médio prazo 2019 (PPA) | Longo prazo 2020 em diante |
|-------------------------------------|-------------------------------------|---|
| 20 imóveis vistoriados e Avaliados; | 60 imóveis vistoriados e Avaliados; | Aprimorar o mecanismo de obtenção de terras, através de uma reestruturação de seus processos. |
| 60 diagnósticos realizados; | 90 diagnósticos realizados; | |
| 600 famílias cadastradas; | 1.800 famílias cadastradas; | |

| |
|----------------------------|
| 120 CEFIR cadastrados; |
| 600 cadastros homologados; |
| 30 buscas cartoriais; |
| 15 atualizações de PPR. |

| |
|----------------------------|
| 180 CEFIR cadastrados; |
| 700 cadastros homologados; |
| 40 buscas cartoriais; |
| 20 atualizações de PPR. |

3.1.4- Objetivo Estratégico 4 - Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

| Atividade | Unidade de medida | Meta | Realizado |
|---|-------------------|-------|-----------|
| Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher. | Nº de mulheres | 3.460 | 0 |
| Número de mulheres beneficiárias com ATER. | Nº de mulheres | 0 | 0 |

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Em 2015 não foi disponibilizado recursos para o pagamento de crédito Fomento Mulher. A expectativa da regional era de que as primeiras mulheres tivessem tido acesso a esta nova modalidade de financiamento em 2015, mas em virtude das conveniadas de ATER não terem conseguido elaborar projetos de aplicação, não foi possível iniciar esta operacionalização.

Dentro dos atuais instrumentos de assistência técnica vigentes, não é possível quantificar o número de mulheres que estão sendo atendidas de forma direta, pois os relatórios de controle não detalham até o nível de titularidade do lote, que seria a única maneira de fazer este levantamento.

iii. Resultados estratégicos previstos

| Curto prazo 2015 | Médio prazo 2019 (PPA) | Longo prazo 2020 em diante |
|--|---|--|
| Iniciar a operacionalização do Crédito Fomento Mulher. | Incluir mecanismos de monitoramento da participação de mulheres nos atendimentos de assistência técnica; Iniciar a operacionalização de 3.000 Créditos Fomento Mulher. | Disseminar esta modalidade de crédito, universalizando-o para todas as famílias assentadas que atendam aos requisitos. |

3.1.5- Objetivo Estratégico 5 - Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

| Atividade | Unidade de medida | Meta | Realizado |
|--|-------------------|-------|------------|
| Área total de imóveis vistoriados ¹ . | Ha | 6.190 | 0 |
| Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas. | Ha | 1.777 | 1.293,6593 |
| Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos. | Nº de relatórios | 0 | 0 |
| Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados. | Nº de relatórios | 5 | 8 |
| Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos | Nº de contratos | 0 | 0 |
| Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos. | Nº de títulos | 1 | 0 |
| Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas. | Ha | 0 | 0 |

¹ Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

As décadas de 70 e 80 foram marcadas pelo fortalecimento e mobilização social na luta pela terra, inclusive com forte participação da Igreja, e nascimento dos principais Movimentos Sociais hoje existentes de forma bem consolidada.

Estamos experimentando nesta década um processo bastante similar, mas desta vez ligado às questões das comunidades remanescente de quilombos, onde prevemos que dentro de mais alguns anos, esta demanda social adquira um status superior ao da própria Reforma Agrária. O INCRA ainda não está estruturado para o enfrentamento de tal questão e a demanda desta pauta já é superior à capacidade deste órgão em dar a resposta desejada e satisfatória. A legislação também possui lacunas que devem ser corretamente preenchidas para um correto desempenho dessa ação. Dentro das atribuições que cabem ao serviço de Regularização de Territórios Quilombolas estão as seguintes ações: Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a

desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

No âmbito desta regional, para que as atribuições do setor sejam cumpridas, houve um importante reforço na equipe do serviço quilombola nos últimos 3 anos, com o ingresso de novos servidores. Entretanto, a capacidade operacional ainda está muito aquém da demanda de trabalho.

No que tange especificamente ao ano de 2015, enfrentamos uma grande dificuldade com o cancelamento de um contrato com empresa vencedora do pregão eletrônico para elaboração de relatórios antropológicos. Em cinco comunidades, das que seriam atendidas por meio desse contrato, chegaram a ser abertos cinco RTID's que tiveram que ser paralisados diante do descumprimento do contrato. Outras atividades também foram realizadas, dentre elas a abertura de 15 processos de regularização fundiária; a elaboração de 4 relatórios antropológicos sendo 3 por execução direta e um proveniente de contrato de licitação realizado em 2012; 8 RTID's publicados; 11 RTID's iniciados (sendo 5 deles paralisados como descrito anteriormente).

iii. Resultados estratégicos previstos

| Curto prazo 2015 | Médio prazo 2019 (PPA) | Longo prazo 2020 em diante |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Publicar edital do pregão que visa atender 18 comunidades - Publicação de 5 RTID's - Entrega dos Relatórios Antropológicos do Lote III | <ul style="list-style-type: none"> - Entrega dos produtos do Lote III; - Contratação e entrega dos produtos da licitação que visa atender 18 comunidades ; - Publicação de 15 RTID's; - Imissões na posse de 3 comunidades; - Titulação de pelo menos 1 comunidade. | <ul style="list-style-type: none"> - Dar início aos RTID's de pelo menos 2/3 dos processos abertos |

3.1.6- Objetivo Estratégico 06 - Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

| Atividade | Unidade de medida | Meta | Realizado |
|---|---------------------------|-------------|------------------|
| Número de jovens assentados (até 29 anos) | Nº de famílias assentadas | 0 | 0 |

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Esta Regional não fez distinção de idade no cadastro e seleção de famílias para inclusão no PNRA. O SIPRA não gera relatórios de famílias assentadas com filtro de busca por idade. Não é possível precisar quantos jovens foram assentados na Bahia em 2015.

iii. Resultados estratégicos previstos

Não há previsão de resultados para este objetivo estratégico no âmbito desta Regional.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

| Caracterização | | Prestação de contas de convênios vigentes | | |
|----------------------------------|----------------|---|-----------------|----|
| Quantidade de convênios vigentes | 16 | Prestadas | Dentro do prazo | 12 |
| | | | Fora do prazo | 0 |
| Total de valores repassados | R\$ 215.764,68 | Não prestadas | Dentro do prazo | 0 |
| | | | Fora do prazo | 4 |

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Ao final do exercício de 2015, tínhamos nesta UJ 16 (dezesseis) transferências vigentes e 4 (quatro) transferências vencidas. Deste total, 6 são na modalidade Termo de Compromisso e 14 na modalidade Convênio – foram firmados 2 (dois) convênios durante o período que somam um montante pactuado de R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais).

No Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, que também é alimentado com informações do SICONV, o exercício foi encerrado com 17 instrumentos no status de **A Comprovar** e 3 no status de **A Aprovar**. Durante o exercício foram aditivados 12 (doze) instrumentos, estendendo assim seus prazos de vigência; mesmo assim, foram comprovados um total de R\$467.235,32 (quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos) e aprovado um total de R\$ 683.000,00 (seiscentos e oitenta e três mil reais) repassados pela União.

Foram expedidas 2 (duas) notificações à convenientes por irregularidades nas prestações de contas, cujos prazos dos instrumentos se encontravam vencidos.

Nas situações de A APROVAR, as prestações de contas, bem como a realização das metas físicas foram analisadas procurando sempre cumprir os prazos estabelecido pelas normas vigentes sobre o assunto. Nos casos em que as prestações de contas se encontravam incompletas e/ou em desacordo com as normas vigentes, os convenientes foram devidamente notificados para sanar os erros encontrados.

Ressaltamos que, quando na inércia no atendimento das notificações tanto nos casos do envio da prestação de contas para comprovação como nos casos de complementação de informações das prestações enviadas, os Convenientes foram classificados, dentro do SIAFI, no status de INADIMPLÊNCIA a fim de que fossem sanadas as pendências.

A Sede desta autarquia elabora anualmente um cronograma sobre a situação da execução das transferências de recursos realizadas por SR, estabelecendo prazos para providências a serem tomadas.

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da superintendência

| Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso | | | | | | | | | | |
|--|--|---------------------------|--------|-----------------|-----------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------|----------------|
| Descrição | | Execução física | | | Execução orçamentária | | | Execução financeira | | |
| Ação | Plano orçamentário | Unidade (produto/unidade) | Meta | Execução física | Meta orçamentária | Provisão recebida | Despesa empenhada | Despesa liquidada | Valores pagos | Restos a pagar |
| 2105 | Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural | Imóvel gerenciado | 22.386 | 33.799 | 49.406,00 | 49.406,20 | 46.607,80 | 46.607,80 | 40.453,01 | 0 |
| 2114 | Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos | Sistemas mantidos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 210U | Regularização Fundiária de Imóveis Rurais | Imóvel regularizado | 0 | 0 | 0 | 5.825,63 | 515,63 | 515,63 | 0 | 0 |
| 210U | Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional | Imóvel georreferenciado | 14 | 7 | 39.244,00 | 41.026,60 | 36.579,38 | 36.567,72 | 36.567,72 | 11,66 |
| 210U | Gestão de Terras Públicas | Área diagnosticada | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 210Z | Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas | RTID publicado | 5 | 8 | 297.643,00 | 637.341,90 | 623.775,99 | 359.478,52 | 268.467,58 | 264.297,47 |
| 210Z | Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos | Área indenizada | 0 | 0 | 998.645,00 | 998.645,37 | 998.645,37 | 0 | 0 | 998.645,37 |

| Execução de restos a pagar | | | | | | | | |
|----------------------------|--|---------------------------|-------------|-----------------|---------------|----------------|-----------|--------------|
| Ação | Plano orçamentário | Unidade (produto/unidade) | Meta física | Execução física | RAP inscritos | RAP cancelados | RAP pagos | RAP a pagar |
| 2105 | Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural | Imóvel gerenciado | 0 | 0 | 171.413,41 | 0 | 64.231,64 | 107.181,77 |
| 2114 | Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos | Sistemas mantidos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 210U | Regularização Fundiária de Imóveis Rurais | Imóvel regularizado | 0 | 0 | 900.319,60 | 0 | 0 | 900.319,60 |
| 210U | Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional | Imóvel georreferenciado | 0 | 0 | 2.800,00 | | 2.200,00 | 600,00 |
| 210U | Gestão de Terras Públicas | Área diagnosticada | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 210Z | Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas | RTID publicado | 0 | 0 | 506.477,79 | 438.075,00 | 57.815,34 | 10.587,64 |
| 210Z | Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos | Área indenizada | 0 | 0 | 2.071.658,75 | 0 | 0 | 2.071.658,75 |

Análise:

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da Regional vem colaborando com a ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, executando-a de forma direta e indireta, através dos contratos de serviços de georreferenciamento, levantamentos topográficos de vistoria para criação de Projetos de Assentamento e Territórios Quilombolas, convênios e certificação de imóveis rurais.

Em relação ao Serviço de Cartografia nos processos de Regularização de Territórios Quilombolas, foram realizadas 10(dez) vistorias, sendo realizadas 133(cento e trinta e três) individualizações, representando um total de 35.663,2117 hectares; e 07(sete) delimitações de perímetro, representando um total de 45.109,1862 hectares, que propiciaram a elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID referentes a 08(oito) Territórios Quilombolas.

Com a modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural as ações de Atualização Cadastral tornaram-se mais ágeis e, conjuntamente com os convênios com as Prefeituras Municipais (para a ampliação do alcance do INCRA nos municípios), as metas estabelecidas foram plenamente superadas. As ações de Fiscalização obtiveram um expressivo resultado com a priorização da resolução dos problemas que emperravam processos antigos, desbloqueando um enorme passivo existente na Superintendência, que totalizou mais de 649.000 hectares fiscalizados. Dos processos referentes ao sistema anterior ao SNCR, foram realizadas microfilmagens dos formulários, que totalizaram 401.567 fotogramas em 2015.

No âmbito da ação de Regularização Fundiária, com a modificação na estrutura organizacional da administração pública do poder executivo estadual pela Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014, fls.197, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR. Portanto, em consequência dessa modificação estrutural e da solicitação do ofício nº 125/2015, fls.187, ocorreu em 2015 a alteração de interveniente do convênio através da publicação do Terceiro Termo Aditivo nº 003/2015, fls.195 e 198. O Terceiro Termo de Prorrogação de Ofício nº 0003/2015, fls.239 e 242, alterou o término do prazo de vigência para 28/06/2016 e alertou a Conveniente que até o dia 31/12/2015, não entregou nenhum do produto final. (as fls. citadas referem aos autos do processo físico do convênio).

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

| Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2015 | | |
|---|---|-------------|
| Processos protocolados | | |
| Estoque inicial de processos protocolados até 2015 | | 22* |
| Processos protocolados em 2015 | + | 936 |
| Processos analisados em 2015 | - | 958 |
| Estoque final de processos protocolados em 2015 | = | 0 |
| Processos analisados | | |
| Estoque inicial de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento) | | 4120 |
| Processos analisados em 2015 | + | 958 |
| Processos arquivados em 2015 (a) | - | 1638 |
| Processos certificados em 2015 (b) | - | 3440 |
| Estoque final de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento) | = | 0 |
| Processos concluídos | | |
| Processos arquivados em 2015 (a) | + | 1638 |
| Processos certificados em 2015 (b) | + | 3440 |
| Total de processos concluídos (a + b) | | 5078 |

*Processos protocolados em anos anteriores que foram reanalisados após apresentação de novas peças técnicas.

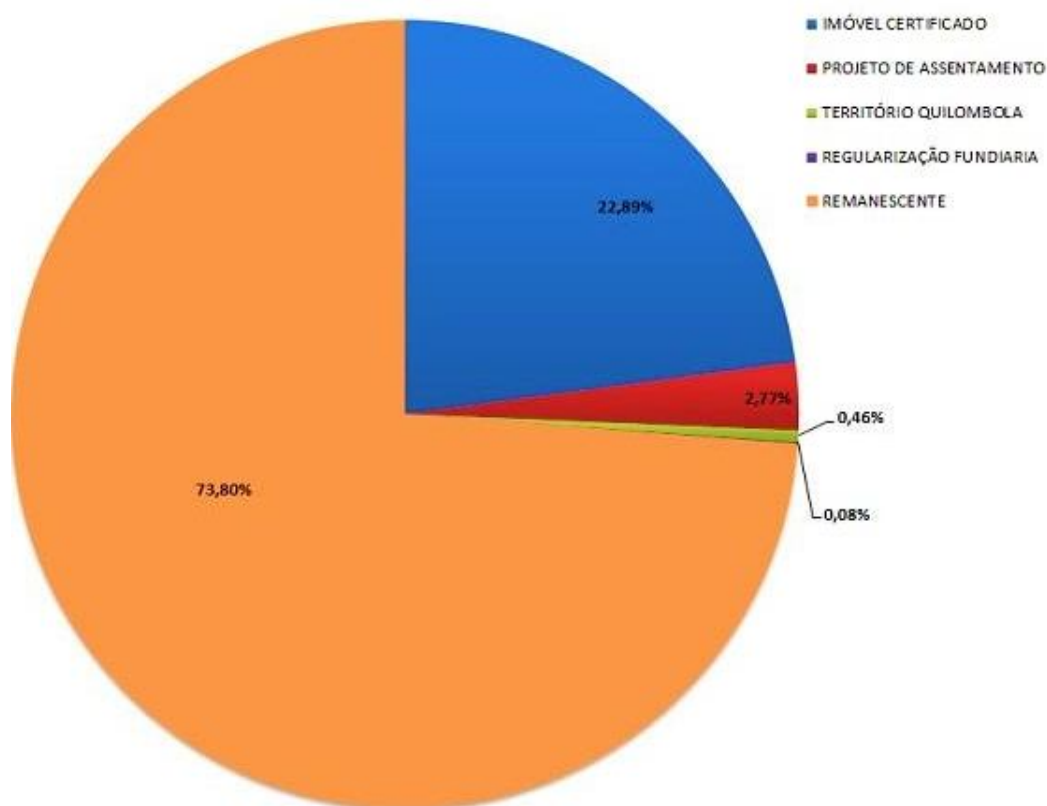
Análise:

A certificação de imóveis rurais (conforme Lei 10.267/01) e a organização, manutenção e atualização das informações georreferenciadas dos imóveis rurais do Estado da Bahia, são atribuições do Incra na Bahia.

Entre 2004 e 2015, foram protocolados 11.056 processos envolvendo certificação de imóveis rurais, 6.702 através do SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis, e 936 via SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária; estes especificamente referentes à análise de sobreposição, cancelamento, retificação e registro, além de 3.418 referentes à certificação também via SIGEF. Em 2015, o Comitê Regional de Certificação esteve focado na análise de processos com origem no novo sistema de certificação, o SIGEF, sendo eles cancelamento, análise de sobreposição, retificação e registro.

Em 2015, foram protocolados 936 processos no SIGEF referentes à análise de sobreposição, cancelamento, retificação e registro e todos analisados; e 22 processos, oriundos de anos anteriores, foram reanalisados, devido à apresentação de novas peças técnicas por parte dos interessados. Isso totaliza 958 processos analisados pelo Comitê, sendo 936 protocolados via SIGEF e 22 via SNCI. Arquivaram-se 1.638 processos, 936 oriundos do SIGEF e 702 do SNCI.

Foram certificados 22 imóveis rurais através da análise de processos físicos e lançamento no SNCI e 3.418 através do SIGEF, totalizando 3.440 imóveis rurais.



iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

O Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da SR-05 tem concentrado esforços no sentido de exercer de forma satisfatória a responsabilidade de executar a política de regularização quilombola, em que pesem as questões estruturais, orçamentárias e de pessoal deficientes. O que se observa é uma crescente demanda de processos sem que se contemple, na mesma proporção, o aporte técnico, orçamentário e financeiro desejado.

Este setor conta com 286 processos de regularização fundiária abertos, estando 29 deles em processo de elaboração de RTID, 27 territórios com RTID publicado e 18 a espera do processo de licitação de Relatório Antropológico sendo que estavam previstos para serem contemplados na licitação realizada em 2014, mas tendo havido o destrato com a empresa contratada em 2015, não receberam o produto. Cinco dessas comunidades possuem RTID's abertos, tendo três dessas comunidades entrado no processo licitatório nacional de 2011 e não foram contempladas dado problemas no certame, o que gera ainda mais expectativa e frustração para essas comunidades. Podemos visualizar essas informações nas tabelas abaixo:

| Territórios com RTID em elaboração (29) | Município |
|--|----------------------|
| Vicentes | Xique Xique |
| Ilha de Maré | Salvador |
| Barreiro do Rio Pardo | Vitória da Conquista |

| | |
|--|-------------------------|
| Bete II | São Gonçalo dos Campos |
| São Brás | Santo Amaro |
| Caônge | Cachoeira |
| Buri | Maragogipe |
| São Thiago do Iguape | Cachoeira |
| Fazenda Porteiros | Entre Rios |
| Fazenda Grande | Muquém de São Francisco |
| Batateira | Cairu |
| Boa Vista do Pixaim | Muquém de São Francisco |
| Alegre, Barreiros, Alto do Bebedouro, Cajueiro e Dois Irmãos | Itaguaçu da Bahia |
| Tomé Nunes | Malhada |
| Torrinhas | Barra |
| Pitanga de Palmares | Simões Filhos |
| Jibóia | Antônio Gonçalves |
| Duas Lagoas | Riacho de Santana |
| Ronco e Abobora | Camamu |
| Porto do Campo | Camamu |
| Jetimana e Boa Vista | Camamu |
| Quingoma | Lauro de Freitas |
| Tapera do Melão | Irará |
| Graciosa | Taperoá |
| Cândido Mariano (RA em licitação) | Nova Viçosa |
| Volta Miúda (RA em licitação) | Caravelas |
| Vila Juazeiro (RA em licitação) | Ibirapuã |
| Rio do Sul (RA em licitação) | Nova Viçosa |
| Mota (RA em licitação) | Itanhém |

| Territórios com RTID publicado (27) | Município |
|--|-------------------------|
| Lagoa do Peixe | Bom Jesus da Lapa |
| Jatobá | Muquém do São Francisco |
| Parateca e Pau Darco | Malhada |
| Nova Batalhinha | Bom Jesus da Lapa |

| | |
|---|--|
| Riacho da Sacutiaba e Sacutiaba | Wanderley |
| Dandá | Simões Filho |
| Salamina Putumuju | Maragogipe |
| São Francisco do Paraguaçu | Cachoeira |
| Mangal/Barro Vermelho | Sítio do Mato |
| Araça, Cariacá, Patos, Pedra e Retiro | Bom Jesus da Lapa |
| Olhos D'Água do Basílio | Seabra |
| Sambaíba | Macaúbas e Tanque Novo |
| Mata do Sape | Macaúbas |
| Velame | Vitória da Conquista |
| Tijuaçu | Senhor do Bonfim, Filadelfia e Campo Formoso |
| Agreste | Seabra |
| Lagoa das Piranhas | Bom Jesus da Lapa |
| Capão das Gamelas | Seabra |
| Morro Redondo | Seabra |
| Rio dos Macacos | Simões Filho |
| Lagoa Santa | Ituberá e Nilo Peçanha |
| Fojo | Itacaré |
| Porto do Campo | Camamu |
| Barra do Parateca | Carinhanha |
| Jetimana e Boa Vista | Camamu |
| Baixão do Guaí, Guarucu, Tabatinga, Guerém, Jiral Grande e Porto da Pedra | Maragogipe |
| Iuna | Lençóis |

| Territórios com RA a ser licitado (18) | Município |
|---|----------------------|
| Panelheiros, Batalha e Lagoa do Arroz (RTID já aberto, empresa licitada não cumpriu o contrato) | Vitória da Conquista |
| São Joaquim de Paulo (RTID já aberto, empresa licitada não cumpriu o contrato) | Vitória da Conquista |
| Lagoa de Melquiades e Baixa Seca (RTID já aberto, empresa licitada não cumpriu o contrato) | Vitória da Conquista |
| Lagoa de Maria Clemência (RTID já aberto, empresa licitada não cumpriu o contrato) | Vitória da Conquista |
| Laranjeiras (RTID já aberto, empresa licitada não cumpriu o contrato) | Vitoria da Conquista |
| Fazenda Velha Fumaça | Andaraí Pindobaçu |
| Segredo | Souto Soares |
| Pedra Grande | Conde |

| | |
|------------------------|-----------------------------|
| Palmeira da Água Boa | São Sebastião do Passé |
| Engenho da Cruz | Cachoeira |
| Engenho Novo do Iguape | Cachoeira |
| Dendê | Maragojipe |
| Cambuta | Santo Amaro |
| São Gonçalo | Contendas do Sincorá |
| Olhos D'água do Meio | Livramento de Nossa Senhora |
| Pedra | Itambé |
| Vargem Alta | Palmas do Monte Alto |

Para atender a todas as demandas relacionadas à questão quilombola no estado da Bahia, contamos com uma equipe de 13 funcionários, sendo 1 secretaria terceirizada, 1 servidor nível médio, 5 servidores antropólogos, 1 servidor perito agrário, 4 servidores analistas e 1 servidora advogada. No presente momento dois dos servidores estão de licença.

Dentre as atividades a serem desempenhadas pelos funcionários do setor estão:

- *Instrução processual dos 286 processos de regularização fundiária, bem como os processos decorrentes de ação judicial e licitação;*
- *Elaboração e resposta a ofícios junto aos órgãos públicos (sendo o MPF um dos maiores demandantes) a respeito de questões referentes aos processos de regularização fundiária*
- *Elaboração e resposta de memorandos junto aos setores da autarquia;*
- *Atendimento ao público para prestação de informações;*
- *Abertura de processos;*
- *Emissão de certidão de abertura de processo;*
- *Feitura de diagnósticos em comunidades;*
- *Realização de comunicações prévias;*
- *Elaboração das peças do RTID:*
 - *Cadastro;*
 - *Relatório Antropológico;*
 - *Levantamento fundiário;*
 - *Levantamento de sobreposição;*
 - *Acompanhamento da elaboração do mapa do perímetro e memorial descritivo;*
 - *Parecer técnico;*
- *Acompanhamento dos relatórios antropológicos licitados;*
- *Elaboração de pareceres dos produtos dos relatórios licitados;*
- *Realização de notificações;*
- *Análise e resposta às contestações aos RTID's;*
- *Construção de conjuntos portaria;*
- *Construção de conjuntos decreto;*
- *Elaboração de fichas de informações prévias para publicação do RTID;*
- *Participação em eventos externos;*
 - *Ações de apoio e prestação de informações a outros setores, bem como a outros órgãos a respeito da questão quilombola.*

Mesmo diante da grande quantidade de atribuições, bem como da vasta demanda de comunidades a serem atendidas com tão pouca mão de obra, o setor quilombola da SR-05 se mostra bastante produtivo tendo alcançado 27 publicações de RTID, 13 portarias de reconhecimento, 12

decretos de desapropriação e 03 imissões na posse, não possuindo ainda nenhuma titulação. Só no ano de 2015 foram 08 RTID's publicados.

De maneira geral, as maiores dificuldades encontradas no processo são decorrentes da grande demanda de trabalho em contra ponto a poucos investimentos estruturais, orçamentários e de pessoal. Também enfrentamos problemas com a contratação de empresas prestadoras de serviço, como foi o caso específico da licitação de relatórios antropológicos onde o contrato teve que ser desfeito dado o não cumprimento das cláusulas contratuais por parte da empresa contratada, o que acarretou em um atraso no atendimento a 18 comunidades quilombolas que estavam contanto com o início dos trabalhos em seus territórios. Ainda no âmbito de licitação, também em 2015 tivemos outro problema, que foi o pagamento da empresa contratada. Com o destrato da empresa vencedora de dois lotes da licitação, um deles ainda estava dentro do prazo para a contratação da segunda colocada do certame, portanto a licitação de cinco relatórios antropológicos está em andamento, tendo já sido um dos produtos entregues e incursões a campo já realizadas; no entanto, ainda não foi pago o valor correspondente ao produto I entregue pela empresa, o que pode trazer atrasos e/ou o não cumprimento do contrato dada a falta de recursos.

Pelo exposto, percebemos que para a melhoria do desempenho são necessárias ações no sentido de aumentar a capacidade operacional a partir do acréscimo de mão de obra, de incrementos de materiais (como receptores GPS, máquinas fotográficas, gravadores, notebooks, etc.), cursos de capacitação, e maior aporte técnico e orçamentário.

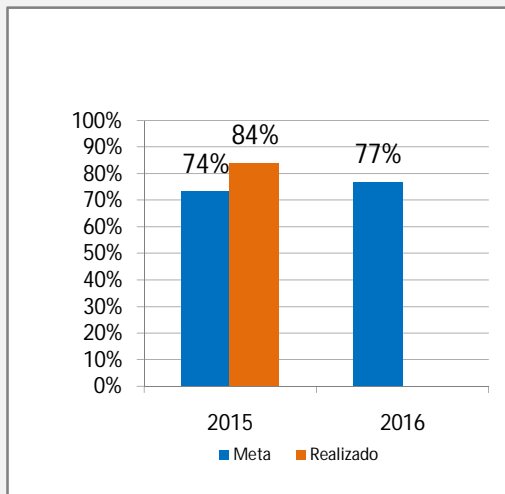
iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

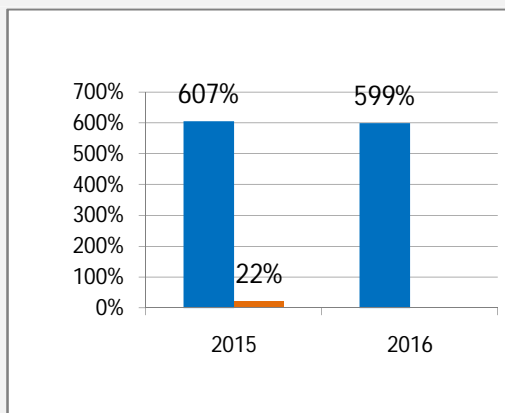
Dentro da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-05 são operados basicamente dois sistemas informatizados, o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF e o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. No primeiro, o próprio sistema faz o controle para análise dos requerimentos protocolados via internet, permitindo a gestão direta dos analistas, no entanto, ainda necessita de melhorias para gerenciamento de todo o processo por parte do Presidente do Comitê Regional de Certificação e gestores de instância superior. Já SNCR o controle dos requerimentos protocolados no sistema são controlados através de sistema próprio desenvolvido por servidores que compõem o Serviço de Cadastro Rural desta regional.

De uma maneira geral, ambos sistemas representam um avanço para o gerenciamento da malha fundiária por parte do INCRA, onde, já estão previstos evoluções permitindo a interligação do banco de dados do SIGEF e SNCR. Atualmente o Sistema Nacional de Cadastro Rural já possui vinculação com a base de dados da Receita Federal, relacionando os imóveis rurais gerenciados pelo INCRA através do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR com o Imposto Territorial Rural - ITR.

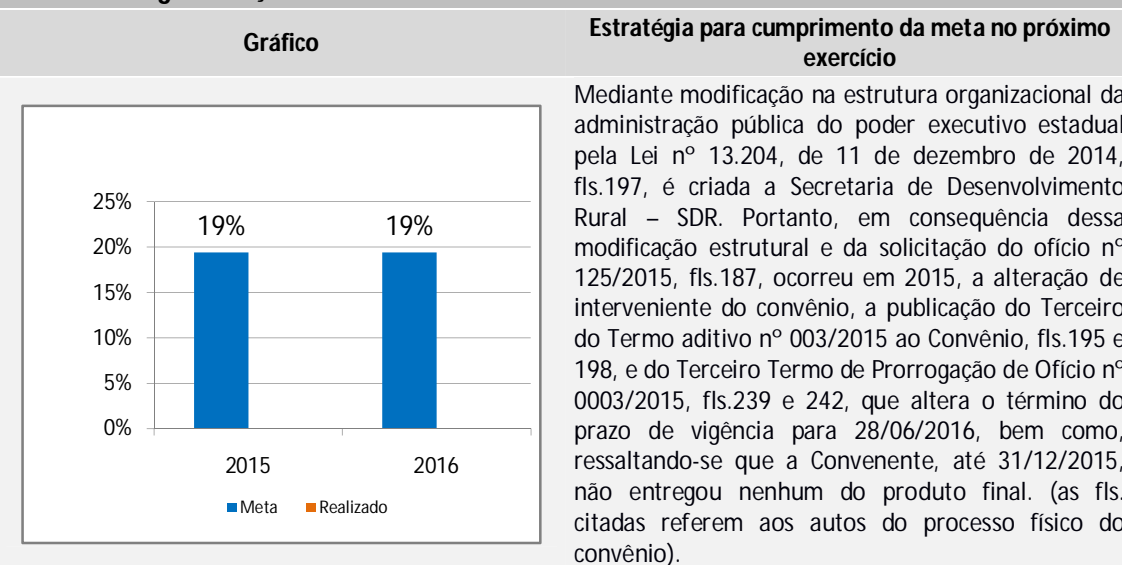
Para o exercício de 2016 já está prevista a realização de auditoria de cerca de 340.000 hectares de imóveis rurais certificados via SIGEF e apresentam alguma inconsistência nos dados informados. Para os imóveis rurais cadastrados no SNCR está prevista a realização de auditoria juntamente com a ação de fiscalização e monitoramento das Salas de Cidadania instaladas nos municípios que firmaram acordo com o INCRA/BA.

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

| Índice de cadastramento de imóveis rurais | | | | | | | | | | |
|--|--|---------------|---------------|------|-----|-----|------|-----|---|---|
| Gráfico | Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício | | | | | | | | | |
|  <table><caption>Dados do Gráfico: Índice de cadastramento de imóveis rurais</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta (%)</th><th>Realizado (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>2015</td><td>74%</td><td>84%</td></tr><tr><td>2016</td><td>77%</td><td>-</td></tr></tbody></table> | Ano | Meta (%) | Realizado (%) | 2015 | 74% | 84% | 2016 | 77% | - | <p>O índice alcançado em 2015 para o cadastramento de imóveis rurais foi de 98,52 ficando dentro do estabelecido para a meta da média dos últimos 03 anos (2012 a 2014). Contribuíram para o bom desempenho dos resultados obtidos as ações de ampliação da rede de cadastramento através da realização de novos convênios com as Prefeituras Municipais e a renovação dos já existentes, aumentando a permeabilidade do INCRA no interior da Bahia.</p> <p>Para 2016, foi estabelecida a meta de alcançar um índice de 98,52 conforme histórico dos 03 anos anteriores, com o Gerenciamento de 23.000 imóveis rurais e, para isso, procederemos a ampliação em 10 novas Unidades Municipais de Cadastro e Renovação de 20 Unidades Municipais de Cadastro fechando o ano com um estoque de 109 UMC em atividade. Realização de 05 turmas de treinamento para capacitação de 50 servidores municipais em análise cadastral, bem como a execução de um programa de auditoria das Declarações do Produtor processadas nas UMC e visita às suas instalações, visando melhorar as atividades desenvolvidas pelas mesmas e maximizar o atendimento ao público.</p> |
| Ano | Meta (%) | Realizado (%) | | | | | | | | |
| 2015 | 74% | 84% | | | | | | | | |
| 2016 | 77% | - | | | | | | | | |

| Índice de análise de processos de certificação de imóveis | | | | | | | | | | |
|---|--|---------------|---------------|------|------|-----|------|------|---|--|
| Gráfico | Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício | | | | | | | | | |
|  <table><caption>Dados do Gráfico: Índice de análise de processos de certificação de imóveis</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta (%)</th><th>Realizado (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>2015</td><td>607%</td><td>22%</td></tr><tr><td>2016</td><td>599%</td><td>-</td></tr></tbody></table> | Ano | Meta (%) | Realizado (%) | 2015 | 607% | 22% | 2016 | 599% | - | <p>O índice elevado esperado justifica-se por em anos anteriores ter-se realizado um grande número de análises por causa do passivo de processos relativos à certificação no Comitê Regional de Certificação, no entanto, isso foi se equalizando durante o tempo tendo seu fim com a instituição do SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária. A maioria dos imóveis com processos físicos foram certificados via web. É importante salientar que dos 4376 processos protocolados todos foram analisados, 958 pelo Comitê Regional de Certificação e 3418 automaticamente pelo SIGEF. Ou seja, não existe passivo de processos relativos à certificação. O que está protocolado está sendo analisado concomitantemente.</p> |
| Ano | Meta (%) | Realizado (%) | | | | | | | | |
| 2015 | 607% | 22% | | | | | | | | |
| 2016 | 599% | - | | | | | | | | |

Índice de regularização fundiária



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

| Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal | |
|---|------------|
| Estoque inicial de processos protocolados em 2015 | 0 |
| Processos protocolados em 2015 | + 0 |
| Analisados em 2015 | - 0 |
| Estoque final | = 0 |
| Planejados para atuação em 2016 | 300 |

Análise

Como já citado na análise do item 3.3.1, a ação de Regularização Fundiária no âmbito do estado da Bahia apresenta um impasse na sua execução devido à modificação na estrutura organizacional da administração pública do poder executivo estadual, pela Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014, onde, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, responsável pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, órgão estadual designado para aplicação da política de regularização fundiária no estado. Portanto, em consequência dessa modificação estrutural, não foram entregues quaisquer produtos objeto deste convênio entre INCRA/BA e SDR/CDA, culminando na solicitação de alteração de interveniente do convênio através da publicação do Terceiro Termo Aditivo nº 003/2015, que alterou o término do prazo de vigência para 28/06/2016.

Para 2016, a CDA apresentou ao INCRA/BA, através de um Plano de Trabalho, a previsão de execução de 300 imóveis regularizados.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

| Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso | | | | | | | | | | |
|--|---|--|--------|-----------------|-----------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------|----------------|
| Descrição | | Execução física | | | Execução orçamentária | | | Execução financeira | | |
| Ação | Plano orçamentário | Unidade (produto/unidade) | Meta | Execução física | Meta orçamentária | Provisão recebida | Despesa empenhada | Despesa liquidada | Valores pagos | Restos a pagar |
| 211A | Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais | Ha | 10.000 | 9.891,71 | 437.247,00 | 448.246,82 | 445.050,10 | 443.999,21 | 443.379,48 | 1.052,48 |
| 211A | Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária | Nº de famílias assentadas | 2.682 | 2.704 | 217.901,00 | 258.092,00 | 257.513,77 | 257.513,77 | 255.981,87 | 0 |
| 211B | Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária | Nº de ha obtidos | 0 | 0 | 0 | 13.558,96 | 12.072,24 | 42,15 | 42,15 | 12.030,09 |
| 211B | Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária | Nº de ha obtidos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 211A | Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária | Nº de assentamento atendido/monitorado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 211A | Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária | Assentamentos | 0 | 0 | 21.000,00 | 21.000,00 | 20.780,20 | 4.780,20 | 4.780,20 | 8.000,00 |

| Execução de restos a pagar | | | | | | | | |
|----------------------------|--|---------------------------|-------------|-----------------|---------------|----------------|-----------|-------------|
| Ação | Plano orçamentário | Unidade (produto/unidade) | Meta física | Execução física | RAP inscritos | RAP cancelados | RAP pagos | RAP a pagar |
| 211A | Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais | Ha | 0 | 0 | 72.018,85 | 4.452,44 | 46.861,74 | 20.704,67 |
| 211A | Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do | Nº de famílias assentadas | 0 | 0 | 22.664,26 | 0 | 9.041,40 | 13.622,86 |

| | | | | | | | | |
|------|---|--|---|---|------------|---|------------|------------|
| | Programa Nacional de Reforma Agrária | | | | | | | |
| 211B | Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária | Nº de ha obtidos | 0 | 0 | 729.412,44 | 0 | 483.089,76 | 246.322,68 |
| 211B | Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária | Nº de ha obtidos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 211A | Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária | Nº de assentamento atendido/monitorado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 211A | Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária | Assentamentos | 0 | 0 | 19.965,25 | 0 | 0 | 19.965,25 |

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Análise:

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento está estruturada em: Serviço de Obtenção, Serviço de Implantação de Assentamentos, Serviço de Meio Ambiente e de uma Coordenação Técnica das ações de vistoria e avaliação, exercida pelo Assistente Técnico.

O Serviço de Obtenção é responsável pelas ações preparatórias para a obtenção de terras destinadas ao PNRA. Ela recebe as pautas dos movimentos sociais, busca e analisa os documentos cartoriais, faz a instrução processual, a elaboração de cadeia dominial dos imóveis em desapropriação, a notificação e comunicado ao representante legal do imóvel e o comunicado aos órgãos sobre interesse concorrente e atendimento ao público.

O Serviço de Implantação de Assentamentos se responsabiliza pelo cadastramento e seleção de famílias para o assentamento em projetos de assentamentos criados, em vagas existentes em projetos já existentes ou em áreas reconhecidas pelo INCRA. Também providencia os atos de criação e de implantação de projetos de assentamentos, elabora documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento, gerencia o SIPRA e aplica as ações referentes a NE 70, que visa correção de inconsistências no assentamento de famílias.

O Serviço de Meio Ambiente tem com atribuição a recepção, análise e encaminhamentos ao INEMA, dos requerimentos das licenças dos imóveis em processo de obtenção. Tem também como atribuição o licenciamento e recuperação de áreas degradadas, através de formalização e supervisão de convênios e contratos; a realização de inventário florestal em imóveis em processo de obtenção ou em projetos de assentamentos, quando há necessidade de caracterizar a vegetação para calcular o Grau de Utilização da Terra – GUT, ou para propor supressão de vegetação.

Com a finalização do Convênio com Governo do Estado da Bahia, o setor perdeu seis técnicos que eram importantes para o andamento das atividades, como acompanhamento de condicionantes, elaboração de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e análise de peças técnicas para licenciamento. Desde o 2º semestre de 2012, vem ocorrendo reunião entre INCRA e o INEMA, para adequação do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais, fato que levou o Serviço de Meio Ambiente a ficar numa situação de incerteza quanto aos procedimentos a serem adotados para regularização ambiental.

Com a implantação do Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos – SEIA, que tornou o processo de Regularização Ambiental totalmente digital, houve uma necessidade de nova adequação nas peças técnicas já elaboradas e finalizadas pelas empresas contratadas anteriormente.

O Serviço de Meio Ambiente recebe semanalmente uma grande quantidade de ofícios dos Ministérios Público Estadual e Federal solicitando informações sobre a regularidade ambiental dos Projetos de Assentamento.

Outra demanda bastante significativa são as denúncias de agressão ao meio ambiente, na maioria dos casos, os relatos são sobre desmatamentos, queimadas, venda de madeiras por agentes externos aos assentamentos.

Embora não possamos considerar os resultados do exercício de 2015 satisfatório em termos absolutos, foi possível atingir as metas pactuadas com a Sede dentro dos limites orçamentários previstos. Com exceção das indenizações dos processos de desapropriação, as despesas desta Ação

constituem-se basicamente em despesas de custeio, com pagamento de diárias, e despesas de manutenção de viaturas.

Com a realização do Diagnóstico Regional 2015 e com a normatização da nova metodologia de elaboração do Relatório de Análise de Mercado de Terras - RAMT, ficam estabelecidas as condições necessárias para atingir os resultados pactuados anualmente, desde que seja restabelecida a força de trabalho, uma vez que, que as atividades estão sendo impactadas negativamente, devido a falta de técnicos.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Esta Regional tem ainda nas desapropriações sua principal forma de obtenção de terras destinadas ao PNRA. Entretanto, a crescente gama de procedimentos que foram normatizados para garantir mais segurança ao processo de obtenção, ampliaram seu prazo de tramitação. Depende-se cada vez mais de manifestações externas (cartórios, Fundação palmares, órgãos de terras do estado, órgãos ambientais estaduais e federais, DNPM, FUNAI, Correios, Superintendência do patrimônio da União, Arquivos Públicos, Vara Agrária). Além disso, a Bahia possui uma das legislações ambientais mais restritivas do país, pois o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR (Estadual), solicita uma gama de informações bem maior do que o Cadastro Ambiental Rural – CAR (Federal). Observa-se também que os proprietários estão mais bem assessorados, interpondo impugnações com argumentações mais fundamentadas, o que torna o processo judicial bastante demorado.

Esta Regional vem tentando adotar a modalidade de compra, e venda via Decreto 433/92, como alternativa à lenta e ineficiente desapropriação, entretanto esta modalidade ainda encontra grande resistência pelos servidores, principalmente pelos Peritos Federais Agrários, responsáveis pelas avaliações do imóveis.

Quanto à arrecadação de terras públicas, já existe uma parceria com Governo do Estado, através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA), para que essa realize as discriminatórias necessárias para posterior arrecadação, em áreas cujo os proprietários não provem o destaque do patrimônio publico para o privado.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

No estado da Bahia, a Justiça Federal, através da 7ª Vara Agrária, determina que seja depositado em juízo todo valor correspondente ao passivo ambiental dos imóveis em processo de desapropriação. Mesmo assim, em toda avaliação de imóvel rural, avaliamos o custo de recuperação do passivo, que é apontado em todos os Laudos de Avaliação, sendo o imóvel ajuizado com o valor correspondente, já descontado o custo da recuperação do passivo ambiental. A partir de decisão judicial, encaminha-se à Sede a determinação do juízo solicitando a complementação dos valores que posteriormente são depositados à parte em juízo.

Em 2015, os valores descontados em passivo ambiental somaram R\$ 846.480,19 (Oitocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais e dezenove centavos), como recomendado no Ofício/CONJUR/MDA/Nº080/2006, Informação/CPALNP/CONJUR/MDA/Nº079/2006 e Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

Em 2015 foi feita uma parceria com a Universidade Federal de Lavras, onde o Incra forneceria os dados e a Universidade elaboraria as peças técnicas necessárias à regularização ambiental, no Estado com o CEFIR, e no país como um todo com o CAR. Ainda não houve regularização ambiental concluída, fruto desta parceria.

v. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2015 e anteriores para fins de registro

Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Ofício AUD nº 252/2015 de 18/12/2015 – Encaminha a Secex Ambiental/TCU documento produzido pela Coordenação-Geral de Contabilidade – DAC o qual informa que os trabalhos de inclusão dos imóveis foi iniciado em março/2014 com capacitação em 18 Superintendências Regionais atingindo no início um total de 343 registros, priorizando as aquisições via “compra e venda”, os quais foram contabilizados por meio do SIAFI. Entretanto a Portaria Conjunta/STN/SPU/Nº703/14 determinou que os imóveis deveriam ser registrados por meio do SPIUnet, acarretando o sobrestamento do registro por meio do SIAFI. Após solicitação do INCRA, o SPU realizou em agosto/2015 uma capacitação para 16 (dezesesseis) servidores. Informou, ainda, que há grandes dificuldades para operar o Sistema SPIUnet pelo mesmo não dialogar com as minúcias de um processo de aquisição de terras do INCRA. Diante disso, firmou-se um compromisso com o TCU de conclusão dos trabalhos em dezembro/2018, sendo que, pelos problemas encontrados esse prazo terá de se estender por mais 2 (dois) anos.

Desta forma, não há ações diretas a serem executadas por esta Regional quanto a este tema.

Em 31 de dezembro de 2015, não havia nenhum imóvel registrado no SPIUnet.

vi. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

O estado da Bahia possui o maior contingente de trabalhadores rurais Sem Terra na condição de acampados do Brasil. Estima-se um total de 40.000 famílias nessa situação.

Esta Regional, apesar da baixa capacidade operacional, seja por questões quantitativas de servidores, seja por questões de recursos financeiros, conseguiu assentar 2.704 famílias neste exercício. Até a presente data não foram definidas pela Sede as metas físicas e orçamentárias para o próximo exercício (2016). As famílias que foram cadastradas em 2015 e anos anteriores, e ainda não foram assentadas, tornam-se automaticamente prioridade para assentamento no próximo exercício, juntamente com aquelas famílias cadastradas no próximo exercício e com áreas a serem destinadas já adquiridas.

vii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

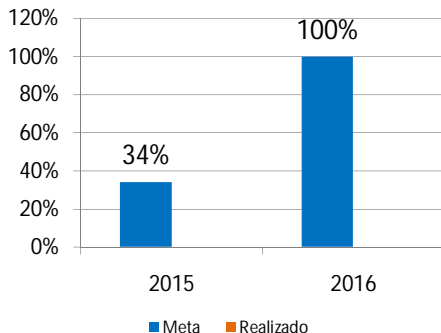
Para o controle e monitoramento de todas as ações e atividades geridas, o Gestor principal tem como referência todos os normativos vigentes e utiliza os sistemas informatizados da Autarquia, além de planilhas desenvolvidas em formato Excel, onde são monitorados cada Atividade/Ação. Além disso, são elaboradas Ordens de Serviço para todos os trabalhos desenvolvidos, visando um melhor controle e responsabilização pelas atividades. Salientamos, todavia, que a Autarquia Agrária carece modernizar alguns procedimentos de rotina, como por exemplo implantando um instrumento eletrônico para o acompanhamento dos processos administrativos de vistoria/desapropriação. Além disso, a manutenção regular e organizada dos arquivos internos também propiciam um ambiente de maior controle das atividades por parte do Gestor. Neste aspecto, a Superintendência continua carecendo de uma maior e melhor estrutura física de arquivos, visando a guarda e organização do vultoso volume de expedientes, documentos e processos que são manejados todos os anos.

viii. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Gráfico

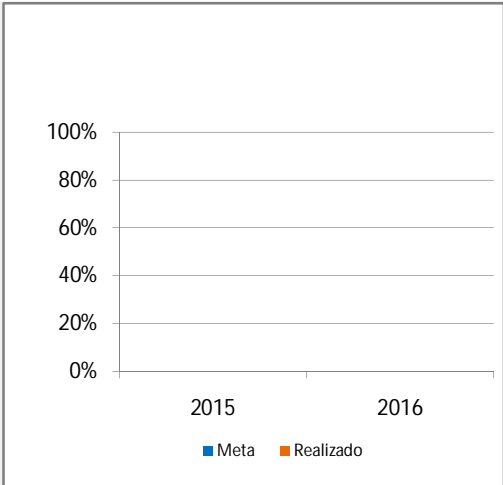


| Ano | Meta (%) | Realizado (%) |
|------|----------|---------------|
| 2015 | 34% | 0% |
| 2016 | 100% | 0% |

Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Não existe mais necessidade de licenciamento Ambiental para Projetos de Assentamento. As Licenças Ambientais são requeridas apenas por atividades e diretamente por quem a executa. O que é necessário atualmente, é o cadastro ambiental (CEFIR) no órgão estadual de meio ambiente do Estado. Esta Regional permanece com dificuldade em adequar suas peças técnicas ao sistema do órgão ambiental estadual, por isso nenhum cadastro foi realizado até então.

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

| Gráfico | Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício | | | | | | | | | |
|--|--|---------------|---------------|------|----|----|------|----|----|--|
|  <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta (%)</th><th>Realizado (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>2015</td><td>0%</td><td>0%</td></tr><tr><td>2016</td><td>0%</td><td>0%</td></tr></tbody></table> | Ano | Meta (%) | Realizado (%) | 2015 | 0% | 0% | 2016 | 0% | 0% | <p>O Incra fez um convênio com a Universidade Federal de Lavras para que esta elaborasse as peças técnicas necessária ao cadastro ambiental federal (CAR). Até 2015 não havia sido requerida nenhuma regularização ambiental por parte da conveniada para o estado da Bahia.</p> |
| Ano | Meta (%) | Realizado (%) | | | | | | | | |
| 2015 | 0% | 0% | | | | | | | | |
| 2016 | 0% | 0% | | | | | | | | |

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

| Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso | | | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------|--------|-----------------|-----------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------|----------------|
| Descrição | | Execução física | | | Execução orçamentária | | | Execução financeira | | |
| Ação | Plano orçamentário | Unidade (produto/unidade) | Meta | Execução física | Meta orçamentária | Provisão recebida | Despesa empenhada | Despesa liquidada | Valores pagos | Restos a pagar |
| 210S | Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária | Nº de famílias assistidas | 36.709 | 36.057 | 3.677.027,00 | 1.627.026,53 | 1.626.085,57 | 961.856,69 | 926.338,49 | 664.228,88 |
| 210S | Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural | Nº de agentes capacitados | 29 | 27 | 29.114,00 | 29.114,02 | 28.187,15 | 27.023,25 | 25.883,15 | 1.163,90 |
| 0427 | Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas | Nº de famílias atendidas | 12.204 | 2.154 | 45.206.964,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 211A | Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento | Nº de famílias atendidas | 2.193 | 1.105 | 21.558.173,00 | 16.854.182,47 | 16.854.029,24 | 983.370,00 | 101.218,77 | 15.870.659,24 |
| 211A | Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol | Nº de famílias beneficiadas | 0 | 0 | 450.000,00 | 5.596.697,50 | 5.596.449,70 | 553.049,70 | 482.116,10 | 5.000.000,00 |
| 211A | Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária | Nº de créditos supervisionado | 889 | 4.802 | 400.000,00 | 400.000,00 | 399.940,10 | 399.940,10 | 397.723,57 | 0 |
| 211A | Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento | Laudos entregues | 0 | 137 | 0 | 65.000,00 | 64.579,33 | 64.579,33 | 64.458,70 | 0 |
| 211A | Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento | Famílias atendidas | 0 | 249 | 0 | 900.250,00 | 843.208,58 | 594.262,83 | 366.959,43 | 248.945,75 |
| 211A | Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento | Documentos expedidos | 543 | 0 | 99.128,00 | 15.000,00 | 14.954,90 | 14.954,90 | 14.954,90 | 0 |
| 210T | Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA) | Nº de trabalhadores | 0 | 0 | 0 | 31.000,00 | 28.953,18 | 28.947,66 | 28.947,66 | 5,52 |

| | | | | | | | | | | |
|------|--|------------------------------------|----|----|------------|------------|------------|------------|------------|----------|
| | | rurais em alfabetização | | | | | | | | |
| 210T | Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária | Nº de profissionais em formação | 90 | 90 | 482.537,00 | 496.708,88 | 494.145,33 | 491.873,33 | 225.101,13 | 2.272,00 |
| 210T | Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social | Nº de profissionais em capacitação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| Execução de restos a pagar | | | | | | | | |
|----------------------------|--|-------------------------------|-------------|-----------------|---------------|----------------|--------------|---------------|
| Ação | Plano orçamentário | Unidade (produto/unidade) | Meta física | Execução física | RAP inscritos | RAP cancelados | RAP pagos | RAP a pagar |
| 210S | Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária | Nº de famílias assistidas | 0 | 0 | 24.446.182,22 | 0 | 1.774.883,38 | 22.671.298,84 |
| 210S | Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural | Nº de agentes capacitados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 0427 | Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas | Nº de famílias atendidas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 211A | Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento | Nº de famílias atendidas | 0 | 0 | 16.921.246,70 | 4.182.331,76 | 4.822.958,16 | 7.915.956,78 |
| 211A | Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol | Nº de famílias beneficiadas | 0 | 0 | 1.500,00 | 0 | 0 | 1.500,00 |
| 211A | Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária | Nº de créditos supervisionado | 0 | 0 | 11.000,00 | 0 | 0 | 11.000,00 |
| 211A | Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento | Laudos entregues | 0 | 0 | 1.903,24 | 0 | 1.752,06 | 151,18 |
| 211A | Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento | Famílias atendidas | 0 | 0 | 4.381.978,19 | 759.020,84 | 414.799,18 | 3.208.158,17 |
| 211A | Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento | Documentos expedidos | 0 | 0 | 15.412,71 | 0 | 13.412,71 | 2.000,00 |
| 210T | Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA) | Nº de trabalhadores | 0 | 0 | 50.000,00 | 0 | 0 | 50.000,00 |

| | | | | | | | | |
|------|--|------------------------------------|---|---|--------------|---|----------|--------------|
| | | rurais em alfabetização | | | | | | |
| 210T | Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária | Nº de profissionais em formação | 0 | 0 | 1.363.717,89 | 0 | 1.284,68 | 1.362.433,21 |
| 210T | Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social | Nº de profissionais em capacitação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Análise:

Ação 210A - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

A ação consiste na implantação da infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária, com foco na promoção e garantia da qualidade de vida das famílias. As prioridades são a construção e/ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico – através da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário –, além de construção de redes de eletrificação rural, através do programa Luz Para Todos.

A realização dessas ações tem grande impacto no estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno.

As obras concluídas em 2015 estão relacionadas abaixo:

| OBRAS CONCLUÍDAS - 2015 | | |
|--|----------------------|----------|
| ESTRADAS VICINAIS - TERMO DE COMPROMISSO COM PREFEITURAS | | |
| PA | MUNICÍPIO | FAMILIAS |
| ARGEMIRO MENDES | CAMAMU | 24 |
| BOA SORTE UMA | IRAMAIA | 446 |
| CASCATA | AURELINO LEAL | 39 |
| CHE GUEVARA/N. S. AUXILIADORA ALIANÇA | BOA VISTA DO TUPIM | 190 |
| DANDARA | IRAMAIA | 49 |
| ETEVALDO BARRETO | IBICARAÍ | 30 |
| FÁBIO HENRIQUE | ILHÉUS | 29 |
| FAZ. CHAPADA | IBICOARA | |
| LAJEDO BONITO | GUARATINGA | 52 |
| NANCY | MASCOTE | 32 |
| NOVA VIDA | ITACARÉ | 44 |
| PAI INÁCIO | IBICOARA | 32 |
| REUNIDAS PALAME | ESPLANADA | 28 |
| SÃO JOSÉ DO MARIMBÁ | TUCANO | 10 |
| VALE DA CONQUISTA | SOBRADINHO | 100 |
| SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA | | |
| PA | MUNICÍPIO | FAMILIAS |
| REUNIDAS STA FÉ | BOA VISTA DO TUPIM | 98 |
| AGUADAS | | |
| PA | MUNICÍPIO | FAMILIAS |
| CARLOTA | RIACHÃO DAS NEVES | 75 |
| CIPO | VITÓRIA DA CONQUISTA | 80 |
| CONJUNTO BAIXÃO | VITÓRIA DA CONQUISTA | 70 |
| CONQUISTA DO RIO PARDO | VITÓRIA DA CONQUISTA | 80 |

| | | |
|-------------------|-------------------|-----|
| DOM RICARDO | RIACHÃO DAS NEVES | 182 |
| ILHA DA LIBERDADE | BARREIRAS | 30 |
| TERRA NOVA | LAFAIETE COUTINHO | 36 |

As obras finalizadas no exercício beneficiam um total de **1.756** famílias atendidas pela Regional em 2015. Essas estruturas advêm de termos de cooperação com prefeituras e licitações realizadas nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Existem obras desses mesmos contratos que ainda não foram concluídas. São elas:

| OBRAS NAO CONCLUIDAS - 2015 | | |
|--|----------------------|-----------------|
| ESTRADAS VICINAIS | | |
| PA | MUNICÍPIO | FAMILIAS |
| CAMPO VERDE | CASA NOVA | 31 |
| CHE GUEVARA | WENCESLAU GUIMARÃES | 50 |
| LAMEIRO/2 DE JULHO | TAPIRAMUTÁ | 17 |
| MENINO JESUS | ÁGUA FRIA | 207 |
| MOÇAMBIQUE | ITAETÊ | 50 |
| NOVA DELY | ITAMARAJU/JUCURUÇU | 52 |
| NOVA IPIRANGA | CAMACÃ | 107 |
| RESISTENTE | WENCESLAU GUIMARÃES | 50 |
| RIACHO DAS OSTRAS | PRADO | 84 |
| RIO BRANCO | RIACHÃO DAS NEVES | 248 |
| SÃO JORGE/ROCHEDO | URUÇUCA | 43 |
| VIROTE | ITABELA | 44 |
| SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA | | |
| PA | MUNICÍPIO | FAMILIAS |
| ÁGUA SALGADA | Cansanção | 300 |
| CAMPO VERDE | Casa Nova | 31 |
| CANAÃ | Remanso | 37 |
| CHE GUEVARA - BANDEIRA | Boa Vista do Tupim | 70 |
| CIPO | VITORIA DA CONQUISTA | 80 |
| CONJUNTO BAIXAO | VITORIA DA CONQUISTA | 70 |
| CONQUISTA DO RIO PARDO | VITORIA DA CONQUISTA | 60 |
| ITATIAIA | Santa Inês | 80 |
| LAGOA CALDEIRÃO | VITORIA DA CONQUISTA | 120 |
| MUTUM | VITORIA DA CONQUISTA | 120 |
| NOSSA SENHORA AUXILIADORA | Boa Vista do Tupim | 82 |
| NOVA CANAÃ | Pindobaçu | 82 |
| OLHO D'AGUA | VITORIA DA CONQUISTA | 35 |
| PÉ DE SERRA | Tucano | 61 |
| PICADA | Xique Xique | 596 |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|-----------------|
| PIRATINI | Bonito | 84 |
| PORTEIRA | Sítio do Quinto | 102 |
| RANCHO ALEGRE | Santa Inês | 109 |
| RECORDAÇÃO | Camacan | 38 |
| SÃO JOAQUIM | Macajuba | 44 |
| SÃO MATEUS | Araças | 212 |
| TÁBUA SERRINHA | Quijingue | 82 |
| TINGUI GONÇALVES | Sítio do Quinto | 61 |
| AGUADAS -2015 | | |
| PA | MUNICÍPIO | FAMILIAS |
| MENINO JESUS | ÁGUA FRIA | 212 |
| TERRA PROMETIDA/FAZ. CAJUBA | TUCANO/NOVA SOURE | 300 |
| MUCAMBINHO | SANTA LUZ | 82 |
| ANTONIO CONSELHEIRO | SANTA LUZ | 37 |
| NOVA PALMARES | CONCEIÇÃO DO COITÉ | 102 |
| LAGOA DOS BOIS | SANTA LUZ | 77 |
| RUMO A INDEPENDÊNCIA | SANTA LUZ | 40 |
| VARGEM FUNDA | SANTA LUZ | 30 |
| CAIMÃ | ADUSTINA | 88 |
| CARITÁ | JEREMOABO | 99 |
| SÃO JOSÉ DO MARIMBÁ | TUCANO | 10 |
| SANTA VIRGÍNIA | TUCANO | 30 |
| BOQUEIRÃO | TUCANO | 24 |
| AMAZONAS | TUCANO | 16 |
| SÃO FRANCISCO | JUAZEIRO | 109 |
| VALE DA CONQUISTA | SOBRADINHO | 80 |
| POTIGUAR | SENTO SÉ | 82 |
| LUIZ NUNES | CASA NOVA | 70 |
| NOVA CANAÃ | PINDOBAÇU | 84 |
| SERRA VERDE | SENHOR DO BONFIM | 18 |
| BAIXA GRANDE | MORRO DO CHAPÉU | 40 |
| LAGOINHA E BOA VISTA | MORRO DO CHAPÉU | 70 |
| PACHOLA | MORRO DO CHAPÉU | 9 |
| SANTANA | MORRO DO CHAPÉU | 25 |
| NASCENÇA E CONQUISTA | MORRO DO CHAPÉU | 20 |
| RECREIO | MORRO DO CHAPÉU | 23 |
| SOHEN | MORRO DO CHAPÉU | 105 |
| PEDRA VERMELHA | OUROLÂNDIA | 29 |
| NOVA PAZ | QUEIMADAS | 17 |
| HERMES CAIRES | SANTA INÊS | 24 |
| BARRAVERDE | BOA VISTA DO TUPIM | 100 |

| | | |
|------------------------|----------------------|-----|
| BEIRA RIO | BOA VISTA DO TUPIM | 400 |
| BOA SORTE UNA | IRAMAIA | 475 |
| KHAETA | MARACAS | 63 |
| LAGOA CALDEIRÃO | VITÓRIA DA CONQUISTA | 120 |
| MUTUM | VITÓRIA DA CONQUISTA | 120 |
| MONTE DAS OLIVEIRAS | VITÓRIA DA CONQUISTA | 61 |
| 1º DE ABRIL | IPIRÁ | 85 |
| ALDEIA | IPIRÁ | 84 |
| DOM MATHIAS | IPIRÁ | 109 |
| SANTA CLARA | IBIQUERA | 220 |
| CHE GUEVARA | BOA VISTA DO TUPIM | 52 |
| ALIANÇA | BOA VISTA DO TUPIM | 69 |
| N. SENHORA AUXILIADORA | BOA VISTA DO TUPIM | 69 |
| REUNIDAS CAMBUÍ | IBIQUERA | 45 |
| TAMBURI | IRAMAIA | 29 |
| STA. MARIA FLORENTINA | ITAETÊ | 52 |
| FLORESTAN FERNANDES | ITAETÊ | 68 |

As obras relacionadas acima estão em andamento, sendo que em relação aos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água só estão consideradas concluídas aquelas que realmente apresentam água nas torneiras, ou seja, funcionando completamente. Algumas dessas obras estão com sua execução física totalmente concluída, mas sem expectativa de energização pela concessionária de energia elétrica.

Ação 211A – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos

A Regional possui um contrato em vigência no exercício, o CRT/BA/Nº01/2013, contemplando no termo aditivo total 1.662 famílias. O contrato foi prorrogado em decorrência de dificuldades no repasse dos pagamentos durante todo o exercício de 2014. No exercício de 2015, continuaram as dificuldades de pagamento das faturas, que aliado às dificuldades e complexidades do trabalho em campo, impuseram um ritmo mais lento no cronograma de execução.

Apesar dos fatores expostos acima, destaca-se que foram demarcados 16 perímetros de Projetos de Assentamento beneficiando 790 famílias. Os perímetros foram apresentados e avaliados em observância aos padrões exigidos na Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Por outro lado, os resultados tiveram menor expressão com relação à demarcação de lotes dentro destas mesmas áreas. Isto ocorreu ainda em decorrência da dificuldade da Regional na elaboração dos pré-projetos de parcelamento para subsidiar a demarcação interna dos imóveis.

Diante desta dificuldade, lançou-se mão de colaboradores eventuais, que tiveram despesas de diária e deslocamento arcadas pela Regional, para a realização de oficinas participativas e construção dos pré-projetos no exercício de 2015. Tal iniciativa possibilitará no exercício posterior, contando com as prorrogações contratuais, a realização do parcelamento interno de 70 Projetos de Assentamentos.

Ação 211A – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

A meta de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para 2015 foi de 543 documentos. Entretanto, após o encerramento exercício, obtivemos 539 documentos emitidos, que constituíram principalmente nos Contratos de Concessão de Uso.

Por outro lado, diante da demanda apresentada à Superintendência para estabelecimento das servidões de passagem da Ferrovia de Integração Oeste Leste, foi emitida a ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-05/GAB/Nº26/14. A equipe composta por servidores da Unidade Avançada do Oeste e servidores do Incra/sede iniciou a identificação, caracterização, avaliação e demais procedimentos necessários para viabilizar a servidão nos Projetos de Assentamento CSB, Extrativista São Francisco e Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho.

No mesmo exercício, após determinação da Justiça Federal, através da Ação Civil 4031-17.2013.04.01.3307, o Incra foi obrigado a realizar a titulação do Projeto de Assentamento Amaralina, para a qual constituiu equipe especial designada pela ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-05/GAB/Nº90/14. Diante do caráter prioritário das duas ações, e visando não comprometer de forma significativa as demais ações ordinárias associadas à Divisão, foram previstas na ação o envolvimento de servidores de outros estados, entretanto, as despesas com passagens e deslocamento durante todas as atividades correram por conta do orçamento desta Regional. De acordo com os cronogramas estabelecidos, as atividades serão concluídas somente no exercício de 2016.

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

O controle das ações de infraestrutura ocorre de forma compartimentalizada, apenas com registro em planilhas eletrônicas, com registro de demandas, controle e acompanhamento de contratos e processos administrativo. Não há agregação e análise dos dados de forma conjunta que possibilite visualizar de forma objetiva o déficit de infraestrutura, regiões prioritárias e outras informações que permitam a realização de um planejamento e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar as dificuldades detectadas. Tampouco há uma diretriz definida pela Diretoria de Desenvolvimento para diagnóstico e planejamento das ações. A única orientação que menciona a priorização da realização das obras está disposta no art. 4º da Norma de Execução DD/DA/Nº114/2014, a saber: “As obras de engenharia deverão ser priorizadas de preferência na ocasião da elaboração do PDA/PRA”.

A priorização para a realização das obras ocorre na medida em que as demandas são apresentadas pelas associações e movimentos sociais. Diante deste cenário, identificou-se a real necessidade de obtenção de informações consistentes sobre a infraestrutura, dificuldades e potencialidades existentes, com vistas a ampliar as possibilidades de planejamento da Superintendência Regional da Bahia, sem prejuízo à orientação mencionada na Norma de Execução.

Com o objetivo de sanar tais deficiências, e minimizar os prejuízos da ausência de um planejamento institucionalizado, no final do exercício de 2014, a Regional iniciou os preparativos para os trabalhos de diagnóstico da infraestrutura básica nas áreas de reforma agrária do estado.

O diagnóstico consistirá em 4 etapas. A primeira etapa está em curso, e consiste na preparação para coleta dos dados. Foi definido um modelo de formulário para coleta dos dados básicos sobre a infraestrutura dos assentamentos para serem preenchidos durante o exercício de 2015 a cada

viagem de todos servidores do setor. O formulário elaborado em 2014 será testado no mês março de 2015. Além disso, ficou definido o formato de apresentação das informações a agregação das mesmas à planilha geral de informações do setor.

A segunda etapa consistirá no levantamento de informações disponíveis nos arquivos e processos existentes no INCRA. A terceira etapa consistirá na coleta de 30% dos assentamentos no levantamento de campo.

Para isso, serão utilizadas as viagens de campo dos servidores, ainda que para desempenhar outras atividades. Ainda avaliaremos o envolvimento dos agentes de assistência técnica para esta atividade Ressalte-se que, a iniciativa em curso decorre da ausência de estratégia nacional, a qual uma vez formulada poderá não estar em consonância com o formato em construção na Regional, havendo a possibilidade de remodelamento completo do modelo que está em construção. Contudo, entende-se que o pior cenário é a ausência total de uma estratégia. Por outro lado, apesar da inexistência de um diagnóstico sobre o déficit de infraestrutura é possível observar de forma estimada por extrapolação, o volume da demanda.

| MUNICÍPIO | PA | TIPO DE OBRA | QUANTIDADE |
|--------------------|---|--------------|------------|
| ADUSTINA | RIACHO DO ANGICO | SAA | 1 |
| ANGICAL | ANGICAL | ESTRADA | 248,97 KM |
| ANGICAL | ANGICAL | SAA | 5 |
| BARRA DO CHOÇA | PÁTRIA LIVRE | SAA | 1 |
| BELMONTE | SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO JEQUITINHONHA | ESTRADA | 6,78 KM |
| BOA VISTA DO TUPIM | ALIANÇA | ESTRADA | 20,80 KM |
| BOA VISTA DO TUPIM | CHE GUEVARA / BANDEIRA | ESTRADA | 18,00 KM |
| BOA VISTA DO TUPIM | CRISPIM | ESTRADA | 2,30 KM |

| | | | |
|--------------------|------------------------------|---------|----------|
| BOA VISTA DO TUPIM | NOSSA SENHORA AUXILIADORA | ESTRADA | 6,00 KM |
| BOA VISTA DO TUPIM | POLINÉSIA | ESTRADA | 32,80 KM |
| BOA VISTA DO TUPIM | BARRA VERDE | SAA | 1 |
| BUERAREMA | ITARARÉ | ESTRADA | 12,20 KM |
| BUERAREMA | BUIQUE | SAA | 1 |
| BUERAREMA | ITARARÉ | SAA | 1 |
| CACHOEIRA | CAIMBONGO | SAA | 1 |
| CAMAMU | ERNESTO CHE GUEVARA | ESTRADA | 5,81 KM |
| CAMAMU | ZUMBI DOS PALMARES | ESTRADA | 6,62 KM |
| CANAVIEIRAS | SÃO JOSÉ | ESTRADA | 3,70 KM |
| CÂNDIDO SALES | RANCHO DOS TEIXEIRAS | SAA | 1 |
| CANSANÇÃO | NOVA ESPERANÇA E ALTO BONITO | ESTRADA | 54,40 KM |
| CANUDOS | VARZINHA | ESTRADA | 26,40 KM |
| CARINHANHA | SANTA HELENA | ESTRADA | 23,50 KM |
| CATU | SÃO FRANCISCO DE CATU | SAA | 1 |
| CIPO | PIONEIRO | ESTRADA | 9,50 KM |
| CONCEIÇÃO DO COITÉ | NOVA PALMARES | ESTRADA | 23,40 KM |

| | | | |
|----------------------|-----------------------------|---------|----------|
| COTEGIPE | SÃO FRANCISCO DE ASSIS | ESTRADA | 11,00 KM |
| COTEGIPE | BEIRA RIO II | SAA | 1 |
| COTEGIPE | RIO GRANDE II | SAA | 1 |
| CRAVOLÂNDIA | PALESTINA | ESTRADA | 32,20 KM |
| CRAVOLÂNDIA | PALESTINA | SAA | 2 |
| ENCRUZILHADA | MUMBUCA / CANAÃ | SAA | 1 |
| ESPLANADA | BOA VISTA DE ESPLANADA | SAA | 1 |
| ESPLANADA | SÃO FRANCISCO | SAA | 1 |
| FORMOSA DO RIO PRETO | NOVA TERRA | ESTRADA | 8,50 KM |
| GANDU | CEDRO III | ESTRADA | 13,10 km |
| GANDU | CEDRO III | SAA | 1 |
| GANDU | CONJ. MINEIRO | SAA | 1 |
| IBICARAI | CONJ. VILA ISABEL | SAA | 1 |
| IBICARAI | LORETA VALADARES | SAA | 1 |
| IBIQUERA | SANTA CLARA | ESTRADA | 43,10 KM |
| IBIQUERA | SANTA CLARA | SAA | 1 |
| ILHÉUS | CONJUNTO BOM GOSTO | ESTRADA | 5,07 km |
| ILHÉUS | FREI VANTUY | ESTRADA | 6,95 KM |
| ILHÉUS | JOÃO AMAZONAS | ESTRADA | 6,91 KM |
| ILHÉUS | JOSEFA VITÓRIA | ESTRADA | 5,45 KM |
| ILHÉUS | NOVA VITÓRIA | ESTRADA | 11,40 KM |
| ILHÉUS | RESSURREIÇÃO | ESTRADA | 8,77 KM |
| ILHÉUS | CONJUNTO BOM GOSTO | SAA | 1 |
| ILHÉUS | FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA | SAA | 1 |
| IPIRÁ | 1º DE ABRIL | SAA | 1 |
| ITABUNA | CONJ. ALEMITA | ESTRADA | 5,90 KM |
| ITABUNA | CONJ. ALEMITA | SAA | 1 |
| ITACARÉ | PANCADA GRANDE | ESTRADA | 16,10 KM |
| ITACARÉ | NOVO PARAÍSO | SAA | 1 |
| ITACARÉ | PANCADA GRANDE | SAA | 1 |
| ITAETÉ | ROSELY NUNES | ESTRADA | 23,30 KM |
| ITAETÉ | SANTA MARIA FLORENTINO | ESTRADA | 10,20 KM |
| ITAETÉ | SANTA CLARA PARAGUACIÚMA | SAA | 1 |
| ITAMARAJU | SANTA CRUZ DO OURO | SAA | 1 |

| | | | |
|-------------------|----------------------|---------|----------|
| ITAMBÉ | NOVO HORIZONTE | ESTRADA | 6,00 KM |
| ITAPICURU | ARIZONA | ESTRADA | 23,80 KM |
| ITAPICURU | QUILOMBO LAGOÃO | ESTRADA | 7,00 KM |
| ITAPICURU | ARIZONA | SAA | 1 |
| JANDAIRA | PATALIM | SAA | 1 |
| LENÇÓIS | BELA FLOR | ESTRADA | 15,60 KM |
| MACAJUBA | SÃO JOAQUIM | ESTRADA | 25,37 KM |
| MARAU | LIBERDADE | ESTRADA | 19,60 KM |
| MARAÚ | LIBERDADE | SAA | 1 |
| MARCIONÍLIO SOUZA | CAXÁ | SAA | 1 |
| MATA DE SÃO JOÃO | EUCLIDES NETO | SAA | 1 |
| MORRO DO CHAPÉU | LAGOINHA E BOA VISTA | SAA | 1 |
| NOVA REDENÇÃO | MORENO | ESTRADA | 25,20 KM |

| | | | |
|------------------------|---------------------------------|---------|-----------|
| NOVA REDENÇÃO | SANTA CRUZ | SAA | 1 |
| NOVA SOURE | PENHA | ESTRADA | 12,60 KM |
| PEDRO ALEXANDRE | BONITO DAS UMBURANAS | SAA | 1 |
| POJUCA | ANA ROSA | SAA | 1 |
| PONTO NOVO | PAJEU | ESTRADA | 159,39 KM |
| PONTO NOVO | PAJEU | SAA | 1 |
| PRADO | GUAÍRA | ESTRADA | 13,50 KM |
| RIACHÃO DAS NEVES | RIO BRANCO | SAA | 1 |
| RIACHO DE SANTANA | BREJO DE SÃO JOSÉ | ESTRADA | 9,26 KM |
| RIACHO DE SANTANA | BREJO DE SÃO JOSÉ | SAA | 1 |
| SANTA CRUZ DE CABRÁLIA | EMBAÚBA | ESTRADA | 10,83 KM |
| SANTA CRUZ DE CABRÁLIA | O DESCOBRIMENTO | ESTRADA | 11,36 KM |
| SANTA CRUZ DE CABRÁLIA | SÃO MIGUEL | ESTRADA | 26,98 KM |
| SANTA CRUZ DE CABRÁLIA | EMBAÚBA | SAA | 1 |
| SANTA LUZ | LAGOA DO BOI | ESTRADA | 25,50 KM |
| SANTA LUZ | MUCAMBINHO | ESTRADA | 38,50 KM |
| SANTA LUZ | RUMO A INDEPENDÊNCIA | ESTRADA | 13,55 KM |
| SANTA LUZ | VARGEM FUNDA | ESTRADA | 14,45 KM |
| SANTA RITA DE CÁSSIA | ARCO VERDE | SAA | 1 |
| SANTO AMARO | ELDORADO / PETINGA | SAA | 1 |
| SÍTIO DO MATO | MANGAL II | ESTRADA | 5,52 KM |
| SÍTIO DO MATO | NOVA ESPERANÇA | ESTRADA | 25,98 KM |
| SÍTIO DO MATO | VALE VERDE / QUILOMBO LA JATOBA | ESTRADA | 10,62 KM |
| SÍTIO DO QUINTO | CARAÍBAS | ESTRADA | 6,00 KM |
| SÍTIO DO QUINTO | PORTEIRA | ESTRADA | 26,50 KM |
| SÍTIO DO QUINTO | TINGUI GONÇALVES | ESTRADA | 22,55 KM |
| TAPIRAMUTÁ | LAMEIRO (2 DE JULHO) | SAA | 1 |
| TUCANO | PÉ DE SERRA | ESTRADA | 49,50 KM |
| TUCANO | SANTA VIRGÍNIA | ESTRADA | 9,70 KM |
| UBAÍRA | JEQUIRIÇÁ | SAA | 1 |
| UBAITABA | CACHOEIRA BONITA | ESTRADA | 8,80 KM |
| UBAITABA | CRUZEIRO DO SUL | ESTRADA | 20,10 KM |
| UBAITABA | N. S. APARECIDA | ESTRADA | 6,24 KM |
| UBAITABA | N. S. APARECIDA | SAA | 1 |
| UNA | FORTALEZA | ESTRADA | 19,65 KM |
| UNA | IPIRANGA | ESTRADA | 9,77 KM |
| UNA | NOVA GALÍCIA | ESTRADA | 6,38 KM |
| UNA | NOVA GALÍCIA | SAA | 1 |
| URUÇUCA | SÃO JORGE | ESTRADA | 8,40 KM |
| UTINGA | SÃO FRANCISCO Nº 05 | ESTRADA | 22,13 KM |
| VALENÇA | SANTA LUZIA | ESTRADA | 10,50 KM |
| WAGNER | REUNIDAS JAQUEIRA/RIO BONITO | ESTRADA | 11,47 KM |

| | | | |
|---------------------|-------------------------|---------|----------|
| WAGNER | SÃO SEBASTIÃO DE UTINGA | ESTRADA | 11,60 KM |
| WENCESLAU GUIMARÃES | NOVO HORIZONTE | ESTRADA | 24,17 KM |
| WENCESLAU GUIMARÃES | SÃO JOÃO (OZIEL ALVES) | ESTRADA | 13,15 KM |
| WENCESLAU GUIMARÃES | FABIO HENRIQUE | SAA | 1 |

Em virtude desse volume de demandas e da necessidade de redução do déficit de infraestrutura, um dos caminhos atualmente adotados é a contratação de elaboração de Projetos a partir deste quadro. Possuímos 73 projetos elaborados, entre sistemas simplificados para abastecimento de água (SSAA) e projetos de estradas vicinais, que totalizam 1.203,3 km. O passo seguinte a este processo é a contratação da execução das obras. Vale ressaltar que devem existir outros déficits, visto que existem demandas que o setor de infraestrutura ainda desconhece. Motivo pelo qual iniciou-se o diagnóstico mencionado anteriormente.

É importante ressaltar que foi realizado pelo Incra/Sede, Chamamento Público para implantação, complementação ou recuperação de estradas vicinais internas e de acesso aos assentamentos rurais em Projetos de Assentamento com prioridade para os que serão beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Devido ao tempo disponível para capacitação dos técnicos do setor, orientação às prefeituras e posterior apresentação das propostas, não houve um rendimento satisfatório nesse primeiro Edital. Para melhoria dessa ação no ano subsequente, os técnicos do setor foram capacitados e a cada viagem realizada é procurado o gestor municipal para capacitação de técnicos para atuação no Chamamento Público.

Sobre a infraestrutura de energia elétrica, foram identificados através da consulta ao banco de dados da COELBA, cerca de 79 Projetos de Assentamento com solicitação de energização, aguardando aprovação pelo CGE – (Comitê Gestor Estadual) do Programa Luz para Todos. Além disso, existem cerca de 111 Projetos de Assentamento com solicitações de energização já aprovados pelo CGE / PLPT aguardando a finalização da elaboração dos projetos executivos para início das obras. Esses números não são exatos, podem variar para mais ou para menos, visto que a atualização das informações do banco de dados da COELBA sofre atualizações periódicas e também existem solicitações que não são feitas em nome das respectivas associações dos PA's.

DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA DOS PERÍMETROS E LOTES DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS.

A ação que mais avançou no diagnóstico do déficit foi a de Demarcação Topográfica. A partir da base cartográfica e informações processuais, foi realizado o levantamento de dados sobre a demarcação de assentamentos. Atualmente a Regional realizou a demarcação topográfica de perímetro em 317 e de lotes em 220 Projetos de Assentamento localizados no estado. Estima-se um déficit de 162 assentamentos com perímetros ainda não demarcados e 200 com lotes ainda não demarcados.

A principal estratégia de atuação para esta ação é a contratação de empresas especializadas, através de procedimentos licitatórios. Por outro lado, a parte de planejamento e definição dos projetos territoriais que apresentam as indicações para a marcação apresentaram salto considerável de qualidade com atuação dos agentes de assistência técnica e colaboradores eventuais convidados pela Divisão de Desenvolvimento. A qualificação dos pré-projetos de parcelamento, minimizam as possibilidades de retrabalho na demarcação e ao mesmo tempo representam maior participação e garantia da qualidade no processo de organização espacial da área.

Dentro dessa estratégia, conforme já descrito no item anterior, foram elaborados 70 pré projetos de parcelamento no decorrer do exercício. A meta para o próximo exercício é de ampliação da atuação da assistência técnica, e em alguns casos, dos colaboradores eventuais, além da conclusão dos serviços que encontram-se em andamento.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

O exercício de 2015 apresentou limitação considerável nas ações de Supervisão Ocupacional. Por determinação da Presidência do Incra e informado pela Diretoria de Desenvolvimento (Memo Circ. 110/2014-DD), houve a partir do mês de março, a suspensão das atividades relacionadas à ação, e conseqüentemente, das descentralizações de recurso.

Embora posteriormente tenha ocorrido uma flexibilização à suspensão, restringindo as autorizações às prioridades de atendimento que eram especificamente conformadas por atendimento às solicitações de órgãos de controle, Ministério Público Federal, Decisões Judiciais, conflitos ou ações emergenciais, houve um sério comprometimento das atividades, conforme já abordado no item anterior.

Diante deste quadro, a primeira descentralização de recursos para custear vistorias ocorreu somente no último trimestre do exercício, o que comprometeu o desenvolvimento de qualquer estratégia por parte da Superintendência Regional. Por outro lado, a estratégia interna de aperfeiçoamento e monitoramento do trâmite dos processos administrativos foi intensificada. Após o estabelecimento de um grupo de trabalho para análise desses processos individuais e proposições de encaminhamentos cabíveis a cada caso, houve avanço no monitoramento através da constituição e manutenção de um banco de dados relacionado à ação. Havia um passivo de 1.933 processos sem o devido encaminhamento dentro da Divisão, que foi reduzido ao quantitativo de 708. No exercício de 2015 foram analisados 486, dentre os quais, 256 foram encaminhados para retomada de lotes. Um resultado de grande relevância decorrente desta organização é o controle e conhecimento relacionado à retomada de lotes que apresentavam alguma situação de ocupação irregular. Durante o exercício de 2015 foram encaminhados 251 processos, correspondendo ao mesmo quantitativo em lotes. Em outra via, seguiram os atendimentos relacionados às denúncias apresentadas pelas comunidades, solicitações da Justiça Federal, Ministério Público Federal e Ouvidoria Agrária Nacional. As ações se concentraram em assentamentos com alto grau de complexidade em relação à compra e venda de lotes e casos de conflito agrário, dentre elas: Projeto de Assentamento Amaralina e Afrânio Fonseca em Vitória da Conquista, Beira Rio em Boa Vista do Tupim, Projeto de Assentamento Pajeú em Caldeirão Grande, Extrativista São Francisco em Serra do Ramalho, Piabas em Lajedinho e Guimarães em Sento Sé. Dentre estes, destacamos no quadro abaixo as ações de fiscalização realizadas pela Superintendência Regional da Bahia.

Em todos os Projetos de assentamentos que recebem vistoria integral, são checadas as áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente.

Por outro lado, a Superintendência também estabeleceu procedimento para averiguação das denúncias ambientais de ocupação de Reserva Legal, APP e outras ações de degradação ambiental, estabelecendo um fluxo com abertura de procedimento administrativo.

| SIPRA | PA | MUNICÍPIO | QUANTIDADE DE PARCELAS VISTORIADAS - RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO ENTREGUE |
|-----------|------------------------------|----------------------|---|
| BA0370000 | UIRAPURU | BARRA | 13 |
| BA0391000 | ANTONIO CONSELHEIRO | BARRA | 1 |
| BA0389000 | ANGICO | BARRA | 1 |
| BA0165000 | NOVA ESPERANÇA E ALTO BONITO | CANSANCAO | 1 |
| BA0301000 | SÃO FRANCISCO | JUAZEIRO | 1 |
| BA0571000 | PEDRA VERMELHA | OUROLANDIA | 1 |
| BA0488000 | NOVA CANAÃ | PINDOBACU | 5 |
| BA0542000 | BELA VISTA/MOVELAR | SANTA CRUZ CABRALIA | 1 |
| BA0315000 | CAMPO ALEGRE | WANDERLEY | 1 |
| BA0044000 | AMARALINA | VITORIA DA CONQUISTA | 20 |
| BA0374000 | ANA ROSA | POJUCA | 35 |
| BA0156000 | 3 DE ABRIL | TERRA NOVA | 17 |
| BA0027000 | CUMURUXATIBA | PRADO | 15 |
| BA0236000 | SÃO DIOGO | PLANALTINO | 12 |
| BA0357000 | SANTA LUZIA | OUROLANDIA | 1 |
| BA0571000 | PEDRA VERMELHA | OUROLANDIA | 3 |
| BA0499000 | VILA NOVA | OUROLANDIA | 3 |
| BA0464000 | VARZINHA | CANUDOS | 3 |
| BA0395000 | PAU DE COLHER | JACOBINA | 3 |

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

O desenvolvimento de assentamentos está alicerçado em dois pontos fundamentais: A **infraestrutura básica** e o financiamento das famílias através do **crédito**.

1. Crédito Instalação

Quanto à infraestrutura básica, conforme já abordado anteriormente, esta Regional está realizando um diagnóstico atual de estrutura dos assentamento na Bahia. Este diagnóstico está dividido em quatro etapas. A primeira etapa está em curso, e consiste na preparação para coleta dos dados. A segunda, consistirá no levantamento de informações disponíveis nos arquivos e processos existentes no INCRA. A terceira etapa consistirá na coleta de dados de campo. A quarta será a consolidação dos dados.

Quanto ao financiamento das famílias através do crédito, tanto para planejamento como para sua execução, as atividades relacionadas aos créditos instalação no exercício 2014 sofreram as

consequências advindas das determinações da Portaria nº 352, de 18 de junho de 2013, na qual todo o recurso destinado à aplicação do Crédito Instalação, nas suas demais modalidades, foi recolhido de forma imediata das contas bancárias das Associações, o que acarretou num procedimento de restituição criterioso e ocorrido de forma gradativa.

Após um longo e intensificado período concentrado na alimentação dos processos e pedidos de restituição das contas, foram montados em conjunto com cada equipe de supervisão, cronogramas de ação em campo, tendo como foco para a prestação de contas final o dia 31 de dezembro de 2014, conforme o Artigo 6º da RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº14.

É possível ilustrar o resultado deste esforço ao analisarmos que apresentávamos um montante de R\$ 9.207.003,44 restituídos às contas e conseguimos liquidar o montante de R\$ 6.216.724,98.

Concomitante a essa demanda foram recebidos expedientes da Diretoria de Desenvolvimento, orientando o início da operação do Novo Crédito Instalação, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014 e o Decreto nº 8256 de 26 maio de 2014, que regulamenta a concessão dos novos créditos de instalação do INCRA. Por este motivo, estas novas demandas também foram inseridas no cronograma de ações em campo, porém de forma cautelosa. Por este motivo, os avanços tiveram menor expressão em relação à liberação dos créditos recolhidos, e se concentraram principalmente na sua etapa inicial de qualificação para inserção e/ou confirmação de beneficiários no Sistema Nacional de Cobrança do Crédito de Instalação– SNCCI.

Com relação ao planejamento para cobrança do passivo de crédito instalação no exercício, destacamos que diante da edição da Medida Provisória – MP/Nº 636/13, convertida em Lei nº 13.001, ficou estabelecida a solução definitiva para o endividamento dos beneficiários das diferentes linhas de créditos relativos à Reforma Agrária, precisamente em seu Artigo 3º, remetindo os créditos concedidos a assentado de reforma agrária, a exceção das modalidades Crédito de Habitação – Crédito para Aquisição de Material de Construção e Crédito Recuperação/Material de Construção que serão liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

Este processo, além de exigir a análise técnica referente ao encerramento, prestação de contas e saneamento dos processos individuais dos assentados que acessaram os recursos, carece de procedimento interno para baixa contábil na conta 122310000 – empréstimos concedidos, conforme previsto no Artigo 6º desta MP. Tarefa que para esta Superintendência Regional, compreende os exercícios de 1985 até 2014.

De forma a capacitar e organizar o início deste processo, a Superintendência da Bahia sediou, no período de 24/03 a 04/04 de 2014, uma das Oficinas-Pólo organizada pelo Incra/sede, referente à temática. Nesta oportunidade, os servidores receberam as instruções desde o saneamento dos processos individuais, passando pelo cadastramento das informações no SNCCI até a baixa contábil, pela Divisão de Administração no valor do recurso financeiro repassado para a conta corrente bloqueada. Utilizou-se como exemplo, a Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Assentamento Malhador da Jurema, na modalidade Apoio Inicial. Por força das demandas prioritárias, tanto de concessão dos créditos via Portaria nº 352, como qualificação e emissão de contratos, com inserção no SNCCI para viabilização de liberação de recursos e cartões magnéticos em suas respectivas agências, conforme Novo Crédito Instalação, tivemos de reformular o cronograma para atendimento ao plano de cobrança/remissão tanto dos Assentamentos trabalhados na Oficina-Pólo [BA0878000 - PA VALE DO IUIU, BA0549000 - PA SANTA MARIA, BA0862000 - PDS REUNIDAS PAU BRASIL, BA0870000 - PA BAIXA ALEGRE, BA0860000 – PA POTIGUAR E BA0883000 – PA DOM RICARDO] como para os demais processos existentes no passivo, cuja data de criação está compreendida entre os períodos de 2009 a 2013. Além deste, destaca-se a outra parcela do passivo

que a priori apresenta maior complexidade por compreender os assentamentos criados no período 1985 a 2008.

Considerando a prorrogação de prazo para o encerramento da concessão dos créditos orientados pela Portaria N° 352 e a existência de saldo em algumas contas; considerando que o saldo total destas contas não foi liquidado em decorrência de dificuldades operacionais, a exemplo do baixo número de servidores e veículos disponíveis para as visitas de campo; esta ação terá continuidade e se encerrará no primeiro semestre do exercício de 2016. Portanto, com a mão-de-obra absorvida com esta atividade e com a concessão do novo crédito na modalidade apoio inicial, o objetivo definido é de concluir o processo de cobrança/remissão dos assentamentos iniciados na oficina-pólo no segundo semestre de 2016. Em paralelo a isso, será criado um grupo de trabalho para realizar a triagem dos processos de créditos concedidos que serão objeto da remissão, com vistas a realizar uma segregação por complexidade e tipos de pendências encontradas. Com isso será possível dimensionar o volume e a complexidade envolvida nas atividades de remissão, permitindo maior qualidade no planejamento da atividade para os demais exercícios.

Considerando o quantitativo de assentamentos, o volume de processos existentes, o quantitativo de servidores e ainda as outras demandas prioritárias existentes no setor que ainda necessitam de remanejamento de mão-de-obra, estima-se a conclusão da remissão em três anos.

É importante frisar que todas as ações voltadas ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento na Regional, apresentam sério comprometimento em decorrência do baixo quantitativo de servidores disponíveis. Como exemplo, podemos demonstrar que ações de grande importância como a Agroindustrialização e a Documentação da Trabalhadora Rural, encontram-se sem asseguradores, contando apenas eventualmente com a colaboração eventual de alguns servidores mediante urgência de demanda.

Frisam-se outras áreas, como a Titulação/Consolidação que apresenta apenas uma servidora, e a equipe de ATER, que conta apenas com três servidores exclusivos, enquanto que em outros estados de menores dimensões e menores quantitativos de público beneficiário, apresentam equipes com mais de dez servidores. Embora as atividades do crédito instalação, venham a ser drasticamente reduzidas com a finalização do prazo estabelecido, conforme já mencionado, esta ação ainda absorverá um quantitativo considerável de servidores, os quais estarão voltados para a cobrança/remissão.

2. *Agroindustrialização*

Não houve execução física na Ação de Terra Sol (responsável pelas atividades voltadas à agroindustrialização) no exercício de 2015.

3. *Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização*

De acordo com os contratos firmados, temos 4.300 famílias atendidas na ATER. No quinto termo aditivo do Convênio de ATES, publicado em 15 de maio de 2014, uma das alterações foi no Plano de Trabalho, no qual passou a constar atendimento para 31.757 famílias, justificado pela inoperância de 6 Nos. A Chamada Pública realizada passou a atender as famílias anteriormente atendidas por esses Núcleos. Este Quinto Termo Aditivo também prorrogou o prazo por mais 365 dias, a contar de 01/07/2014, indo até 30/06/2015. O Sexto Termo Aditivo foi devido extinção da EBDA e transferência das ações da Secretaria de Agricultura - SEAGRI e EBDA (executora) para a nova Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDR e CAR (Compahia de Ação Regional) como executora.

Portanto o número total de famílias atendidas (ATES + ATER) é mesmo aquele de 36.057, desde meados de 2014. Em 29 de junho de 2015 foi assinado o Sétimo Termo Aditivo do Convênio que alterou a vigência do mesmo para 01/01/2017, portanto mantendo o número de famílias atendidas durante todo o ano de 2015. As principais dificuldades na execução da metas físicas estão relacionadas à Extinção da EBDA e o longo período de transição para que a SDR e CAR consigam retomar os trabalhos e atender às metas repactuadas.

Abaixo, planilha com o número de famílias atendidas por PA.

| CÓDIGO SIPRA DO PA | PA | MUNICÍPIO | NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CONTRATO |
|--------------------|--------------------------------|-------------------------|--|
| BA0919000 | GUIMARÃES | SENTO SE | 88 |
| BA0181000 | 12 DE MAIO | ARACAS | 31 |
| BA0140000 | 17 DE ABRIL | TAPEROA | 38 |
| BA0420000 | 1º DE ABRIL PARAGUAÇU | IPIRA | 83 |
| BA0156000 | 3 DE ABRIL | SÃO SEBASTIÃO DO PASSE | 92 |
| BA0075000 | AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO | SERRA DO RAMALHO | 592 |
| BA0023000 | ALAGOAS | PINTADAS | 14 |
| BA0061000 | ALAGOINHAS | JACOBINA | 47 |
| BA0101000 | ALDEIA | IPIRA | 84 |
| BA0515000 | ALIANÇA | BOA VISTA DO TUPIM | 66 |
| BA0044000 | AMARALINA | VITORIA DA CONQUISTA | 139 |
| BA0374000 | ANA ROSA | POJUCA | 57 |
| BA0915000 | ANATIVA | MARCIONILIO SOUZA | 20 |
| BA0012000 | ANDARAI I | ANDARAI | 412 |
| BA0010000 | ANGICAL I | ANGICAL | 922 |
| BA0090000 | ANICE | MUQUEM DE SAO FRANCISCO | 29 |
| BA0094000 | ANTONIO CONSELHEIRO | SANTA LUZ | 37 |
| BA0333000 | ANTONIO CONSELHEIRO | WENCESLAU GUIMARAES | 20 |
| BA0252000 | ANTÔNIO CONSELHEIRO II | SANTA RITA DE CASSIA | 297 |

| | | | |
|-----------|-----------------------------|----------------------|-----|
| BA0465000 | ANTONIO CONSELHEIRO III | CAMAMU | 35 |
| BA0517000 | APARECIDA DO NORTE | ITAGUACU DA BAHIA | 65 |
| BA0266000 | ARARUNA | LENCOIS | 15 |
| BA0327000 | ARCO VERDE | SANTA RITA DE CASSIA | 59 |
| BA0399000 | ARGEMIRO MENDES DE OLIVEIRA | CAMAMU | 24 |
| BA0318000 | ARIZONA E OUTRAS | ITAPICURU | 89 |
| BA0368000 | ASSEMBLEIA | JAGUAQUARA | 35 |
| BA0339000 | ASSU DA CAPIVARA | CAMACARI | 60 |
| BA0192000 | AUXILIADORA | CAMACAN | 30 |
| BA0870000 | BAIXA ALEGRE | JAGUAQUARA/ITAQUARA | 31 |
| BA0056000 | BAIXA GRANDE | MORRO DO CHAPEU | 40 |
| BA0211000 | BAIXAO | ITAETE | 142 |
| MF0085000 | BANGUE | CURACÁ | 40 |
| BA0155000 | BARRA VERDE | BOA VISTA DO TUPIM | 95 |
| BA0373000 | BARRO BRANCO | MATA DE SAO JOAO | 21 |
| BA0349000 | BATALHA | BOM JESUS DA LAPA | 440 |
| BA0121000 | BEIRA RIO | BOA VISTA DO TUPIM | 393 |
| BA0561000 | BEIRA RIO | SANTA RITA DE CASSIA | 125 |

| | | | |
|-----------|--------------------|---------------------|-----|
| BA0863000 | BEIRA RIO | SENTO SE | 39 |
| BA0600000 | BELA CONQUISTA | ITIUBA | 35 |
| BA0166000 | BELA FLOR | LENCOIS | 19 |
| BA0157000 | BELA VISTA | ITAMARAJU | 157 |
| BA0296000 | BELA VISTA II | CASA NOVA | 24 |
| BA0542000 | BELA VISTA/MOVELAR | SANTA CRUZ CABRALIA | 83 |
| BA0239000 | BOA ESPERANÇA | BOM JESUS DA LAPA | 27 |
| BA0159000 | BOA SORTE | WENCESLAU GUIMARAES | 48 |
| BA0523000 | BOA SORTE UNA | IRAMAIA | 446 |

| | | | |
|-----------|------------------------|-------------------|-----|
| BA0142000 | BOA SORTE/RECREIO | RIBEIRAO DO LARGO | 70 |
| BA0009000 | BOA VISTA | SOBRADINHO | 8 |
| BA0528000 | BOA VISTA DE ESPLANADA | ESPLANADA | 28 |
| BA0321000 | BOM JESUS DAS ORTIGAS | ITAPICURU | 42 |
| BA0308000 | BOM SUCESSO | PEDRO ALEXANDRE | 42 |
| BA0260000 | BONITO DAS UMBURANAS | PEDRO ALEXANDRE | 46 |
| BA0255000 | BOQUEIRAO | LENCOIS | 68 |
| BA0286000 | BOQUEIRÃO E OUTRAS | CARINHANHA | 34 |
| BA0602000 | BRASILANDIA | CARINHANHA | 41 |
| BA0365000 | BREJÃO | ENCRUZILHADA | 61 |
| BA0084000 | BREJO DE SÃO JOSÉ | RIACHO DE SANTANA | 96 |
| BA0114000 | BUIQUE | BUERAREMA | 29 |
| BA0212000 | BURUNDANGA | IGRAPIUNA | 40 |
| BA0016000 | CACHÁ | MARCIONILIO SOUZA | 448 |
| BA0297000 | CAIMÃ | ADUSTINA | 88 |
| BA0160000 | CAIMBONGO | CACHOEIRA | 68 |
| BA0088000 | CAJUEIRO (NV SOURE) | NOVA SOURE | 22 |
| BA0030000 | CALIFORNIA II | ITAGUACU DA BAHIA | 37 |
| BA0009000 | CAMAMU | CAMAMU | 35 |
| BA0108000 | CAMPINHOS | CANAVIEIRAS | 26 |

| | | | |
|-----------|----------------|-------------------|-----|
| BA0329000 | CAMPO FORMOSO | NOVA REDENCAO | 26 |
| BA0248000 | CAMPO GRANDE I | BOM JESUS DA LAPA | 120 |
| BA0454000 | CANAÃ | REMANSO | 89 |
| BA0284000 | CANAA II | CANAVIEIRAS | 55 |
| BA0129000 | CANGUSSU | BARRA DO CHOCA | 59 |
| BA0256000 | CARITA | JEREMOABO | 99 |
| BA0292000 | CARLOTA | RIACHÃO DAS NEVES | 75 |
| BA0601000 | CASSATINGA | ITIUBA | 42 |
| BA0295000 | CASTELO | RIACHÃO DAS NEVES | 56 |

| | | | |
|-----------|------------------------------|----------------------|----|
| BA0884000 | CAXIADO | SÃO DESIDÉRIO | 24 |
| BA0179000 | CEDRO | VITORIA DA CONQUISTA | 58 |
| BA0311000 | CEDRO III | GANDU | 18 |
| BA0215000 | CENTRAL | BONITO | 99 |
| BA0468000 | CHE GUEVARA | BOA VISTA DO TUPIM | 52 |
| BA0167000 | CHICO MENDES | WENCESLAU GUIMARAES | 31 |
| BA0253000 | CHICO MENDES II | PORTO SEGURO | 64 |
| SE0201000 | CHUQUE | JEREMOABO | 30 |
| BA0186000 | CIPÓ | VITORIA DA CONQUISTA | 41 |
| BA0300000 | CONJUNTO BAIXAO | VITORIA DA CONQUISTA | 49 |
| BA0226000 | CONJUNTO BOM GOSTO/JERUSALÉM | ILHEUS | 39 |
| BA0232000 | CONJUNTO COARY | SANTA LUZIA | 18 |
| BA0264000 | CONJUNTO CRUZEIRO DO SUL | UBAITABA | 56 |
| BA0303000 | CONJUNTO LARANJEIRA | MARAU | 29 |
| BA0312000 | CONJUNTO MINEIRO | GANDU | 25 |

| | | | |
|-----------|------------------------|----------------------|-----|
| BA0110000 | CONJUNTO PALESTINA | WAGNER | 36 |
| BA0519000 | CONJUNTO SAO JOAO | IBIRAPITANGA | 44 |
| BA0191000 | CONJUNTO VILA ISABEL | IBICARAI | 55 |
| BA0138000 | CONQUISTA DO RIO PARDO | VITORIA DA CONQUISTA | 46 |
| BA0615000 | COROA DE CABRÁLIA | SANTA CRUZ CABRALIA | 59 |
| BA0449000 | COSME E DAMIAO | CAMACARI | 29 |
| BA0132000 | COSME MUNIZ | ILHEUS | 35 |
| BA0072000 | CSB | SERRA DO RAMALHO | 205 |
| BA0091000 | CURIMATÁ | PARIPIRANGA | 26 |

| | | | |
|-----------|---------------------------|----------------------|-----|
| BA0383000 | CURRAL DAS VARGENS | BOM JESUS DA LAPA | 152 |
| BA0362000 | DANDARA | IRAMAIA | 49 |
| BA0193000 | DANDARA DOS PALMARES | CAMAMU | 63 |
| BA0234000 | DOIS IRMÃOS | ILHEUS | 22 |
| BA0334000 | DOM HELDER CAMARA | ILHEUS | 26 |
| BA0479000 | DOM MATTHIAS | IPIRA | 109 |
| BA0883000 | DOM RICARDO | RIACHÃO DAS NEVES | 181 |
| BA0172000 | DORCINA PAULA DE OLIVEIRA | BONITO | 20 |
| BA0163000 | ELDORADO | SANTO AMARO | 44 |
| BA0178000 | EMBAUBA I | SANTA CRUZ CABRALIA | 41 |
| BA0187000 | ENGANO | CAEM | 31 |
| BA0287000 | ENTRE RIOS | CAMACAN | 32 |
| BA0379000 | ERNESTO CHE GUEVARA | CAMAMU | 19 |
| BA0128000 | ERNESTO CHEGUEVARA | WENCESLAU GUIMARAES | 50 |
| BA0127000 | ESTANCIA SANTA CRUZ | SANTA CRUZ CABRALIA | 10 |
| BA0900000 | ETELVINO CAMPOS | VITORIA DA CONQUISTA | 52 |
| BA0332000 | ETEVALDO BARRETO PELÉ | IBICARAI | 30 |

| | | | |
|-----------|---------------------------------|---------------------|-----|
| BA0267000 | EUCLIDES NETO | MATA DE SAO JOAO | 75 |
| BA0097000 | EUGENIO LYRA | BONITO | 36 |
| BA0271000 | EUROPA | ITAETE | 50 |
| BA0216000 | FABIO HENRIQUE | WENCESLAU GUIMARAES | 76 |
| BA0086000 | FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA | ILHEUS | 29 |
| BA0566000 | FAZ REUNIDAS BOA VISTA E OUTRAS | ESPLANADA | 46 |
| BA0029000 | FAZENDA ALMAS | ITAGUACU DA BAHIA | 251 |

| | | | |
|-----------|------------------------------|---------------------|-----|
| BA0520000 | FAZENDA BOM JESUS | IGRAPIUNA | 29 |
| BA0369000 | FAZENDA BOM SUCESSO E OUTRAS | SAO FELIX DO CORIBE | 20 |
| BA0879000 | FAZENDA BORÁ | ITAGUACU DA BAHIA | 16 |
| BA0354000 | FAZENDA CAJUEIRO I | XIQUE-XIQUE | 126 |
| BA0353000 | FAZENDA CAJUEIRO II | XIQUE-XIQUE | 108 |
| BA0039000 | FAZENDA CALIFORNIA | ITAGUACU DA BAHIA | 13 |
| BA0040000 | FAZENDA CRISPIM | BOA VISTA DO TUPIM | 24 |
| BA0382000 | FAZENDA DOIS IRMAOS | WENCESLAU GUIMARAES | 19 |
| BA0358000 | FAZENDA ESPERANCA | MUCURI | 83 |
| BA0032000 | FAZENDA GUAÍRA | PRADO | 22 |
| BA0202000 | FAZENDA JAGUARACY | SAO GABRIEL | 4 |
| BA0337000 | FAZENDA LAGOA DA ONCA | PLANALTINO | 39 |
| BA0204000 | FAZENDA MILAGRE/MANGARATIBA | SAO GABRIEL | 40 |
| BA0298000 | FAZENDA MUNDURI | IBIQUERA | 98 |
| BA0022000 | FAZENDA NOSSA SRA DO ROSÁRIO | PRADO | 43 |

| | | | |
|-----------|----------------------------|----------------------|-----|
| BA0025000 | FAZENDA NOVA DELY | ITAMARAJU | 52 |
| BA0201000 | FAZENDA PARAÍSO | SAO GABRIEL | 18 |
| BA0575000 | FAZENDA POLINÉSIA | BOA VISTA DO TUPIM | 70 |
| BA0200000 | FAZENDA QUEIMADAS | AMERICA DOURADA | 21 |
| BA0417000 | FAZENDA REUNIDAS ESPLANADA | SANTA RITA DE CASSIA | 60 |
| BA0293000 | FAZENDA REUNIDAS FS | IRAQUARA | 119 |
| BA0580000 | FAZENDA ROCHEDO E OUTRAS | ILHEUS | 29 |

| | | | |
|-----------|-------------------------|-------------------------|-----|
| BA0203000 | FAZENDA SACRIFÍCIO | SAO GABRIEL | 11 |
| BA0038000 | FAZENDA SANTA ERNESTINA | MORRO DO CHAPEU | 0 |
| BA0045000 | FAZENDA SANTANA | MUQUEM DE SAO FRANCISCO | 173 |
| BA0456000 | FAZENDA SAO JOAO | NILO PECANHA | 29 |
| BA0359000 | FAZENDA TALISMÃ | BOA NOVA | 52 |
| BA0348000 | FAZENDA VAVA | URUCUCA | 19 |
| BA0274000 | FLORESTA E OUTRAS | ITABERABA | 17 |
| BA0516000 | FLORESTAN FERNANDES | ITAETE | 64 |
| BA0366000 | FLORIDA | MORPARA | 95 |
| BA0242000 | FREI VANTUY | ILHEUS | 41 |
| BA0377000 | GALILEIA | POÇÕES | 69 |
| BA0381000 | GAMELEIRA | ITAMBE | 44 |
| BA0195000 | GRUPO SANTO ANTONIO | ARATACA | 35 |
| BA0235000 | HELVECIA | ITAJUIPE | 36 |
| BA0375000 | ILHA DA LIBERDADE | BARREIRAS | 30 |
| BA0345000 | IPAULATE | IRAJUBA | 62 |
| BA0169000 | IPIRANGA | UNA | 44 |
| BA0241000 | ITARARÉ | BUERAREMA | 39 |
| BA0460000 | ITATIAIA | SANTA INÊS | 32 |
| BA0214000 | JACARANDÁ | SANTANA | 246 |

| | | | |
|-----------|---------------------------------|------------------|-----|
| BA0376000 | JEQUIRICA | UBAIRA | 59 |
| BA0462000 | JEQUITIBA | MUCURI | 137 |
| BA0584000 | JIBÓIA | SENHOR DO BONFIM | 59 |
| BA0384000 | JOAO AMAZONAS | ILHEUS | 74 |
| BA0310000 | JOÃO EPIFÂNIO (PARAÍSO/ITACARÉ) | ITACARE | 32 |
| BA0171000 | JOSEFA VITÓRIA | ILHEUS | 22 |
| BA0177000 | JOSENEI | ITUBERA | 61 |
| BA0385000 | KHAETA | MARACAS | 63 |
| BA0393000 | LAGOA BONITA | MUCURI | 117 |

| | | | |
|-----------|------------------------|-------------------------|-----|
| BA0074000 | LAGOA CALDEIRÃO | VITORIA DA CONQUISTA | 75 |
| MF0200000 | LAGOA DA VACA | CURUÁ | 60 |
| BA0355000 | LAGOA DE DENTRO I E II | OUROLANDIA | 40 |
| BA0518000 | LAGOA DE ITAPARICA | XIQUE-XIQUE | 48 |
| BA0073000 | LAGOA DO BOI | SANTA LUZ | 77 |
| BA0347000 | LAGOA DOURADA | PARATINGA | 22 |
| BA0299000 | LAGOA NOVA | VITORIA DA CONQUISTA | 44 |
| BA0380000 | LAGOINHA E BOA VISTA | MORRO DO CHAPEU | 70 |
| BA0263000 | LAJEDO BONITO | GUARATINGA | 52 |
| BA0527000 | LAMEIRO | TAPIRAMUTA | 17 |
| BA0305000 | LIBERDADE | MARAU | 52 |
| BA0079000 | LOANDA | ITAJUIPE | 46 |
| BA0173000 | LUCAS DANTAS | ITUBERA | 49 |
| BA0247000 | LUIZ NUNES | CASA NOVA | 50 |
| BA0598000 | LUZITANIA | MARAU | 27 |
| BA0269000 | MACACO SECO | ITAETE | 35 |
| BA0233000 | MAJU | SAO SEBASTIAO DO PASSE | 29 |
| BA0592000 | MALHADOR JUREMA | CANUDOS | 24 |
| BA0416000 | MANOEL DIAS | MUQUEM DE SAO FRANCISCO | 108 |
| BA0080000 | MARAVILHA | EUNAPOLIS | 194 |

| | | | |
|-----------|-----------------|----------------------|-----|
| BA0277000 | MARCHA BRASIL | IGUAI | 59 |
| BA0139000 | MARGARIDA ALVES | ITUBERA | 24 |
| BA0509000 | MARIA ZILDA | CORDEIROS | 52 |
| BA0060000 | MARIANA | CAMAMU | 28 |
| BA0117000 | MATA DO SOSSEGO | IGRAPIUNA | 82 |
| BA0364000 | MENINO JESUS | AGUA FRIA | 207 |
| BA0174000 | MIRANTE | IGRAPIUNA | 42 |
| BA0270000 | MOÇAMBIQUE | ITAETE | 50 |
| BA0149000 | MOCAMBO | ANDARAI | 198 |
| BA0098000 | MOCAMBO/BONFIM | VITORIA DA CONQUISTA | 79 |

| | | | |
|-----------|---------------------------|----------------------|-----|
| BA0861000 | MOKA | CAMPO FORMOSO | 8 |
| BA0346000 | MORENO | NOVA REDENCAO | 119 |
| BA0059000 | MORRINHOS | MORRO DO CHAPEU | 56 |
| BA0036000 | MUCAMBINHO | SANTA LUZ | 82 |
| BA0272000 | MUMBUCA/CANAÃ | ENCRUZILHADA | 48 |
| BA0134000 | MUTUM | VITORIA DA CONQUISTA | 67 |
| BA0116000 | NANCY | MASCOTE | 32 |
| BA0398000 | NASCENCA E CONQUISTA | MORRO DO CHAPEU | 20 |
| BA0587000 | NOSSA SENHORA APARECIDA | UBAITABA | 21 |
| BA0397000 | NOSSA SENHORA AUXILIADORA | BOA VISTA DO TUPIM | 68 |
| BA0910000 | NOSSA SENHORA DE FÁTIMA | SANTA BRIGIDA | 21 |
| BA0488000 | NOVA CANAÃ | PINDOBACU | 81 |
| BA0273000 | NOVA CONQUISTA DE ITIÚBA | ITIUBA | 25 |
| BA0459000 | NOVA ESPLANADA CAPEFE | MANSIDAO | 136 |
| BA0452000 | NOVA ESPLANADA I | MANSIDAO | 146 |
| BA0344000 | NOVA GALICIA | UNA | 33 |
| BA0118000 | NOVA JABUTICABA | ANDORINHA | 80 |

| | | | |
|-----------|-----------------------------|------------------------|-----|
| BA0326000 | NOVA OLINDA | UBATA | 6 |
| BA0210000 | NOVA PALMARES | CONCEICAO DO COITE | 102 |
| BA0386000 | NOVA PAZ | QUEIMADAS | 17 |
| BA0106000 | NOVA SUIÇA | SANTO AMARO | 71 |
| BA0336000 | NOVA TERRA | FORMOSA DO RIO PRETO | 50 |
| BA0205000 | NOVA UNIÃO | PARATINGA | 61 |
| BA0148000 | NOVA UNIAO DA FAZ. FERRARIA | OLIVEIRA DOS BREJINHOS | 12 |
| BA0487000 | NOVA VIDA | ITACARE | 44 |
| BA0422000 | NOVA VIDA I | LAJEDINHO | 38 |

| | | | |
|-----------|---------------------------|----------------------|-----|
| BA0262000 | | | |
| | NOVA VITORIA | ILHEUS | 36 |
| BA0250000 | NOVA VOLTA | BOM JESUS DA LAPA | 162 |
| BA0120000 | | | |
| | NOVA YPIRANGA | CAMACAN | 107 |
| BA0363000 | | | |
| | NOVO HORIZONTE | LENCOIS | 26 |
| BA0085000 | | | |
| | NOVO HORIZONTE | WENCESLAU GUIMARAES | 105 |
| BA0466000 | | | |
| | NOVO HORIZONTE JACARANDA | ITAMBE | 55 |
| BA0458000 | | | |
| | NOVO PARAISO | ITIUBA | 16 |
| BA0243000 | O DESCOBRIMENTO (RIO SUL) | SANTA CRUZ CABRALIA | 30 |
| BA0448000 | | | |
| | OJEFERSON SANTOS | COARACI | 30 |
| BA0168000 | | | |
| | OLHO D'AGUA | VITORIA DA CONQUISTA | 21 |
| BA0089000 | | | |
| | OREGON | ILHEUS | 22 |
| BA0560000 | PACHOLA | MORRO DO CHAPEU | 9 |
| BA0018000 | PAJEU | CALDEIRAO GRANDE | 316 |
| BA0217000 | | | |
| | PALESTINA | CRAVOLANDIA | 180 |
| BA0119000 | PANCADA GRANDE | ITACARE | 49 |
| BA0244000 | PANEMA | MATA DE SAO JOAO | 55 |
| BA0342000 | PARAGUAÇUZINHO | IBICOARA | 32 |
| BA0570000 | PATALIM | JANDAIRA | 22 |
| BA0496000 | PATIZINHO | ESPLANADA | 45 |

| | | | |
|-----------|-------------------------|----------------|-----|
| BA0356000 | PÁTRIA LIVRE | BARRA DO CHOCA | 23 |
| BA0871000 | PAU BRASIL | PAU BRASIL | 6 |
| BA0395000 | | | |
| | PAU DE COLHER | JACOBINA | 23 |
| BA0237000 | PAU PEBA | UTINGA | 58 |
| BA0835000 | PAULO CUNHA | SANTO AMARO | 127 |
| BA0313000 | | | |
| | PAULO FREIRE | CAMAMU | 23 |
| BA0133000 | | | |
| | PAULO FREIRE | MUCURI | 100 |
| BA0251000 | PAULO JACSON | CAMAMU | 55 |
| BA0862000 | PDS REUNIDAS PAU BRASIL | ITAMARAJU | 29 |
| BA0372000 | PEDRA BONITA | ITAMARAJU | 39 |

| | | | |
|-----------|---|-------------------|----|
| BA0115000 | PEDRA DOURADA | COARACI | 23 |
| BA0480000 | PEDRA GRANDE | LAJEDO DO TABOCAL | 25 |
| BA0571000 | PEDRA VERMELHA | OUROLANDIA | 29 |
| BA0225000 | PEDRAO | IRAJUBA | 26 |
| BA0599000 | PENHA E OUTRAS | NOVA SOURE | 33 |
| BA0618000 | PFP AGRESTE | PILAO ARCADE | 47 |
| BA0894000 | PFP AGROPASTORIL CIPÓ | JUAZEIRO | 10 |
| BA0891000 | PFP AGROPASTORIL LAGINHA | JUAZEIRO | 45 |
| BA0677000 | PFP ALAGADIÇO DO HENRIQUE | CAMPO FORMOSO | 21 |
| BA0621000 | PFP ALGODÃO DE BAIXO | CASA NOVA | 26 |
| BA0418000 | PFP ALGODÕES ALTO DA ROÇA E ALTO DA PEDRA | MONTE SANTO | 77 |
| BA0642000 | PFP ALTO SERTÃO SECO DA LAGOA BONITA | MONTE SANTO | 13 |
| BA0673000 | PFP AMALHADOR DE BOCÓ E AÇUDE DE PEDRA | CASA NOVA | 14 |
| BA0670000 | PFP AMALHADOR JUREMA | CASA NOVA | 16 |

| | | | |
|-----------|---------------------------------------|---------------|----|
| BA0682000 | PFP ANGICO | CANUDOS | 10 |
| BA0628000 | PFP ARARÁ | ANDORINHA | 24 |
| BA0841000 | PFP BAIÃO, BARREIRINHO E MORRO BRANCO | PILAO ARCADE | 19 |
| BA0859000 | PFP BAIXÃO | CAMPO FORMOSO | 30 |
| BA0854000 | PFP BAIXÃO DO DAMASIO | PILAO ARCADE | 30 |
| BA0674000 | PFP BARRA/CACIMBA | CASA NOVA | 46 |
| BA0432000 | PFP BARREIRA CALDEIRÃOZINHO UMBURANA | MONTE SANTO | 41 |

| | | | |
|-----------|-------------------------------|------------------------|----|
| BA0658000 | PFP BARRIGA MOLE | ANDORINHA | 55 |
| BA0889000 | PFP BARRIGUDA DE CIMA | UAUA | 20 |
| BA0876000 | PFP BELA CONQUISTA | ITIUBA | 35 |
| BA0442000 | PFP BELAS | CAMPO FORMOSO | 25 |
| BA0657000 | PFP BICA I E BICA II | CAMPO FORMOSO | 35 |
| BA0512000 | PFP BOA SORTE | OLIVEIRA DOS BREJINHOS | 13 |
| BA0640000 | PFP BOM DESPACHO | ITIUBA | 31 |
| BA0694000 | PFP BOM SERÁ | MONTE SANTO | 5 |
| BA0842000 | PFP BOM SUCESSO | SOBRADINHO | 27 |
| BA0856000 | PFP BONFIM E BAIXÃO DO MAROTO | PILAO ARCADE | 30 |
| BA0654000 | PFP BORDA DA MATA | CAMPO FORMOSO | 34 |
| BA0623000 | PFP BREJO DA SERRA | PILAO ARCADE | 17 |
| BA0603000 | PFP BRUTEIRO | JAGUARARI | 33 |
| BA0629000 | PFP CACHOEIRA | ANDORINHA | 21 |
| BA0685000 | PFP CAIPAN | CANUDOS | 20 |
| BA0695000 | PFP CAPIVARA | MONTE SANTO | 22 |
| BA0624000 | PFP CARNAIBA DE BAIXO | PINDOBACU | 12 |
| BA0608000 | PFP CORRÊNCIA | JAGUARARI | 37 |

| | | | |
|-----------|---------------------------|-------------------|----|
| BA0671000 | PFP CURIBONDE | CASA NOVA | 21 |
| BA0849000 | PFP FAZ. LAJE DO ENCONTRO | UAUA | 19 |
| BA0686000 | PFP FAZENDA AROEIRA | CANUDOS | 15 |
| BA0681000 | PFP FAZENDA BARRIGUDA | CANUDOS | 23 |
| BA0689000 | PFP FAZENDA CALADINHO | CURAÇA | 30 |
| BA0403000 | PFP FAZENDA CURRALINHO | EUCLIDES DA CUNHA | 43 |
| BA0851000 | PFP FAZENDA DESTERRO | UAUA | 7 |

| | | | |
|-----------|---------------------------------|-------------|----|
| BA0845000 | | | |
| | PFP FAZENDA FAVELA E REGIÃO | UAUA | 7 |
| BA0687000 | PFP FAZENDA ICÓ E ADJACÊNCIA | CURAÇA | 24 |
| BA0424000 | PFP FAZENDA JUNCO DOS PEIXINHOS | MONTE SANTO | 43 |
| BA0436000 | PFP FAZENDA MONTE ALEGRE | MONTE SANTO | 25 |
| BA0683000 | PFP FAZENDA PENEDO | CANUDOS | 18 |
| BA0895000 | PFP FAZENDA PIMENTEL | ANDORINHA | 21 |
| BA0434000 | PFP FAZENDA RETIRO | UAUA | 18 |
| BA0846000 | PFP FAZENDA SALGADO | UAUA | 18 |
| BA0435000 | PFP FAZENDA SÃO BENTO | UAUA | 23 |
| BA0843000 | PFP FAZENDA SÃO JOÃO | SOBRADINHO | 5 |
| BA0848000 | PFP FAZENDA SERRA DA BESTA | UAUA | 16 |
| BA0847000 | PFP FAZENDA TERRA NOVA | UAUA | 20 |

| | | | |
|-----------|--|---------------|----|
| BA0850000 | PFP FAZENDAS FIDELIS, RIO DO RANCHO SALGADINHO, BOM CONSELHO, CONVENIÊNCIA E CACHOEIRA | UAUA | 37 |
| BA0637000 | PFP FRADE E OUTRO | CURAÇA | 38 |
| BA0650000 | PFP INTENDÊNCIA | PILAO ARCADEO | 19 |
| BA0692000 | PFP IPOEIRA DOS BARROS | JAGUARARI | 40 |
| BA0655000 | PFP JACUNCI E REGIÃO | MONTE SANTO | 38 |

| | | | |
|-----------|---|-------------------------|----|
| BA0672000 | | | |
| | PFP LADEIRA GRANDE | CASA NOVA | 47 |
| BA0636000 | PFP LAGOA CAVADA E OUTROS | CAMPO FORMOSO | 36 |
| BA0875000 | PFP LAGOA DA FONSECA, JABUCUNÃ, QUIMADA DO BRÔ E ITAPOROROCA | MONTE SANTO | 51 |
| BA0401000 | PFP LAGOA DA ILHA | MONTE SANTO | 54 |
| BA0412000 | | | |
| | PFP LAGOA DA ONÇA | ANDORINHA | 27 |
| BA0839000 | | | |
| | PFP LAGOA DO ANSELMO E BAIXÃO | PILAO ARCADE | 29 |
| BA0852000 | | | |
| | PFP LAGOA DO MEIO | UAUA | 11 |
| BA0607000 | | | |
| | PFP LAGOA DO PEDRO | CAMPO ALEGRE DE LOURDES | 41 |
| BA0604000 | PFP LAGOA DO SAL | CAMPO ALEGRE DE LOURDES | 24 |
| BA0838000 | PFP LAGOA DO SERROTE E LAGOA DO GREGOXI | PILAO ARCADE | 40 |
| BA0619000 | | | |
| | PFP LAGOA DOS CAMILOS | REMANSO | 45 |
| BA0429000 | | | |
| | PFP LAGOA GRANDE | ANTONIO GONCALVES | 37 |
| BA0635000 | PFP LAJE DOS NEGROS | CAMPO FORMOSO | 62 |
| BA0409000 | | | |
| | PFP MANDIM | MONTE SANTO | 48 |
| BA0445000 | | | |
| | PFP MORRO BRANCO | JAGUARARI | 24 |
| BA0630000 | | | |
| | PFP MORROS | ANDORINHA | 37 |
| BA0410000 | | | |
| | PFP MUCAMBO | ANTONIO GONCALVES | 30 |

| | | | |
|-----------|-------------------------|-------------|----|
| BA0645000 | | | |
| | PFP MUNDO NOVO E REGIÃO | MONTE SANTO | 30 |
| BA0699000 | PFP MUQUEM E REGIAO | MONTE SANTO | 28 |
| BA0632000 | PFP NOVO AMPARO | CANUDOS | 23 |
| BA0646000 | | | |
| | PFP OITEIROS | MONTE SANTO | 46 |
| BA0651000 | | | |
| | PFP OLHO DÁGUA | UAUA | 44 |
| BA0643000 | PFP OPOEIRA E FORTUNA | MONTE SANTO | 25 |
| BA0647000 | | | |
| | PFP PAREDÃO DO LOU | MONTE SANTO | 62 |
| BA0688000 | | | |
| | PFP PAU FERRO | CURAÇA | 23 |

| | | | |
|-----------|----------------------------------|-------------------------|----|
| BA0696000 | PFP PAUS VERDES | MONTE SANTO | 27 |
| BA0613000 | PFP PÉ DO MANO | OLIVEIRA DOS BREJINHOS | 31 |
| BA0641000 | PFP PEDRA DE CARITA | JAGUARARI | 20 |
| BA0690000 | PFP PEDRA DO DÓRIA | ITIUBA | 43 |
| BA0697000 | PFP PEDRA DO DÓRIA E ALTO ALEGRE | MONTE SANTO | 36 |
| BA0656000 | PFP PINDOBA | MONTE SANTO | 20 |
| BA0439000 | PFP PINDOBA I | MONTE SANTO | 41 |
| BA0612000 | PFP PITOMBAS | CAMPO ALEGRE DE LOURDES | 25 |
| BA0440000 | PFP POÇO DO BOI | MONTE SANTO | 31 |
| BA0638000 | PFP PRIMAVERA | CURAÇÁ | 9 |
| BA0691000 | PFP QUEIMADA DOS CURRAIS | JAGUARARI | 30 |
| BA0433000 | PFP QUEIMADA DOS LOIOLAS | UAUA | 38 |
| BA0415000 | PFP QUEIXO DANTAS | CAMPO FORMOSO | 60 |
| BA0680000 | PFP RASO | CANUDOS | 20 |
| BA0610000 | PFP RIACHO DO SANTO ANTONIO | SENTO SE | 31 |

| | | | |
|-----------|-----------------------------|------------------------|----|
| BA0620000 | PFP RIACHO GRANDE | CASA NOVA | 65 |
| BA0667000 | PFP RIBEIRÃO | BARRA | 9 |
| BA0679000 | PFP RIO DO VIGÁRIO | CANUDOS | 21 |
| BA0639000 | PFP ROMPEDOR E ADJACENCIAS | CURAÇÁ | 15 |
| BA0609000 | PFP SACO DE PEDRAS II | OLIVEIRA DOS BREJINHOS | 19 |
| BA0648000 | PFP SANTO ANTÔNIO DO MESTRE | MONTE SANTO | 19 |
| BA0649000 | PFP SANTO ANTÔNIO E OUTROS | MONTE SANTO | 39 |
| BA0698000 | PFP SÃO GONÇALO/BENTO | MONTE SANTO | 16 |

| | | | |
|-----------|--|------------------------|----|
| BA0605000 | PFP SÃO JOÃO | ANDORINHA | 42 |
| BA0406000 | PFP SERRA BRANCA | ANDORINHA | 21 |
| BA0693000 | PFP SERRA DO BODE | MONTE SANTO | 15 |
| BA0652000 | PFP SERRA DOS CAMPOS NOVOS | UAUA | 50 |
| BA0622000 | PFP SERRA GRANDE | CURAÇA | 20 |
| BA0631000 | PFP SÍTIO DO AÇUDE | ANDORINHA | 19 |
| BA0684000 | PFP SÍTIO DO DINHO | CANUDOS | 20 |
| BA0633000 | PFP SÍTIO LAGOINHA | CASA NOVA | 14 |
| BA0634000 | PFP SÍTIO MELANCIAS | CASA NOVA | 25 |
| BA0408000 | PFP SURARÁ | ANDORINHA | 57 |
| BA0855000 | PFP SUSSUARANA | JAGUARARI | 46 |
| BA0675000 | PFP TABULEIROS E IPOEIRA | CASA NOVA | 15 |
| BA0668000 | PFP TANQUE NOVO/PAPAGAIO | CASA NOVA | 8 |
| BA0617000 | PFP TESTA BRANCA | UAUA | 44 |
| BA0614000 | PFP TORRE | CANUDOS | 24 |
| BA0606000 | PFP TRAÍRA | JAGUARARI | 34 |
| BA0400000 | PFP VARJAO TERRA LIVRE | MONTE SANTO | 73 |
| BA0507000 | PFP VARZEA ALEGRE | OLIVEIRA DOS BREJINHOS | 20 |
| BA0627000 | PFP VÁRZEA DA PEDRA II | OLIVEIRA DOS BREJINHOS | 17 |
| BA0626000 | PFP VÁRZEA DANTA | OLIVEIRA DOS BREJINHOS | 37 |
| BA0844000 | PFP VARZEA DE DENTRO | CAMPO FORMOSO | 32 |
| BA0837000 | PFP VARZEA DE FORA E SÍTIO NOVO DO GERALDO | MONTE SANTO | 18 |
| BA0676000 | PFP VARZINHA | CAMPO FORMOSO | 23 |
| BA0840000 | PFP VEREDA DA ONÇA | PILAO ARCADEO | 35 |
| BA0669000 | PFP VEREDÃO DOS MARCENAS | CASA NOVA | 20 |
| BA0419000 | PIABAS | LAJEDINHO | 44 |

| | | | |
|-----------|---------------------------------|----------------------|-----|
| BA0105000 | PICADA | XIQUE-XIQUE | 596 |
| BA0103000 | PINGA PINGA | CANAVIEIRAS | 25 |
| BA0077000 | PIONEIRO | CIPO | 36 |
| BA0229000 | PIRATINI | BONITO | 25 |
| BA0057000 | POÇÃO | SENTO SE | 82 |
| BA0268000 | POÇO LONGE | RUY BARBOSA | 106 |
| BA0866000 | PONTA DÁGUA | SENTO SE | 75 |
| BA0511000 | PORTEIRAS | SITIO DO QUINTO | 33 |
| BA0660000 | POTIGUAR | SENTO SE | 82 |
| BA0218000 | PRIMAVERA | ENCRUZILHADA | 71 |
| BA0510000 | PRIMAVERA CAPEFE | SANTA RITA DE CASSIA | 117 |
| BA0279000 | PROJ ESP QUILOMBOLA PITOMBEIRA | BOM JESUS DA LAPA | 80 |
| BA0107000 | PROJ.ESP.QUILOMBOLA RIO DAS RÃS | BOM JESUS DA LAPA | 599 |
| BA0504000 | RANCHO ALEGRE | SANTA INÊS | 59 |
| BA0392000 | RANCHO DOS TEIXEIRAS | CANDIDO SALES | 23 |
| BA0150000 | RANCHO NEVADO | MARCIONILIO SOUZA | 74 |

| | | | |
|-----------|-------------------------------|--------------------|-----|
| BA0209000 | RECORDAÇÃO | CAMACAN | 38 |
| BA0340000 | RECREIO | MORRO DO CHAPEU | 23 |
| BA0071000 | RESERVA OESTE | SERRA DO RAMALHO | 637 |
| BA0170000 | RESSUREIÇÃO | ILHEUS | 35 |
| BA0331000 | REUNIDAS CAMBUI | IBIQUERA | 40 |
| BA0111000 | REUNIDAS CORUMBAU | PRADO | 69 |
| BA0152000 | REUNIDAS PALAME | ESPLANADA | 55 |
| BA0481000 | REUNIDAS SANTA LUZIA E OUTRAS | LAJEDO DO TABOCAL | 156 |
| BA0257000 | REUNIDAS STA FÉ | BOA VISTA DO TUPIM | 98 |

| | | | |
|-----------|--------------------|-------------------------|-----|
| BA0102000 | REUNIDAS VAZANTE | ITABERABA | 123 |
| BA0328000 | RIACHO DA PALMEIRA | IGUAI | 40 |
| BA0026000 | RIACHO DAS OSTRAS | PRADO | 84 |
| BA0064000 | RIACHO DOS PORCOS | PARATINGA | 481 |
| BA0147000 | RIO ALIANÇA | ARATACA | 50 |
| BA0151000 | RIO BONITO | LENCOIS | 41 |
| BA0231000 | RIO BRANCO | RIACHÃO DAS NEVES | 248 |
| BA0190000 | RIO DAS RÃS II | BOM JESUS DA LAPA | 67 |
| BA0095000 | RIO DE ONDAS | LUIS EDUARDO MAGALHAES | 236 |
| BA0457000 | RIO VERDE | CANSANCAO | 18 |
| BA0579000 | ROMPE GIBAO | CORONEL JOAO SA | 82 |
| BA0582000 | ROSELY NUNES | GUARATINGA | 59 |
| BA0109000 | ROSELY NUNES | ITAETE | 156 |
| BA0069000 | RUMO NOVO | SAO FELIX DO CORIBE | 45 |
| BA0343000 | SALINAS | VITORIA DA CONQUISTA | 12 |
| BA0388000 | SALUBRINHO | ANDARAI | 38 |
| BA0220000 | SANTA BARBARA | MUQUEM DE SAO FRANCISCO | 64 |
| BA0051000 | SANTA CATARINA | SANTO AMARO | 51 |
| BA0164000 | SANTA CLARA | IBIQUERA | 201 |

| | | | |
|-----------|----------------------------|-------------------|-----|
| BA0475000 | SANTA CLARA E PARAGUACIUMA | ITAETE | 57 |
| BA0113000 | SANTA CRUZ | TAPIRAMUTA | 29 |
| BA0476000 | SANTA CRUZ DO OURO | ITAMARAJU | 120 |
| BA0254000 | SANTA CRUZ E BOM JESUS | NOVA REDENCAO | 186 |
| BA0469000 | SANTA DOMENICA | JAGUAQUARA | 33 |
| BA0290000 | SANTA FÉ | MARCIONILIO SOUZA | 30 |
| BA0514000 | SANTA HELENA | BONITO | 27 |
| BA0335000 | SANTA IRENE | GONGOGI | 81 |
| BA0357000 | SANTA LUZIA | OUROLANDIA | 63 |

| | | | |
|-----------|--------------------------|--------------------|-----|
| BA0104000 | SANTA LUZIA | VALENCA | 26 |
| SE0147000 | SANTA LUZIA DO MARITÁ | PARIPIRANGA | 20 |
| BA0224000 | SANTA LUZIA/TRÊS IRMÃOS | PRADO | 49 |
| BA0506000 | SANTA MARIA FLORENTINA | ITAETE | 39 |
| BA0240000 | SANTA RITA | BOM JESUS DA LAPA | 244 |
| BA0221000 | SANTA TEREZINHA | BONITO | 39 |
| BA0390000 | SANTANA | MORRO DO CHAPEU | 25 |
| BA0223000 | SANTANA/BURI | CIPO | 17 |
| SE0149000 | SANTO ANTONIO | ADUSTINA | 25 |
| BA0294000 | SANTO ANTONIO | PARATINGA | 40 |
| BA0281000 | SANTO ANTONIO E SAO JOSE | LAJEDINHO | 39 |
| BA0314000 | SANTO APOLÔNIO/GROTÃO | BOA VISTA DO TUPIM | 61 |
| BA0513000 | SAO BENTO | ILHEUS | 15 |
| BA0053000 | SÃO CAETANO | ITAGUACU DA BAHIA | 26 |
| BA0236000 | SÃO DIOGO | PLANALTINO | 185 |

| | | | |
|-----------|-----------------------|------------------------|-----|
| BA0502000 | SÃO DOMINGOS | SAO SEBASTIAO DO PASSE | 27 |
| BA0092000 | SAO FRANCISCO | ESPLANADA | 86 |
| BA0301000 | SÃO FRANCISCO | JUAZEIRO | 107 |
| BA0495000 | SÃO FRANCISCO DE CATU | CATU | 20 |
| BA0485000 | SÃO FRANCISCO Nº 05 | UTINGA | 43 |
| BA0497000 | SÃO JERONIMO | GONGOGI | 17 |
| BA0219000 | SÃO JOÃO | WENCESLAU GUIMARAES | 80 |

| | | | |
|-----------|----------------------------|-------------------------|-----|
| BA0330000 | SÃO JOAQUIM | MACAJUBA | 44 |
| BA0194000 | SÃO JORGE | URUCUCA | 43 |
| BA0083000 | SÃO JOSÉ | CANAVIEIRAS | 32 |
| BA0543000 | SÃO JOSÉ | CASA NOVA | 31 |
| BA0249000 | SÃO JOSÉ/CAMPO GRANDE II | BOM JESUS DA LAPA | 201 |
| BA0525000 | SÃO MATEUS | ARACAS | 43 |
| BA0477000 | SAO PAULO | SANTA INÊS | 24 |
| BA0112000 | SÃO SEBASTIÃO DE UTINGA | WAGNER | 87 |
| BA0283000 | SEGredo E RIACHUELO | MARCIONILIO SOUZA | 49 |
| BA0043000 | SENHOR DO BONFIM | SANTA RITA DE CASSIA | 200 |
| BA0206000 | SERRA AZUL | XIQUE-XIQUE | 36 |
| BA0078000 | SERRA BRANCA | MUQUEM DE SAO FRANCISCO | 50 |
| BA0505000 | SERRA DE AREIA I E II | IBIRAPITANGA | 36 |
| BA0583000 | SERRA VERDE/FAZENDA SUÍSSA | SENHOR DO BONFIM | 18 |
| BA0482000 | SERTAO BONITO | PIRITIBA | 40 |
| BA0037000 | SERTÃO BONITO | ITAGUACU DA BAHIA | 21 |

| | | | |
|-----------|-------------------------|-----------------|-----|
| BA0087000 | SITIO DO MEIO | ITIUBA | 81 |
| BA0455000 | SOHEM | MORRO DO CHAPEU | 105 |
| BA0484000 | SOSSEGO I | SANTA LUZIA | 18 |
| BA0161000 | STO ANTONIO DOS CALMONS | SANTO AMARO | 33 |
| BA0153000 | TAINÁ | SÃO DESIDÉRIO | 36 |
| BA0259000 | TERRA DE SANTA CRUZ | SANTA LUZIA | 25 |
| BA0208000 | TERRA NOVA | PORTO SEGURO | 28 |

| | | | |
|-----------|------------------------------------|----------------------|-----|
| BA0065000 | TERRA VISTA | ARATACA | 56 |
| BA0533000 | TINGUI GONCALVES E DESENVOLVIMENTO | SITIO DO QUINTO | 61 |
| BA0054000 | TUIUTY | BELMONTE | 17 |
| BA0556000 | UNIÃO | CANDEIAS | 38 |
| BA0100000 | UNIÃO | WENCESLAU GUIMARAES | 30 |
| BA0503000 | UNIAO DA CHAPADA | ITAETE | 190 |
| BA0864000 | UNIÃO NOVA ESPERANÇA | SENTO SE | 10 |
| BA0230000 | UNIÃO/IBC | VITORIA DA CONQUISTA | 24 |
| BA0291000 | UTINGA | XIQUE-XIQUE | 100 |
| BA0050000 | VALE DA CALIFÓRNIA | MIRANTE | 54 |
| BA0093000 | VARGEM FUNDA | SANTA LUZ | 30 |
| BA0189000 | VARZEA DO CURRAL | JACOBINA | 27 |
| BA0464000 | VARZINHA | CANUDOS | 51 |
| BA0317000 | VENCEDORES | WENCESLAU GUIMARAES | 22 |
| BA0499000 | VILA NOVA | OUROLANDIA | 49 |
| BA0031000 | VILA TANCREDO NEVES | WENCESLAU GUIMARAES | 67 |

| | | | |
|-----------|---------------------------|---------------|-----|
| BA0473000 | VIROTE | ITABELA | 44 |
| BA0532000 | VITORIA | SÃO DESIDÉRIO | 29 |
| BA0265000 | VITOROPOLIS | UNA | 21 |
| BA0144000 | ZUMBI DOS PALMARES | CAMAMU | 50 |
| BA0341000 | ZUMBI DOS PALMARES | IGUAI | 16 |
| BA0099000 | CACIMBA | CORIBE | 38 |
| BA0034000 | FAZENDA REUNIDAS PAI JOÃO | CORIBE | 252 |
| BA0665000 | FAZENDA SERRA GRANDE | CORIBE | 58 |
| BA0076000 | PAI JOÃO FOAGRO | CORIBE | 134 |
| BA0302000 | PONTA D'AGUA | CORIBE | 80 |
| BA0304000 | CONCEIÇÃO | SITIO DO MATO | 44 |

| | | | |
|-----------|---------------------------|---------------|-----|
| BA0585000 | IMBORES, BELA VISTA | SITIO DO MATO | 83 |
| BA0360000 | LAGOA DA ONÇA | SERRA DOURADA | 84 |
| BA0197000 | MANGAL I | SITIO DO MATO | 58 |
| BA0131000 | MANGAL II | SITIO DO MATO | 93 |
| BA0351000 | MAROLÂNDIA | SITIO DO MATO | 22 |
| BA0135000 | NOVA ESPERANÇA | SITIO DO MATO | 103 |
| BA0180000 | QUILOMBOLA BARRO VERMELHO | SITIO DO MATO | 48 |
| BA0126000 | REUNIDAS JOSÉ ROSA | SITIO DO MATO | 106 |
| BA0125000 | RIACHO DOS CAVALOS | SITIO DO MATO | 57 |
| BA0586000 | SANTA ROSA | SITIO DO MATO | 28 |
| BA0306000 | SÃO CAETANO II | SITIO DO MATO | 56 |
| BA0316000 | SÃO FELIPE | SITIO DO MATO | 34 |
| BA0352000 | TALISMÃ | SITIO DO MATO | 38 |
| BA0136000 | VALE VERDE | SITIO DO MATO | 440 |
| BA0389000 | ANGICO | BARRA | 40 |
| BA0391000 | ANTONIO CONSELHEIRO | BARRA | 19 |
| BA0158000 | BARRO VERMELHO/CANUDOS | BARRA | 244 |
| BA0046000 | FAZENDA ITACUTIARA | BARRA | 380 |
| BA0577000 | FAZENDA VALE DO BOQUEIRÃO | BARRA | 123 |
| BA0350000 | FERRADURA | BARRA | 75 |
| BA0426000 | PERIPERI | BARRA | 15 |
| BA0396000 | SAO FRANCISCO | BARRA | 157 |
| BA0278000 | SITIO NOVO | BARRA | 32 |
| BA0370000 | UIRAPURU | BARRA | 60 |

| | | | |
|-----------|------------------------------|-------------|-----|
| BA0478000 | ÁGUA SALGADA/BELO MONTE | CANSANÇÃO | 22 |
| BA0188000 | AMAZONAS | TUCANO | 16 |
| BA0907000 | ATRACAJU | TUCANO | 28 |
| BA0530000 | BEIRA RIO III | MONTE SANTO | 9 |
| BA0213000 | COVA DA ÁRVORE | TUCANO | 80 |
| BA0289000 | FAZENDA BOQUEIRAO | TUCANO | 24 |
| BA0033000 | FAZENDA DESTERRO | MONTE SANTO | 97 |
| BA0564000 | LAGE DO ARIRI | MONTE SANTO | 4 |
| BA0461000 | LAGOA DO COIQUI | MONTE SANTO | 9 |
| BA0881000 | MARAVILHA | MONTE SANTO | 22 |
| BA0245000 | MARI | CANSANCAO | 57 |
| BA0207000 | MURITY | TUCANO | 152 |
| BA0165000 | NOVA ESPERANÇA E ALTO BONITO | CANSANCAO | 112 |

| | | | |
|-----------|--|----------------|----|
| BA0143000 | PARAÍSO | QUIJINGUE | 23 |
| BA0055000 | PÉ DE SERRA | TUCANO | 61 |
| BA0872000 | QUIJINGUE | QUIJINGUE | 35 |
| BA0096000 | RENASCER | QUIJINGUE | 59 |
| BA0307000 | SANTA VIRGINIA | BIRITINGA | 20 |
| BA0453000 | SANTA VIRGINIA | TUCANO | 30 |
| BA0246000 | SAO JOSE DO MARIMBA | TUCANO | 10 |
| BA0394000 | SENHORA DO ROSARIO | MONTE SANTO | 15 |
| BA0526000 | SOLEDADE | MONTE SANTO | 10 |
| BA0258000 | CACHOEIRA BONITA E CONCEIÇÃO | UBAITABA | 40 |
| BA0196000 | CASCATA | AURELINO LEAL | 39 |
| BA0522000 | CONJUNTO ALEMITA | ITABUNA | 30 |
| BA0869000 | CONJUNTO CRUZEIRO DO NORTE E SANTA MARIA | ITAJUIPE | 11 |
| BA0228000 | COROA VERDE | BARRA DO ROCHA | 55 |
| BA0836000 | EUCLIDES NETO II | IBIRATAIA | 10 |
| BA0280000 | FAZENDA BRASIL | BARRO PRETO | 50 |
| BA0227000 | LIMOEIRO | CAMAMU | 54 |
| BA0378000 | LORETA VALADARES | IBICARAI | 31 |
| BA0924000 | MAÇARANDUBA NOVA ESPERANÇA | MARAU | 38 |
| BA0261000 | MANOEL CHINÊS | ITABUNA | 40 |
| BA0916000 | PRIMAVERA | MASCOTE | 6 |

4. Educação no campo

No exercício de 2015 cinco convênios estiveram em fase execução no âmbito do PRONERA:

- Convênio nº 778080/2012 (Curso Superior de Bacharelado em Direito – UNEB) – 50 educandos;
- Convênio nº 763232/2011 (Curso Superior de Bacharelado em Direito – UEFS) – 40 educandos;
- Convênio nº 762313/2011 (Curso Técnico em Administração – UESB) – 50 educandos;
- Convênio nº 762314/2011 (Curso Técnico em Cooperativismo – UESB) – 50 educandos;
- Convênio nº 762315/2011 (Curso Técnico em Meio Ambiente – UESB) – 150 educandos.

Quanto à execução financeira, foram liberadas as parcelas previstas para os dois Cursos de Direito da UNEB e UEFS, respectivamente nos valores total de R\$ 491.873,33.

Embora a provisão orçamentária ter sido referente aos cinco convênios em execução, num total de R\$ 496.708,88, apenas R\$ 491.873,33 foram liquidados através de repasses às convenientes.

Quanto ao valor de 1.217.420,09 que ficou inscrito em RAP, foi solicitado à coordenação nacional do PRONERA que procedesse o recolhimento, visto que não seria utilizado para o pagamento das parcelas dos três convênios pactuados junto à UESB (762313/2011; 762314/2011 e

762315/2011), tendo em vista que as parcelas destes convênios estão em RAP desde 2013, já que a conveniente ainda não conseguiu iniciar as turmas dos três cursos técnicos devido à dificuldades para a mobilização dos educandos.

No final de 2015, após sucessivas solicitações de informações e notificações à UESB, assim como de mobilizações e encontros com a equipe da Universidade e lideranças das comunidades, capitaneados com auxílio da coordenação nacional do programa, foi possível mobilizar educandos e estabelecer a retomada das atividades.

As principais dificuldades desta Regional são a falta de gratificação para o servidor que exerce a coordenação do PRONERA e a falta de diárias para acompanhamento e fiscalização desta Ação.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

Conforme já mencionado anteriormente, apesar da inexistência de uma política e procedimentos bem definidos para controle e gestão das atividades em nível nacional, a Regional realiza algumas atividades específicas visando manter minimamente a eficiência na gestão das atividades e planejamento na aplicação dos recursos. Serão destacados abaixo algumas destas iniciativas que tiveram continuidade ou se iniciaram no exercício de 2015.

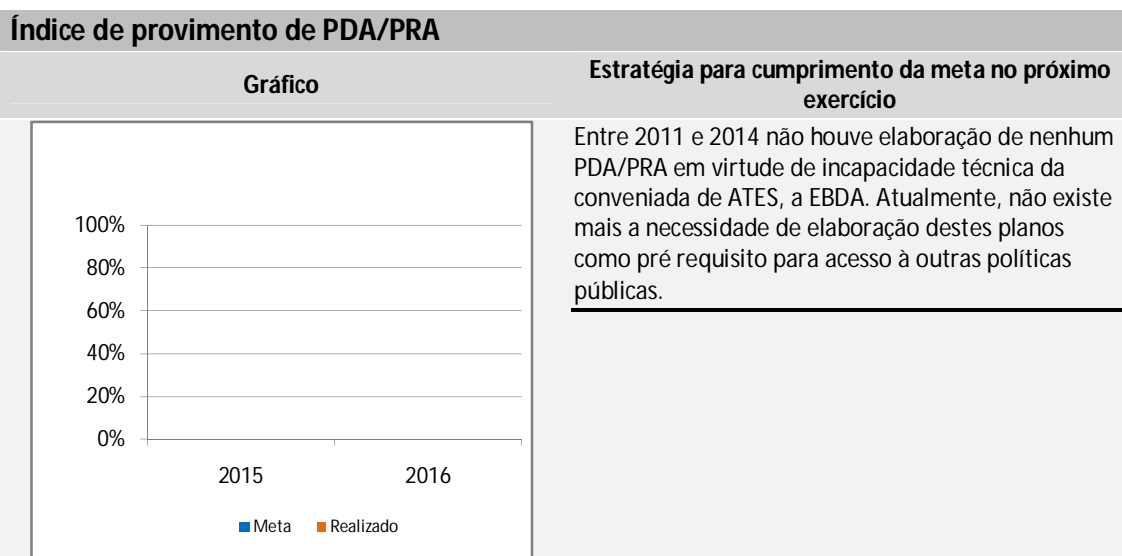
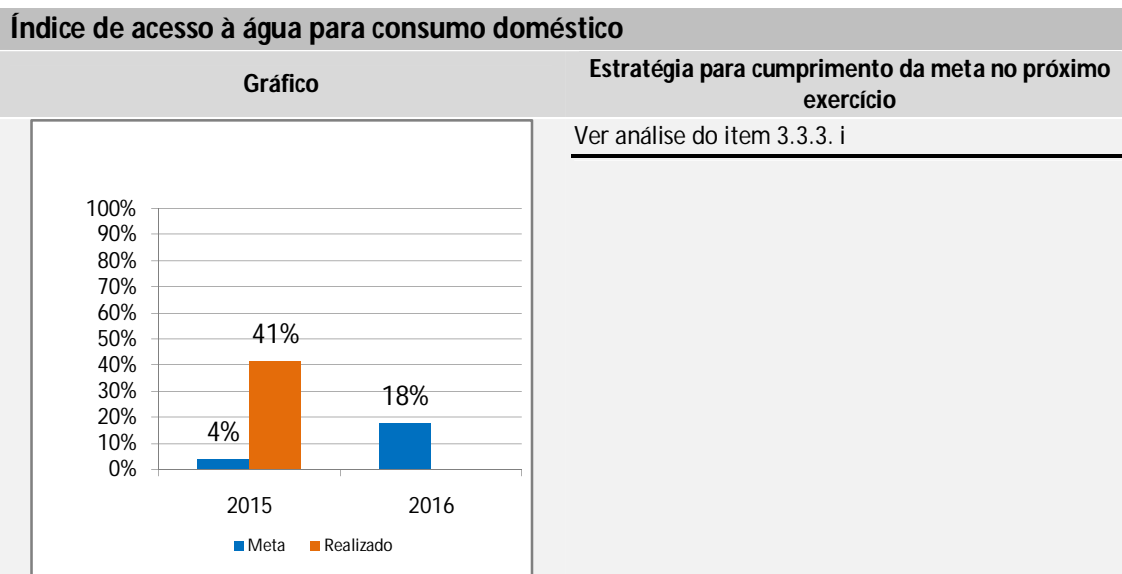
Embora as atividades do crédito instalação, tenham sido reduzidas no exercício de 2015 e todo o processo de restituição dos recursos às contas tenha absorvido a maior parte do tempo dos servidores, as atividades de controle estabelecidas para esta ação nos exercícios anteriores persistiram. Permanece em funcionamento um núcleo de controle do crédito com fluxo estabelecido para cada pagamento e acompanhamento dos saldos das contas, além da observação dos procedimentos processuais adequados. Os avanços na atividade de controle do crédito instalação ocorreram de forma qualitativa. Conforme já abordado, foram estabelecidas reuniões com cada equipe responsável pelos diversos grupos de assentamentos beneficiados. A partir destes encontros, foram monitorados os saldos das contas, os avanços obtidos em cada assentamento, registrados os quantitativos de créditos concluídos, incluindo os direcionados à habitação. Além disso, foram levantadas as demandas ainda existentes e estabelecidos cronogramas para finalização do crédito e início da operação dos novos créditos.

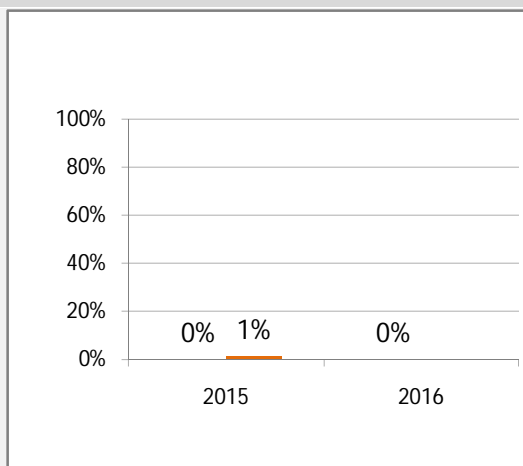
A ação de Demarcação passou por um amplo processo de diagnóstico baseado nos registros de contratos e arquivos de plantas topográficas existentes na Superintendência, com vistas a mapear as áreas com maiores necessidades. Foi construída uma planilha eletrônica com o conjunto de informações de gestão da ação.

Para a ação de Infraestrutura básica, além das planilhas de controle de cada contrato, e do registro das demandas, conforme já destacado anteriormente, foi iniciado o procedimento para estabelecimento de um banco de dados de informações de infraestrutura dos projetos de assentamento.

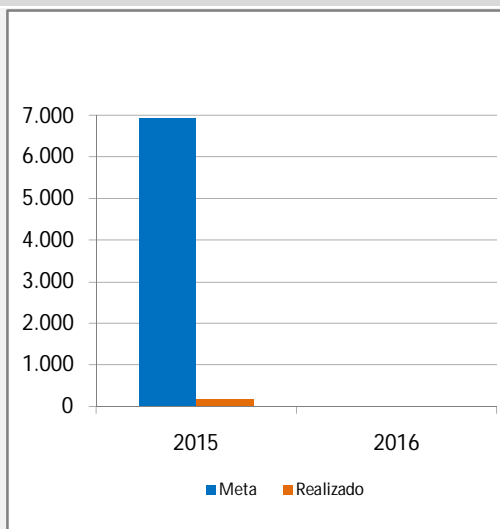
A ação de Supervisão Ocupacional segue com a manutenção de banco de dados, registrando o fluxo e as informações básicas de cada processo individual, facilitando as consultas e fornecimento de informações às famílias e aos gestores.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício



Índice de acesso à moradia nos assentamentos**Gráfico****Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

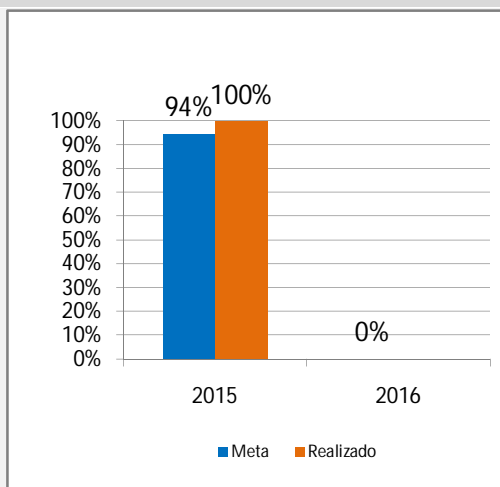
Não houve estabelecimento de meta de moradias concluídas entre 2011 e 2015, o que impossibilita o cálculo deste indicador.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção**Gráfico****Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

Os créditos produtivos do Incra são compostos pelo Pronaf, Fomento e Fomento Mulher. Esta Regional não possui dados sobre contratos de Pronaf firmados, uma vez que estes contratos são assinados diretamente com a instituição financeira e estão sob sigilo bancário. Não foi operacionalizado o pagamento de nenhum crédito Fomento Mulher nesta Regional. Nos últimos anos, o Fomento vem apresentando queda no número de beneficiários em função das novas exigências da norma, que inviabilizaram seu pagamento após a sua publicação.

Índice de provimento de assistência técnica

Gráfico

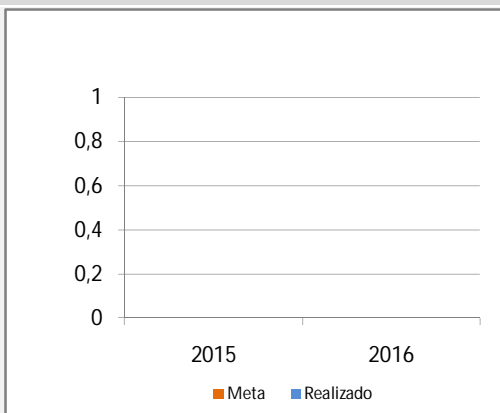


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Ver análise do item 3.3.3 - iv. deste Relatório.

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

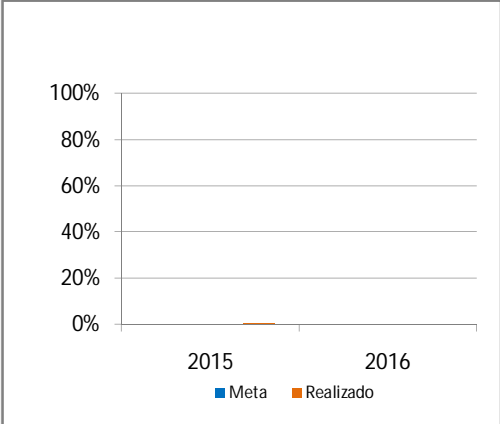
Gráfico



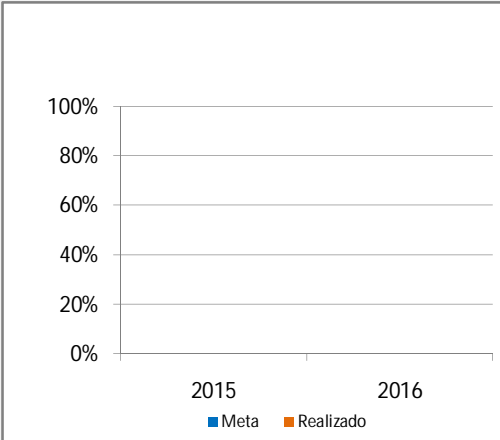
Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Esta Regional não possui estudo sobre a renda média das famílias assentadas na Bahia.

Índice de parcelas supervisionadas

| Gráfico | Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício |
|---|--|
|  <p>Gráfico de barras mostrando o Índice de parcelas supervisionadas para 2015 e 2016. O eixo Y representa a porcentagem de 0% a 100%. O eixo X mostra os anos 2015 e 2016. Para 2015, há uma barra azul (Meta) e uma barra laranja (Realizado), ambas próximas a 0%. Para 2016, não há barras visíveis.</p> | <p>Não houve estabelecimento de meta de supervisão ocupacional entre 2011 e 2015, o que impossibilita o cálculo deste indicador.</p> |

Índice de consolidação de assentamentos

| Gráfico | Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício |
|---|--|
|  <p>Gráfico de barras mostrando o Índice de consolidação de assentamentos para 2015 e 2016. O eixo Y representa a porcentagem de 0% a 100%. O eixo X mostra os anos 2015 e 2016. Para 2015, há uma barra azul (Meta) e uma barra laranja (Realizado), ambas próximas a 0%. Para 2016, não há barras visíveis.</p> | <p>Não existem assentamentos consolidados entre 2011 e 2014 que possibilitem o cálculo do indicador.</p> |

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

As obras para implantação de tecnologias de convivência com o semiárido representam outras medidas de grande importância no âmbito desta Regional.

Estima-se que 35.367 famílias assentadas na Bahia, estejam inseridas neste bioma e em consequência disso, apresentam dificuldades relacionadas ao déficit hídrico, representando 65% do universo de famílias assentadas no estado.

Diante deste cenário, as principais ações de provimento desta modalidade de infraestrutura realizadas pelo Incra, consideradas básicas neste contexto, são o desassoreamento e abertura de aguadas, construção de cisternas de placas, através do extinto crédito instalação na modalidade semiárido e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e a implantação de sistemas simplificados

de abastecimento de água. A primeira modalidade de obra citada está relacionada ao consumo animal. A segunda e terceira, para consumo humano.

De forma semelhante às deficiências citadas anteriormente, referentes ao diagnóstico de infraestrutura, não há organização para o planejamento e melhor atuação nos contextos específicos de cada assentamento. Não há um diagnóstico qualitativo e quantitativo do déficit de obras voltadas para a convivência com o semiárido. Da mesma forma, as obras são priorizadas conforme demandadas pelas comunidades e não obedecem planejamento ou critério de adequação a cada contexto.

Apesar de consistir numa importante ação para as famílias que habitam a região que apresenta déficit hídrico, as aguadas não devem ser consideradas a única estratégia de intervenção e convivência com o semiárido nos assentamentos. No artigo, "A convivência com o semiárido e suas potencialidades", inseridos na publicação oficial do Ministério do Desenvolvimento Social, "Convivência com o Semiárido, autonomia e protagonismo social", os autores destacam as diversas possibilidades e estratégias de convivência com a realidade da região. Dentre as ações citadas, podemos afirmar a possibilidade de implantação de outras tecnologias possíveis e adaptadas ao semiárido citadas como as cisternas de enxurrada, as cisternas calçadão, os tanques de pedra, as barragens subterrâneas, os barreiros trincheira, dentre outras. Contudo, a decisão sobre qual a estratégia suficiente e adequada para cada situação depende de uma avaliação técnica qualificada. Em termos quantitativos, para viabilizar a água para consumo humano, a Superintendência Regional do Incra na Bahia, concentrou seus esforços na implantação do sistemas de abastecimento de água simplificados, que podem ser considerados, em algumas ocasiões, mais complexos, de difícil gestão, mais onerosos e menos eficientes.

A sua eficácia dependerá das características da localidade e das possibilidades encontradas. Apesar da interrupção da descentralização de recursos para esse fim, os sistemas de abastecimento de água simplificado continuam sendo implantados no âmbito do programa "água para todos" do Ministério da Integração Nacional. Observa-se, portanto, que as diversas estratégias atualmente adotadas não apresentam-se articuladas, ou obedecem uma análise apurada. Fator compreensível diante da ausência de experiência dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das obras na temática. A indicação de tecnologias de convivência com o semiárido mais adequadas a cada realidade, depende de análise apurada de profissional capacitado na temática. Considerando os fatores apresentados, indica-se como imprescindível para o exercício de 2015 ao menos uma capacitação dos servidores da Divisão de Desenvolvimento e dos agentes de Assistência Técnica na implantação dessas tecnologias. Além da garantia desse aspecto no diagnóstico de infraestrutura mencionado anteriormente e no planejamento de provimento da infraestrutura. Após capacitados, os servidores terão condição de não somente diagnosticar, como de planejar a melhor forma de atuação em cada situação.

4- Governança

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

Não houve atuação da Auditoria Interna do INCRA nesta regional no exercício de 2015.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Os objetivos definidos para as Superintendências Regionais foram estabelecidos através do Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015, que ao longo do ano teve 2 versões, a primeira divulgada em julho de 2015 e a última delas divulgada em novembro de 2015. Este Plano estabelece as metas físicas e limites orçamentários das Superintendências Regionais e Sede, para cada Programa e Ação previstos no PPA para o Incra.

Uma vez estabelecidas diretrizes, metas físicas e limites orçamentários, cada gestor regional tem autonomia para realizar o planejamento a nível operacional em sua Superintendência, estabelecendo atividades, definindo prazos e responsáveis, mapeando e gerindo riscos, a fim de garantir razoável segurança na consecução dos objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do Incra, e metas institucionais previstas no Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015. Para isso, o gestor deve levar em conta sua capacidade operacional.

Esta primeira etapa do ciclo de gestão, que é o planejamento, fica bastante comprometida nas Superintendências Regionais, uma vez que não está formalmente institucionalizada. Não existe norma, previsão, ou mesmo orientação de metodologia por parte da Sede para o planejamento a nível regional. Não existe também capacitação institucionalizada para planejamento e/ou gestão de riscos. Algumas regionais realizam por conta própria um planejamento a nível regional, mas não há padronização, integração, nem mesmo divulgação entre os poucos trabalhos realizados neste sentido. Esta regional não realizou planejamento a nível operacional em 2015.

A segunda etapa do ciclo de gestão é a execução. Em que pese críticas quanto à eficiência, eficácia e efetividade das normas operacionais do Incra, elas existem, estão devidamente institucionalizadas, formalizadas, disseminadas e são percebidas pelos servidores da autarquia. O princípio da Legalidade da Administração Pública, que restringe a atuação somente naquilo que é permitido em lei, de acordo com os meios e formas por ela estabelecidos e segundo os interesses públicos, está devidamente incorporado às ações de seus servidores e gestores. Qualquer ato cometido fora deste princípio, será objeto de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

A terceira etapa do ciclo de gestão, que é o Monitoramento, é realizada mensalmente por meio do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra>), e contempla a execução do ponto de vista físico e orçamentário de 27 (vinte e sete) Ações contidas em 10 (dez) Programas inseridos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, o que permite o acompanhamento do grau de execução destas ações ao longo do ano, fornecendo subsídios a seus gestores para a tomada de decisões com base nas informações disponibilizadas.

De acordo com a Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, os dados relativos à execução física são inseridos no Módulo de Monitoramento e Avaliação e validados pelo Superintendente Regional. Cabe às Diretorias, por meio dos relatórios do sistema, acompanhar e analisar a evolução da execução de cada regional. Este sistema de monitoramento não contempla o

detalhamento da execução, que ainda é feito em planilhas eletrônicas. O processo de monitoramento, embora institucionalizado e formalizado, ainda é bastante deficiente e internamente tem sido alvo de muitas críticas. Os dados de execução do Incra ainda apresentam baixa confiabilidade, o que compromete de sobremaneira as obrigações de *accountability*, e informações à sociedade.

É imperativo para boa gestão de qualquer organização que o planejamento e o monitoramento sejam integrados numa ferramenta única, utilizando as mesmas informações e mesmo nível de detalhamento, seguindo critérios claros e estabelecidos formalmente pela instituição. A ausência de planejamento em nível regional, aliado ao monitoramento deficiente, compromete de sobremaneira o alcance satisfatório dos resultados.

A quarta e última etapa do ciclo de gestão, é a avaliação dos resultados alcançados, para subsidiar o planejamento do próximo ciclo. Ao longo de todo exercício, frequentemente são realizadas reuniões entre os gestores da regional, para acompanhamento da execução física e orçamentária, discussão das dificuldades e adoção de medidas, para que se atinjam os resultados pretendidos. Ao final do exercício, o próprio Relatório de Gestão, que compõe o processo de Prestação de Contas Anual, tem se mostrado uma boa ferramenta de avaliação e subsídio para planejamento. Entretanto, destacamos que também não está institucionalizada e formalizada na autarquia, uma metodologia de avaliação como base para o planejamento do próximo ciclo, ou seja, do próximo exercício. A Avaliação Institucional do Incra resume-se à verificação, ou não, das metas estabelecidas. Não há uma avaliação qualitativa da gestão.

As constantes mudanças de gestores e a cultura de um planejamento, quando há, sempre a partir do zero, sem levar em consideração um diagnóstico prévio, com base na avaliação da gestão anterior, comprometem de sobremaneira o desempenho da autarquia e o sucesso do PNRA.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

É essencial destacar que praticamente a totalidade dos sistemas corporativos da administração pública federal, utilizados nesta Regional, foi desenvolvido e é mantido pelo INCRA-Sede (SIPRA, SIR – Monitoramento e Avaliação, SNCCI etc) ou foram desenvolvidos por demais entidades do serviço público federal e são acessados via web (SNCR, SCDP, SICONV etc), de modo que a os principais controles (logs de acesso, integridade da base de dados etc) são realizados em uma camada superior, ou seja, estão automaticamente instituídos.

Desta forma, o principal controle utilizado por esta regional é o de **acesso lógico** relacionado à **autenticação de usuários**, de forma a garantir que apenas usuários autorizados tenham acesso aos recursos realmente necessários para a execução das suas atividades e que estejam impedidos de executar transações incompatíveis com sua função ou além de suas responsabilidades. Em alguns sistemas específicos – a exemplo do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) – o acesso também é limitado pela exigência da utilização de *tokens*, com cadastro prévio junto à unidade do SERPRO na Bahia. Neste caso específico, o uso dos tokens eleva o nível da integridade e da origem dos dados, ambos através de um mecanismo que não é capaz de ser forjado e que fornece a garantia elevada de que esses dados são genuínos.

Para o acesso à rede interna de computadores, o INCRA-Sede exige a entrada de um ID (identificação do usuário) e de uma senha (autenticação do usuário). Cada usuário autenticado na rede possui acesso a documentos e pastas específicas do seu setor, de modo a evitar a manipulação inadequada de informações. O próprio sistema exige que a senha seja trocada periodicamente, aumentando assim o nível de controle de acesso.

Além das restrições e controles de acesso por usuários, o INCRA-Sede, por meio da sua Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão - DEA, realiza periodicamente uma "Visita Técnica e Auditoria dos dados do Módulo de Monitoramento", que consiste no deslocamento de uma equipe para as Superintendências Regionais com o objetivo de checar e garantir a fidedignidade das informações inseridas no Módulo de Monitoramento do SIR.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

Como pontuado no item 4.2 deste relatório, o Incra possui algumas falhas estruturais no seu modelo de gestão, que refletem diretamente no alcance dos resultados. Vamos avaliar aqui o *status* de cada componente solicitado, para fim de avaliação das atividades, planos, métodos e procedimentos utilizados pela Superintendência Regional do Incra na Bahia para assegurar a conformidade dos seus atos de gestão, visando o alcance das metas estabelecidas.

Ambiente de Controle – O Regimento Interno do Incra prevê uma assessoria de planejamento para as superintendências regionais, que entre diversas atribuições, compete assessorar o gestor no diagnóstico de sua capacidade operacional, proposição de metas à Sede e monitoramento da execução física e orçamentária. Entendemos que esta assessoria, quando bem estruturada, pode também capacitar outros servidores e disseminar boas práticas administrativas e de gestão pública. Nesta regional, a assessoria de planejamento conta apenas com um servidor e sem caráter exclusivo. Em 2014 houve a tentativa de melhor estruturação desta assessoria, mas sem sucesso.

Muito embora a gestão perceba os controles internos como essenciais, não possui a estrutura necessária e o amparo normativo institucionalizado adequado para sua plena adequação. As Normas de Execução e Instruções Normativas mostram-se eficazes em alguns casos, mas pouco eficientes para o controle interno, e pouco efetivas para o público beneficiário. Os servidores das áreas finalísticas, em geral, não enxergam o controle interno como um processo plenamente válido. Há grande desmotivação por parte dos servidores, e mesmo quando demandados, não têm interesse em participar de processos de gestão, monitoramento ou aprimoramento de processos.

As delegações de autoridade e competência de cada cargo e função possuem definições claras das responsabilidades e são entendidas por todos. A estrutura é bem departamentalizada e as funções são bem segregadas dentro dos processos de competências da regional, com todos os prós e contras que essa estrutura administrativa acarreta.

Avaliação de Risco – Não é prática desta regional a avaliação de riscos, entretanto, no último ano, tem havido uma demanda à Sede por parte de todas as regionais, na institucionalização deste elemento de controle interno na gestão. Em novembro de 2014 foi realizada uma palestra sobre gestão de riscos, em parceria com a CGU, para diversos servidores do Incra, dando início ao processo de inclusão deste elemento na rotina de gestão do órgão, mas não houve avanços em 2015.

Procedimentos de Controle – Nesta regional, os mecanismos de controle estão mais ligados a atividades e procedimentos. Não estão formalizados planos regionais, métodos ou indicadores para o cumprimento das metas estabelecidas. Em cada etapa do processo, as atividades foram sendo incorporadas à rotina de serviço ao longo do tempo, de forma empírica, repassadas aos novos pelos mais antigos. Já os procedimentos, estão personificados nas Normas de Execução, Instruções Normativas e Portarias existentes.

Uma crítica muito comum aos procedimentos existentes, como mecanismo de controle interno, é que não são integrados, o que os tornam muitas vezes ineficientes. Outra questão que merece destaque é que a falta de um planejamento regional a nível operacional, estabelecendo ações, regiões, áreas, projetos de assentamento, etc., impactam no cumprimento das metas estabelecidas; assim como a dependência legal de manifestação de outros órgãos, como cartórios, órgãos ambientais, trabalhistas, etc. Cabem também críticas pontuais e específicas a diversos procedimentos internos.

Informação e Comunicação – para tratar deste elemento de controle, vamos subdividi-lo em dois grupos: Informações Técnicas, que são compostas por perícias, laudos, notas técnicas, despachos, dentre outros; e Informações de Gestão, que são o Plano Estratégico MDA/Incra, o Plano de Metas e Créditos, os relatórios de execução física e orçamentária, dentre outros.

No que tange às informações técnicas, podemos afirmar que pelo seu caráter eminentemente legal e devidamente normatizado, são devidamente identificados, documentados, armazenados e tempestivamente informados a quem de direito. Possuem qualidade técnica suficiente, com conteúdo apropriado, preciso e disponível para subsidiar o gestor na tomada de decisão.

No que tange às informações de gestão, afirmamos que são documentados, mas de conhecimento apenas dos gestores e de forma intempestiva. O corpo de servidores não utiliza estas informações como ferramenta de trabalho. Possuem conteúdo e grau de confiabilidade limitado e existem lacunas a serem preenchidas, tais como planejamento detalhado a nível regional, sistema de monitoramento adequado e procedimento de avaliação de resultados institucionalizado.

Monitoramento – não existe monitoramento do controle interno como um todo formalizado e documentado, de forma que fica prejudicada uma avaliação de todo processo de gestão. O monitoramento existente limita-se ao acompanhamento mensal da execução física e orçamentária, que além de subsidiar o gestor na tomada de decisão, serve para avaliação institucional da autarquia. Os riscos, internos ou externos, não são monitorados, assim como a real efetividade das atividades e procedimentos internos.

5- Relacionamento com a sociedade

5.1- Canais de acesso do cidadão

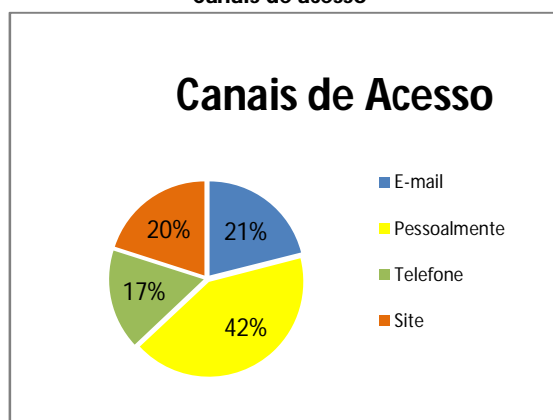
Demandas registradas pela Ouvidoria em 2015

Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência

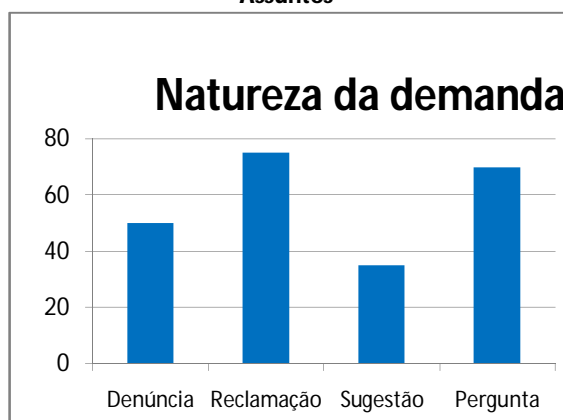
| Natureza da demanda | Quantidade de solicitações | Atendidas | Atendidas no prazo |
|---------------------|----------------------------|-----------|--------------------|
| Denúncia... | 50 | 37 | 37 |
| Reclamação... | 75 | 60 | 60 |
| Sugestão... | 35 | 25 | 25 |
| Pergunta... | 70 | 65 | 65 |

Características do acesso do cidadão à SR

Canais de acesso



Assuntos



Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

A Ouvidoria Agrária recebe denúncias e reclamações provenientes de áreas de projeto de assentamento e acampamentos. Estas denúncias se referem a presença de ocupantes irregulares nos assentamentos, compra e venda de lotes, desmatamento ou degradação ambiental nos assentamentos, conflitos entre proprietários dos imóveis rurais e acampados,.

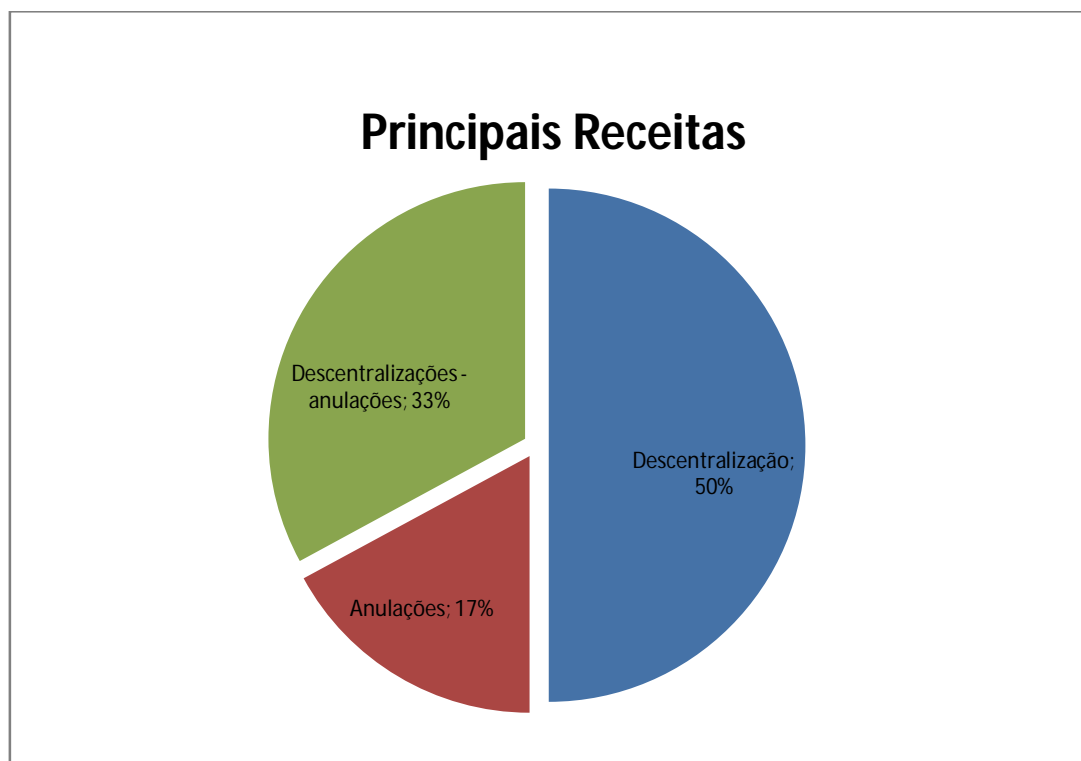
Com o objetivo de mediar ou sanar os conflitos existentes, esta Ouvidoria encaminha servidores para "visita in loco", reunindo com a comunidade dos assentados e acampados, verificando a veracidade ou não das denúncias relatadas; em caso de confirmação dos conflitos, os assentados que estão praticando atos ilegais são notificados, oferecem suas defesas. Podem ser instaurados processos administrativos com o objetivo de solucionar os conflitos, com o apoio da Divisão de Obtenção de Terras e Divisão de Desenvolvimento; quando recebemos denúncias sobre fatos de maior complexidade encaminhamos apoio da Ouvidoria Agrária Nacional, Delegada Agrária .

Informamos ainda que, quando solicitados os direitos das comunidades de assentados e acampados, com o objetivo maior de garantir a paz e tranquilidade nos espaços citados.

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

6- Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1- Desempenho financeiro do exercício



| Principais receitas (em milhares de reais) | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| Receita A | 87.224.864,28 | 60.649.191,45 | 73.937.027,86 |
| Receita B | 45.511.209,92 | 20.727.750,59 | - |
| Receita C | 41.713.654,36 | 39.919.154,95 | - |
| Total | 174.449.728,56 | 121.296.096,99 | 73.937.027,86 |

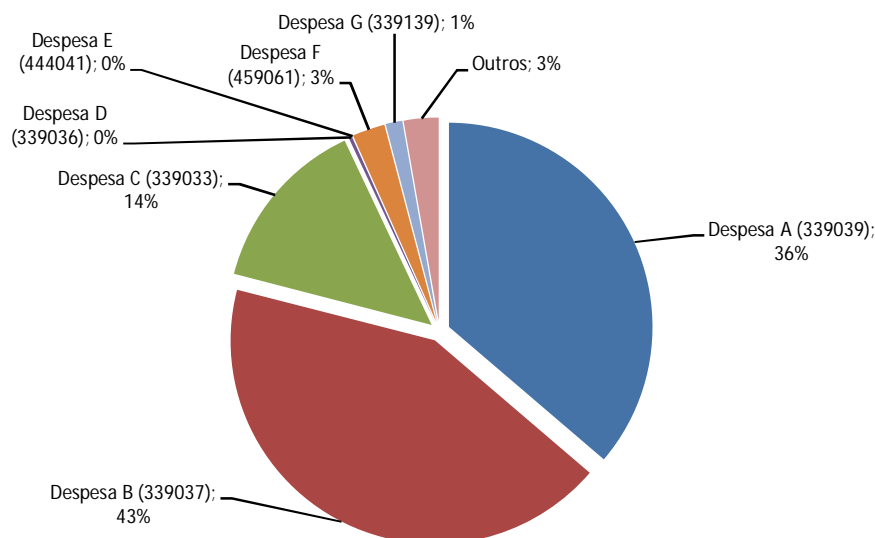
*A = Valor descentralizado pela Sede

*B = Valor das anulações

*C = Saldo das descentralizações – anulações

As Regionais são órgãos descentralizados cujas áreas de atuação encontram-se definidas em seu regimento Interno, portanto não recebem receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual – LOA e sim, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Sede, localizado em Brasília/DF. Sendo assim, as informações consideradas são os créditos descentralizados e, o gráfico demonstrará esses recursos, suas anulações e o saldo, durante o exercício de 2015.

Principais Despesas



| Principais despesas (em milhares de reais) | 2014 | 2015 | 2016** |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| Despesa A (339039) | 11.023.057,49 | 4.308.023,42 | 7.665.540,46 |
| Despesa B (339037) | 4.705.028,87 | 5.085.253,78 | 4.895.141,33 |
| Despesa C (339033) | 1.538.217,94 | 1.662.425,67 | 1.600.321,81 |
| Despesa D (339036) | 28.000,00 | 36.200,00 | 32.100,00 |
| Despesa E (444041) | 1.735.478,88 | 0,00 | 867.739,44 |
| Despesa F (459061) | 288.204,37 | 309.407,84 | 298.806,11 |
| Despesa G (339139) | 180.747,01 | 157.168,19 | 168.957,60 |
| Outros | 209.365,00 | 329.032,83 | 269.198,92 |
| Total | 19.708.099,56 | 11.887.511,73 | 15.797.805,65 |

*Discriminação das NDs

333041- Contribuições; 339008- Outros benefícios Assistenciais; 339014- Diárias; 339030-Materiais de Consumo; 339033-Passagens e Despesas em locomoção; 339036-Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física; 339037- Locação de Mão de Obra; 339039- Outros Serviços de Terceiros -Jurídico; 339047- Obrigações Tributárias e Contributivos; 339092- Despesas de Exercícios Anteriores; 339093- Indenizações e Restituições; 339139- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica; 444041- Contribuições; 449051- Obras e Instalações; 449052- Equipamentos e Materiais Permanentes; 459061- Aquisição de Imóveis.

** 2016 - Previsão das despesas calculada com base na média aritmética dos dois últimos exercícios, uma vez que o limite orçamentário é que definirá a execução destas despesas.

Existem atividades específicas realizadas pelo setor financeiro; dentre elas podemos destacar o controle dos empenhos, apropriações e pagamentos das despesas além do controle orçamentário desta UJ. Além da conformidade de gestão, o financeiro controla e realiza o encaminhamento, às instituições financeiras, da relação de ordens bancárias externas e de ofício para pagamentos referente a crédito de instalação rural dos Projetos de Assentamentos bem como o atendimento ao público com relação ao pagamento das faturas dos créditos desses PA's.

As despesas desta Regional são distribuídas pela Natureza de Despesa (ND), tendo valor total disponível, no exercício de 2015, R\$ 39.919.154,95 (trinta e nove milhões, novecentos e dezenove mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) com valores estipulados pela SEDE Brasília para cada Natureza.

6.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

| Demonstração contábil/notas explicativas | Endereço para acesso |
|--|--|
| Demonstração 1 – Balanço Patrimonial | www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-05---bahia |
| Demonstração 2 – Balanço Orçamentário | www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-05---bahia |
| Demonstração 3 – Balanço Financeiro | www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-05---bahia |
| Demonstração 4 – Demonstração das Variações Patrimoniais | www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-05---bahia |
| Demonstração 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa | www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-05---bahia |

Nota: Devido à implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a partir do exercício de 2015, apenas da Demonstração 1 – Balanço Patrimonial possui a identificação de comparativo dos exercícios de 2014 e 2015.

6.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

6.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 121110301 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

Em agosto do 2013, foi concluído o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Entretanto, em 26 de dezembro de 2013 foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Com isso tornou-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos.

Segundo dispõe os artigos 1º a 6º da referida MP, hoje convertida na Lei 13.001/14, fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais

diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao desenvolvimento do **Módulo Cobrança do SNNCI**, o qual já encontra-se concluído desde setembro/2014 (com exceção da parte relativa a renegociação do crédito em virtude da falta da regulamentação prevista na MP 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014).

Por meio do Módulo Cobrança será possível emitir todas as guias de recolhimentos (GRU Cobrança), bem como gerar os relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais citados no parágrafo anterior. Além disto, permitirá evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Ressalte-se, inclusive, que no dia 23 de outubro de 2014, às 10hs, foi realizada videoconferência nas dependências da CGU em Brasília, onde foi apresentado o SNNCI (Módulos Cadastro e Cobrança), a qual contou com a participação das representações da CGU nos Estados, sendo franqueado após a apresentação o envio de perguntas, as quais foram prontamente respondidas pelos representantes do INCRA.

Crédito Antigo - Lei 13.001/2014

Foram realizadas durante o período de fevereiro a dezembro de 2014, 16 Oficinas-Pólo nas SR-01/BL; SR-02/CE; SR-03/PE; SR-05/BA; SR-06/MG; SR-08/SP; SR-09/PR; SR-11/RS; SR-12/MA; SR-13/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-27/MBA; SR-28/DFE; SR-30/ STA; SEDE e estas contaram inclusive com a participação de servidores de outras Regionais que não sediaram Oficinas.

As Oficinas - Pólo tiveram os seguintes objetivos:

- a) aplicar/desenvolver aprimorar uma metodologia visando o saneamento simplificado dos Processos Individuais (PI), extraindo dados e informações dos Processos de Concessão (PC) do Crédito Instalação, para identificar os beneficiários que foram remetidos pela MP636/2013 e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida
- b) cadastrar os beneficiários das diversas modalidades do Crédito Instalação, no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação - SNCCI;
- c) orientar sobre os procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP; e
- d) capacitar os técnicos das Regionais que trabalham com a concessão do Crédito Instalação sobre os trabalhos objeto da Oficina, bem como torná-los multiplicadores, assegurando assim a continuidade/realização do trabalho nas Superintendências. Observamos que os beneficiários remetidos e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida, que neste caso (renegociação), deverão aguardar a publicação de Decreto que regulamentará a MP/Nº 636/13).

As Oficinas-Pólo das SR-05/BA; SR-06/MG; SR-12/MA; SR(13)/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-30/ STA e SEDE contaram também com a participação de representantes da Diretoria de Gestão Administrativa que prestaram orientações quanto aos procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP.

Via Memorando Circular/DD/Nº 237/2014 foram prestadas orientações quanto aos procedimentos a serem adotados pelas Superintendências Regionais, visando os saneamentos dos processos individuais, cadastramentos no Sistema SNCCI, gerar relação de remitidos e de baixa contábil, dentre outros.

Importante ressaltar que no decorrer da realização das Oficinas o Sistema SNCCI disponibilizou funcionalidade para gerar relação de remitidos e de baixa contábil.

Crédito Novo - Decreto 8.256/2014:

Com o intuito de ampliar as ações de qualificação para a concessão dos novos Créditos Instalação, via SNCCI, o INCRA com apoio do MDA - SECEX e DPMTR realizou em 2015 Oficinas Regionais de Capacitação de servidores do INCRA que atuam na área de crédito.

O processo de capacitação envolveu também servidores das demais áreas com interface com o crédito, como Ates e CCU, visando o entendimento mais profundo dos atuais instrumentos de concessão. Também participaram das oficinas técnicos que atuam no SIPRA, já que este Sistema contém a base de dados que permite exportar informações cadastrais para o SNCCI, além de ser fonte de consulta para atender exigências legais dispostas no Decreto n. 8.256/2014, para a concessão dos novos Créditos Instalação.

Foram realizadas 15 (quinze) oficinas, contemplando todas as regiões do país, com a participação de técnicos do Incra, das prestadoras de Ates e representantes dos movimentos sociais, totalizando 458 participantes, 28 Superintendências Regionais e 13.919 cadastros de beneficiários, nas modalidades Fomento Mulher e Apoio Inicial I, enviados para o Banco do Brasil.

O módulo Concessão do Crédito Novo do SNCCI foi homologado em agosto de 2014 e as primeiras remessas de arquivos de cadastro e de crédito para o Banco do Brasil foram realizadas pelo INCRA Sede. Somente em 2015 o módulo foi disponibilizado para os usuários nas Superintendências Regionais. Entretanto, evoluções continuaram sendo implementadas, algumas indispensáveis para o aprimoramento do Sistema.

No exercício de 2015 foram emitidos 28.553 cartões da modalidade Apoio Inicial I e 23.647, da modalidade Fomento Mulher. Foram concedidas 10.218 operações do Apoio Inicial I, totalizando R\$ 24.523.200,00 e 6.948 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 20.844.000,00.

1. Saneamento processual, conforme Memorando DA/DD/PFE 378/2013 (crédito antigo):

- 1.1 Verificação de todos os créditos concedidos aos assentados (contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento pelo beneficiário);
- 1.2 Emissão de informação declaratória e juntada aos autos do Processo Individual do beneficiário;
- 1.3 Cadastramento de todos os créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (em andamento e finalizados);
- 1.4 Conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência que está disponível no menu RELATÓRIOS GERENCIAIS.

1.5 Após digitação, conferência e ajuste, se necessário, deve-se encerrar o cadastro de créditos recebidos pelo beneficiário por meio da funcionalidade Encerrar Cadastro de Modalidades do Crédito Antigo.

2. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação foi inclusa conjuntamente com os valores do título atentamos o seguinte:

O SNCCI já está apto ao registro de créditos cuja cobrança tenha sido inclusa nos títulos.

2.1.1 Se todos os créditos foram inclusos no título e todas as parcelas foram devidamente pagas (ainda que não cadastradas no SNCCI), não há que se falar em cobrança ou remissão, pois houve a liquidação dos débitos pelo beneficiário. Entretanto, o cadastro no SNCCI deve ser feito para fins de registro e verificação pelos Órgãos de Controle. Além disto, o sistema permite que sejam anexados documentos no registro do crédito cuja a cobrança foi inclusa no título.

2.1.2 Independentemente de qualquer modalidade de crédito ter sido inclusa ou não no valor do título, todos os créditos concedidos devem ser cadastrados no SNCCI, para fins de confirmação, se o valor total originalmente recebido pelo beneficiário, não ultrapassa o montante de R\$ 10.000,00, conforme dispõe o art. 3º da MP nº 636/2013.

3. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação não foi inclusa conjuntamente com os valores do título ou cuja parcela ainda não foi titulada, deve-se observar o seguinte:

3.1 Seguir o disposto no item 1. Saneamento processual anteriormente descrito;

3.2 Sendo verificado que o beneficiário tem direito à remissão de sua dívida, o sistema disponibiliza relatório contendo a relação dos créditos remetidos.

3.3 Na hipótese do beneficiário não ter direito à remissão, ou ainda quando os créditos não estão sujeitos à remissão, será disponibilizado futuramente funcionalidade no SNCCI visando a renegociação dos débitos, cuja previsão para implementação depende da edição de decreto regulamentador.

4. Remissão das dívidas

4.1 As hipóteses de remissão estão definidas no caput do art. 3º, Parágrafo 1º da MP nº 636/2013:

"Art. 3º Ficam remetidos os créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária com fundamento no inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 1964, e no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 1993, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

§ 1º Os créditos previstos neste artigo excluem os das modalidades de que trata o § 1º do art. 1º e incluem todos aqueles realizados ao amparo do Programa de Crédito Implantação e Crédito de Instalação às famílias assentadas, sob as modalidades de:

I - Crédito para Apoio;

II - Apoio Inicial;

III - Alimentação;

IV - Insumos;

V - Apoio à Instalação;

VI - Apoio Mulher;

VII - Fomento;

VIII - Adicional Fomento;
 IX - Crédito Emergencial;
 X - Semi-Árido;
 XI - Adicional de Semi-Árido;
 XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e
 XIII - Crédito Ambiental."

5. Renegociação (parcelamento ou quitação integral) das dívidas

5.1. Na hipótese da soma dos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 3º da MP nº 636/2013 ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00, deve ser observado o disposto no Parágrafo 2º A 6º e respectivos incisos, do art. 3º da referida MP:

"§ 2º Os créditos de instalação cuja soma dos valores originalmente concedidos seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação, observadas as seguintes condições:

- liquidação: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e do desconto de valor fixo; e

II-renegociação: na forma definida no regulamento, inclusive com a concessão de bônus de adimplência.

§ 3º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, quando se tratar de créditos coletivos ou grupais, os valores serão apurados pelo resultado da divisão do valor originalmente concedido pelo número de pessoas beneficiadas com o crédito.

§ 4º A opção pela liquidação ou pela renegociação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos e não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 5º A remissão de que trata este artigo não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 6º O regulamento estabelecerá termos, condições, bônus de adimplência, prazos e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo."

5.2 Os valores relativos aos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 1º da MP nº 636/2013, não estão sujeitos à remissão, portanto, deverão ser pagos na forma dos Parágrafos 2º a 8º e regulamentação complementar a ser editada posteriormente pela autoridade competente.

"Art. 1º Os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, efetivados por meio de crédito de instalação de que trata o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de assistência financeira de que trata o inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º O disposto neste artigo alcança as seguintes modalidades de créditos concedidas pelo INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural:

I - Crédito de Habitação;

II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e

III - Crédito Recuperação - Material de Construção.

§ 2º Os valores concedidos, descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano desde a data da concessão até a data da formalização.

§ 3º Para efeito de enquadramento dos créditos nas condições de pagamento do PNHR, será considerado exclusivamente o valor contratado, atualizado na forma do § 2º, conforme as faixas estabelecidas em ato do Poder Executivo federal, não sendo aplicáveis os limites e faixas de renda de que trata o § 3º do art. 13 da Lei nº 11.977, de 2009.

§ 4º A adesão ao benefício para liquidação de que trata o caput implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos relativos aos valores apurados nos termos deste artigo.

§ 5º A gestão dos créditos de que trata o caput permanecerá sob responsabilidade do INCRA, que poderá contratar instituição financeira federal para a sua operacionalização.

§ 6º As condições de liquidação de que trata este artigo aplicam-se ao herdeiro legítimo, desde que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 7º As condições de pagamento previstas no caput beneficiarão o ocupante atual do lote de reforma agrária, no caso de substituição de beneficiário na forma estabelecida em regulamento, após a devida exclusão do candidato desligado do programa.

§ 8º O regulamento a que se refere o caput estabelecerá termos, condições, prazos, rebates para liquidação.

6. Sobre os Saldos:

No exercício de 2015, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 270.638.970,42, representando uma redução de R\$ 65.762.936,54 em relação ao saldo inicial do referido ano que era de R\$ 336.401.906,96. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

Devido as mudanças trazidas pela nova legislação, entendemos, salvo melhor juízo, que não cabe mais apontar saldo vencido de créditos antigos, já que o normativo dá aos assentados nova condição, sendo fundamental darmos prosseguimento os procedimentos de remissão, para destacarmos a parcela passível de pagamento, mediante procedimentos de liquidação ou renegociação, os quais somente serão possíveis de realizar após a regulamentação da Lei 13.001/2014.

7. Sobre o tratamento da inadimplência:

Conforme previsão do Art. 5º da MP 636, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, às obrigações não regularizadas decorrentes de créditos de instalação (antigo) concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, sem prejuízo de outras

sanções definidas em regulamento. Desta forma, após os procedimentos de remissão, liquidação e renegociação previsto no marco legal, os beneficiários que não forem remetidos e que não aderirem aos procedimentos necessários terão os encaminhamentos dados conforme disposto acima.

Em relação aos créditos novos, as primeiras parcelas venceram em janeiro/2016. Portanto, não temos por enquanto como falar em quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980, bem como em quantidades de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.

8. Sobre a evidenciação contábil:

A partir da edição da MP 636/2013 não é possível até o momento realizar a qualificação do crédito antigo quanto as perspectivas de efetivo recebimento, assim como ações decorrentes desta atividade, pelos motivos já descritos anteriormente. Em relação ao crédito novo, os primeiros recebimentos ocorreram em Janeiro/2016, cuja arrecadação foi feita por meio da emissão de GRU Cobrança emitida pelo SNCCI.

Por fim, considerando que segundo estimativas preliminares, boa parte do saldo da conta de empréstimos concedidos (crédito antigo) será baixada decorrente da remissão e/ou recolhimento dos saldos e ainda que somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do SNCCI será possível iniciar o processo de cobrança dos créditos não remíveis, não é possível, ao menos por enquanto, estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos.

6.3.2 Créditos a receber de parceiros

A conta 121219808 - Créditos a receber em parcelas/lotes registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2015 o saldo final da conta era R\$ 453.931.127,07.

Encontra-se sobre a Coordenação da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF a condução da discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de assentamentos, visto que há uma previsão que a titulação de assentamentos também fique sob gestão a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária.

Sem um sistema que registre todos os dados dos títulos concedidos e valores devidos/pagos pelos parceiros, não é possível emitir um posicionamento adequando no que tange as questões financeiras (cobrança, inadimplência e etc), portanto, de averiguação na variação de saldo. As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação, estão sendo mediadas pela DF e Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET. Este sistema será desenvolvido em módulos e a proposta é que se façam pequenos submódulos que sejam operacionais em vez de criar de uma vez só um grande sistema. Como a lei 13.001/2014 ainda não foi regulamentada, e a IN 80 está em processo de revisão, optou-se por iniciar o desenvolvimento do sistema pelo módulo Quilombola.

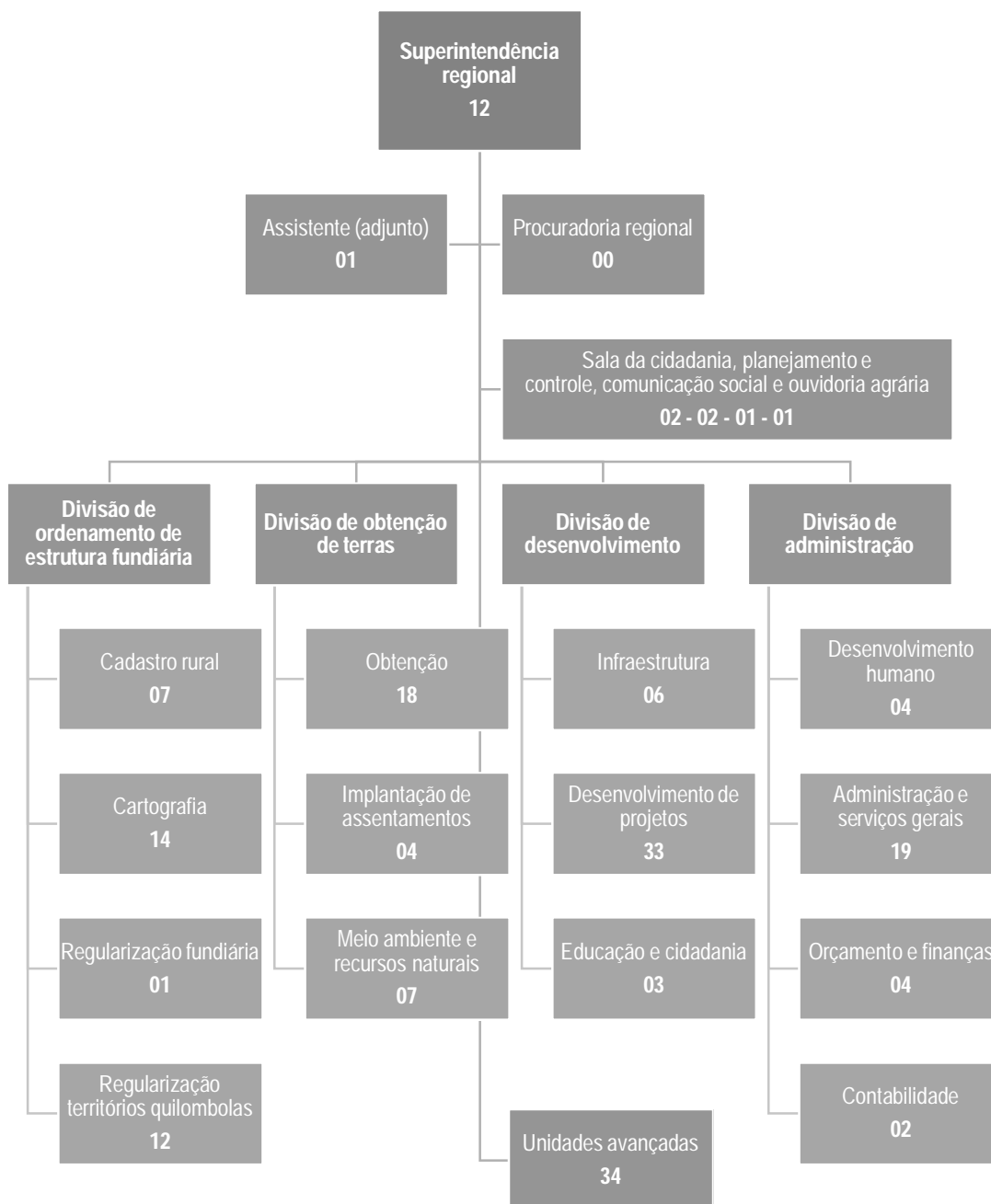
Como mero executor, não há envolvimento direto desta Regional no tratamento desta questão.

7- Áreas especiais da gestão

Sugere-se que este item não ultrapasse 3 páginas.

7.1- Gestão de pessoas

7.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

A Superintendência Regional do INCRA no Estado da Bahia, conta hoje com um quadro funcional composto de 192 servidores ativos, distribuídos conforme organograma acima, nos seguintes setores: Gabinete, Divisão de Ordenamento Fundiário, Divisão de Obtenção, Divisão de Desenvolvimento, Divisão de Administração e em duas Unidades Avançadas (Oeste e Sul),.

A Unidade Avançada do Extremo Sul da Bahia, localizada no Município de Itabuna é composta por um corpo funcional de 20 (vinte) servidores, o que corresponde aproximadamente ao percentual de 10,4% do total de servidores ativos.

A Unidade Avançada do Oeste, localizada no Município de Bom Jesus da Lapa é composta por um corpo funcional de 14 (quatorze) servidores, correspondendo, aproximadamente, a um percentual de 7,3% do total de servidores ativos.

Persiste, portanto, conforme explicitado em relatórios de gestão anteriores, um quadro de servidores muito inferior ao indicado para atendimento das demandas da Regional .

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

As estratégias adotadas pelo gestor para manter a motivação dos servidores com a capacitação foi:

1. Realização de capacitações coletivas através de Seminários e Oficinas de trabalho, envolvendo servidores do Incra e de outras entidades que executam ações afins;
2. Divulgação constante da Educação a Distancia, como ferramenta de qualificação e requalificação do servidor desta autarquia;
3. Desenvolvimento de parcerias com outras instituições renomadas;
4. Desenvolvimento de curso *in company*;
5. Atenuação de cursos presenciais, incompatíveis com as atividades funcionais do servidor;
6. Incentivo ao desenvolvimento de multiplicadores.

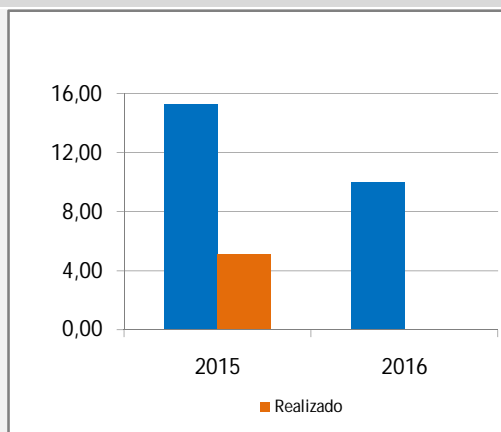
Considerando o que foi mencionado anteriormente, a promoção das ações de capacitação oferecidas por esta superintendência, procurou vincular o planejamento estratégico institucional ao planejamento tático e operacional, objetivando potencializar o desenvolvimento do conhecimento, individuais e coletivos, bem como o desenvolvimento integral e valorização da qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho.

Foram realizados seis Seminários/Simpósios, envolvendo 88 servidores, quatro capacitações técnicas, contemplando sete servidores, cinco servidores em cursos de pós-graduação (Mestrado/Doutorado, em Universidades Públicas), duas solicitações para pós-graduação em análise.

Indicadores relacionados

Índice de abrangência de capacitação

Gráfico



Análise

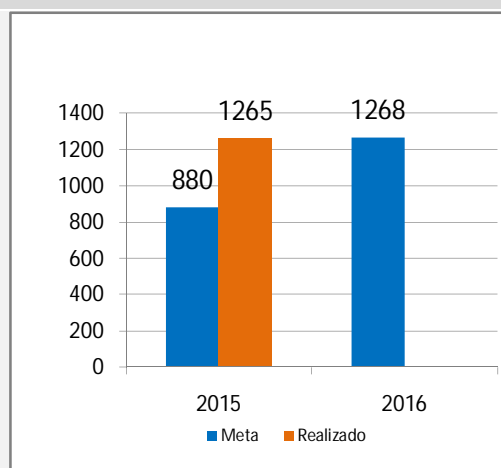
Para efeito de análise deste indicador, foram consideradas apenas as capacitações técnicas e de pós-graduação.

Apesar das metas a realizar em 2015 abranger 15% do corpo funcional do órgão, foi realizado apenas o percentual de 5%, tendo em vista que os recursos disponibilizados foram insuficientes para prospectar todas as demandas estabelecidas.

Para cumprimento das metas **a realizar em 2016**, optaremos pela divulgação de cursos a distancia, preferencialmente, gratuitos, tendo em vista que o recurso a ser disponibilizado será insuficiente para o alcance das metas estabelecidas nesse exercício.

Índice de horas de capacitação

Gráfico



Análise

Para efeito de análise deste indicador, foram consideradas apenas as horas de capacitações técnicas e de pós-graduação.

Embora a abrangência de capacitação não tenha sido atingida, a carga horária foi bastante significativa, em função das capacitações terem tido caráter de longa duração.

Exatamente por este motivo, nossa expectativa é de manutenção de um perfil de capacitação com carga horária elevada e conseqüente alcance de meta.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

| Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU | | | |
|---|------------|---|--|
| Deliberação | Nº do item | Descrição sucinta do item da deliberação | Providências adotadas / Ações implementadas |
| Acórdão 557/2004 – TCU- Plenário | 9.2.6 | Inclusão dos imóveis desapropriados em Balanço Patrimonial. | Aguardando capacitação e orientações da Sede do Incra. |

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

| Quadro da situação de atendimento das demandas daCGU | | | |
|--|------------|--|---|
| Deliberação | Nº do item | Descrição sucinta do item da deliberação | Providências adotadas / Ações implementadas |
| <u>Relatório CGU 201412893</u> | 1.1.1.1 | Instar o Incra Sede para a necessidade de participação das Superintendências na definição das metas institucionais incluídas no planejamento estratégico, e sobre a necessidade da inclusão de indicadores de desempenho relativos às atividades exercidas pelos servidores do Comitê Regional de Certificação (análises de requerimentos no âmbito do Sigef) e do Serviço de Cadastro Rural (atualizações de cadastro de imóveis rurais). | |
| <u>Relatório CGU 201412893</u> | 1.1.1.2 | <p>a) Promover a capacitação dos servidores membros do Comitê Regional de Certificação na SR-05, visando o nivelamento de informações acerca das normas envolvidas no processo de análise de requerimentos através do Sigef, em especial o Manual para Gestão da Certificação de Imóveis Rurais do Incra.</p> <p>b) Instaurar procedimento que contemple a supervisão sobre as atividades exercidas pelos membros do Comitê Regional de Certificação na SR-05.</p> | <p>Foi promovido encontro nacional dos Comitês Regionais com o Comitê Nacional de Certificação, atas anexas, cujo objetivo foi discutir e ajustar as rotinas e promover a capacitação dos servidores para operarem o SIGEF. Dentre outras questões suscitadas, a necessidade de uma ferramenta de supervisão no SIGEF foi bastante discutida, restando formalizada a demanda à fábrica de software do Incra a criação de um módulo de gestão. Serão disponibilizados também relatórios gerenciais mensais, nos quais o INCRA/SEDE informará às SRs as atividades desenvolvidas por cada analista.</p> <p>O Manual para Gestão da Certificação de Imóveis Rurais do Incra sofrerá uma revisão mas para suprir algumas lacunas e orientar situações que não foram inicialmente previstas pelo novo sistema, são expedidos Memorandos da Sede.</p> |

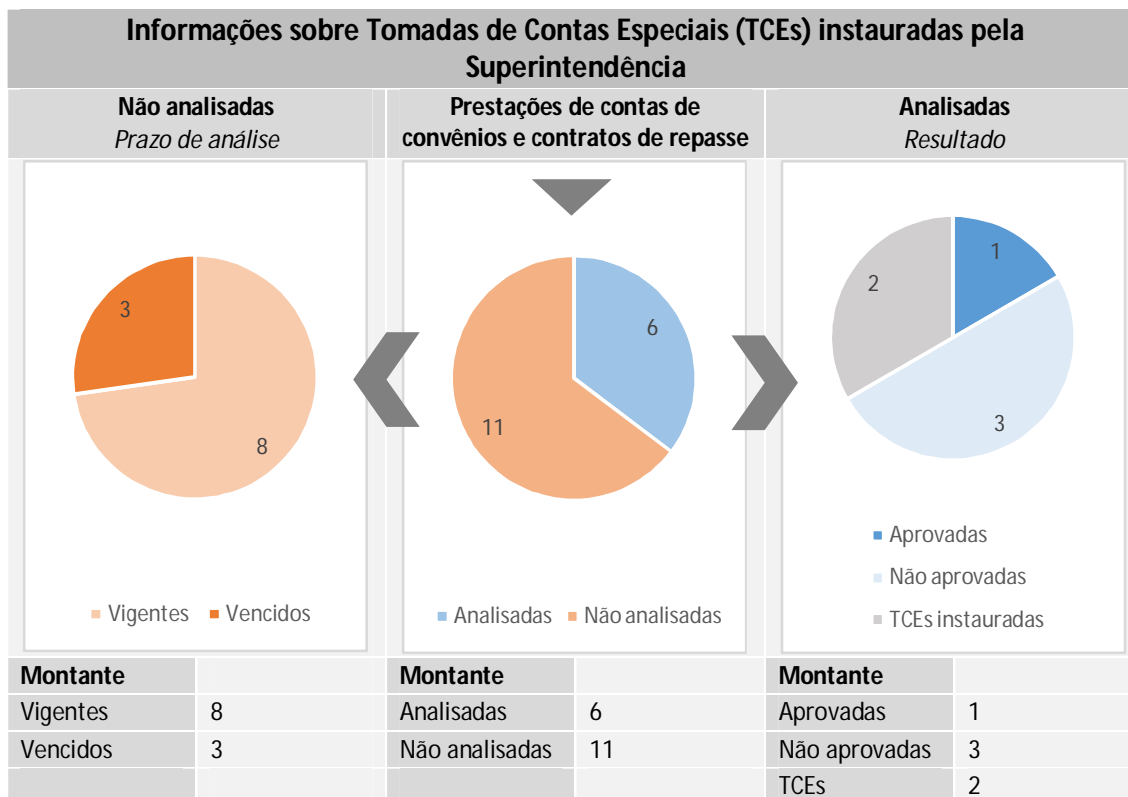
| | | | |
|---|----------------|---|---|
| <p><u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201412893</u></p> | <p>1.1.1.3</p> | <p>Instar o Incra Sede para a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controle, no processo de análise dos requerimentos que são da alçada colegiada do Comitê Regional de Certificação no Sigef, uma vez que os membros deste Comitê conseguem deliberar, individualmente, nessas situações.</p> | <p>De fato, conforme já pontuado na manifestação desta Autarquia, as decisões de alçada colegiada previstas na norma não são plenamente exequíveis, considerando a realidade das rotinas de trabalho nas SRs. Em atenção a esta inafastável condição fática, conforme já referimos, serão revistas as hipóteses de decisão de alçada colegiada previstas no Manual para Gestão da Certificação. A orientação tem sido no sentido de legitimar as decisões individuais dos analistas, conforme verifica-se no Memo Circular 03/2015/DF/INCRA, anexo.</p> <p>O analista individualmente faz juízo quanto ao prosseguimento dos requerimentos, considerando as informações prestadas pelo requerente.</p> <p>Aguarda-se também a complementação das funcionalidades de desmembramento e remembramento.</p> |
| <p><u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201412893</u></p> | <p>1.1.1.4</p> | <p>Apresentar providências com fins de suprir a carência de servidores alocados no Serviço de Cadastro Rural, nas atividades de análise de requerimentos de atualização do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).</p> | <p>A SR-05, considerando a necessidade de enfrentar o problema supra mencionado, construiu uma estratégia que prevê três ações mais imediatas, a saber:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Contratação de colaboradores eventuais (recursos já descentralizados) 2- Notificar os proprietários para complementar as informações requeridas pelo novo SNCR. 3- Criação de uma força tarefa com as Unidades Municipais de Cadastro visando o aumento dos acordos de cooperação com as prefeituras para instalação de Salas da Cidadania que, no estado da Bahia, conta com 105 unidades, estimando-se a implantação de um total de 120 Salas da Cidadania até o fim do ano. <p>Informamos que já não há processos físicos de certificação de imóveis na sistemática anterior à vigência do Sigef, sem que já tenham sido analisados.</p> <p>A meta é concluir a análise das demandas anteriores ao novo SNCR até o final de 2015.</p> |
| <p><u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201412893</u></p> | <p>1.1.1.5</p> | <p>Implantar sistema de banco de dados, visando o controle do estoque de requerimentos de atualização cadastral, salientando que deverá haver um controle de retirada dos volumes contemplando, minimamente: (a) a data de retirada do volume para o início da análise; (b) a data de entrada na SR-05 do requerimento; (c) o nome do servidor que retirou o volume; (d) na retirada de processos fora da ordem, os motivos que deram causa à excepcionalidade (decisão judicial, prioridades, etc.); e (e) a data do fim da análise.</p> | <p>A SR-05, conforme sustentado na manifestação acima transcrita, concluiu Banco de Dados eletrônico para acompanhamento e gestão das análises das informações, aperfeiçoando o controle do estoque de requerimentos de atualização cadastral. Assim, suprimindo a necessidade de controle, o Banco de Dados foi implantado sendo uma ferramenta criada e desenvolvida na Superintendência Regional da Bahia, visando exatamente o controle do fluxo dos requerimentos.</p> <p>Conforme combinado em reunião, segue o anexo "mapa dp.odp", com os slides das telas</p> |

| | | | |
|--|---------|---|---|
| | | | que compõe o sistema. |
| <u>Relatório CGU 201412893</u> | 1.1.1.6 | Criar rotina visando a execução de atividades de controle (conferências segundo critérios razoáveis) sobre as atualizações cadastrais decorrentes de acordos de Cooperação Técnica firmados com o Incra, no âmbito da SR-05. A rotina deve ser considerada quanto à exequibilidade (que seja de execução possível, dentro dos recursos disponíveis), a periodicidade (de quanto em quanto tempo se fará), a abrangência da atividade (o escopo), a razoabilidade e a integração com os objetivos gerais, quer seja, garantir a atualização cadastral de acordo com as normas aplicáveis. | Existe um Plano de Supervisão, segue anexo, visando controle das atividades das Salas da Cidadania e das UMC, entretanto, a execução desse plano depende de disponibilização de recursos e pessoal. Em 2014, conforme meta estabelecida no Plano de Trabalho de Ações -2013/2014 foram supervisionadas as condições de trabalho das UMCs em diversos municípios, assim, por amostragem, a SR-05 possui um diagnóstico e faz o acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos de cooperação técnica. Segue anexo, Relatório de Supervisão das UMCs. |
| <u>Relatório CGU 201412893</u> | 1.1.1.7 | a) Instar o INCRA-Sede, informando a constatação, para que se elabore as normas internas, tal como um Regimento Interno, que disciplinem a sua rotina de funcionamento dos Comitês Regionais de Certificação (CRC). b) Enquanto o Incra Sede não elabore as normas internas que disciplinem a rotina de funcionamento dos Comitês Regionais de Certificação, à SR-05 cabe elaborar orientações determinando minimamente: (a) o rito e a periodicidade das reuniões; (b) o quórum mínimo para votação; (c) o quórum de votação nas deliberações; (d) a periodicidade das reuniões deliberativas; e (e) a forma de emissão das deliberações. Previamente, orienta-se que a SR-05 promova contatos com a Sede e com outras Superintendências, como forma de alinhar os entendimentos. | O encontro nacional entre os Comitês Regionais e o Comitê Nacional de Credenciamento e Certificação, apontou na direção de retirar decisões da alçada colegiada dos Comitês Regionais e legitimar as decisões individuais dos analistas nos processos de Certificação. As razões para esta orientação visam aperfeiçoar o processo de análise dos requerimentos encaminhados aos comitês regionais, garantindo assim mais agilidade nos trâmites vinculados as ações de certificação. O Comitê Nacional de Certificação já está providenciando as alterações sugeridas nos encontros com os comitês regionais e deve publicar as alterações nos manuais técnicos ainda em 2015. Portanto, seguindo as novas diretrizes para análise dos requerimentos do SIGEF pactuadas pelo Comitê Nacional de Certificação, a atual dinâmica dos procedimentos vinculada à certificação de imóveis rurais no âmbito dos comitês regionais, torna desnecessária a decisão colegiada para análise dos requerimentos de cancelamento e desmembramento cabendo ao próprio analista esta decisão. Sendo assim, as decisões colegiadas ficam a cargo do Comitê Nacional de Certificação e credenciamento, principalmente no tocante as sanções aplicadas aos profissionais credenciados ao INCRA. Vale ressaltar o comitê nacional possui regimento interno que atendem aos requisitos da recomendação 1.1.1.2 deste item. |
| <u>Relatório CGU 201411165</u> | 1.1.1.2 | Aprimorar o procedimento de validação das informações prestadas pelos beneficiários dos projetos de assentamento, evidenciando nos processos as consultas realizadas a outras fontes além do SIPRA. | Ainda sem definição. |
| <u>Relatório CGU 201503797</u> | 1.1.1.1 | a) Efetuar cálculo das diferenças pagas nos valores dos contratos vigentes que foram impactados com a desoneração da folha de pagamento, com vistas à revisão dos respectivos valores; b) Em relação aos contratos encerrados, | Quanto aos procedimentos referentes à revisão dos contratos, objeto do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário (suspensão dos subitens 9.2 e 9.3), conforme excertos da Portaria-TCU nº 35, de 5 de fevereiro de 2014, que trata do “Manual de Recursos” do Tribunal de Contas da |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | | <p>providenciar medidas administrativas ou judiciais para restituição dos valores pagos a maior;</p> <p>c) Apurar a responsabilidade pela ausência de medidas para obter o ressarcimento dos valores pagos a maior.</p> | <p>União, estes terão seus efeitos suspensos, de forma que impede a eficácia prática da decisão impugnada, ou seja, obsta seu cumprimento.</p> <p>No que diz respeito às repercussões da suspensão dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, a SLTI informa que não pode estabelecer novas orientações, enquanto não houver o julgamento final do mérito pela Corte de Contas.</p> <p>Quanto à revisão dos contratos vigentes que sofreram impactos com a desoneração da folha de pagamentos em atenção ao Relatório Preliminar de Auditoria Anual de Contas (exercício de 2014) nº201503797, estamos aguardando orientações, tanto da SLTI como da Diretoria de Gestão Administrativa, quanto a metodologia a ser usada em caso concreto para apuração de valores pagos a maior às empresas contratadas a fim de obter o ressarcimento.</p> |
|--|--|---|---|

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Sugere-se que este item não ultrapasse 1 página.



Análise:

Quando na Prestação de Contas dos instrumentos de repasse de recurso federal, esta regional procurou exercer, tempestivamente, a fiscalização prevista nas legislações específicas quanto à boa e regular aplicação das parcelas liberadas para execução do objeto pactuado nos instrumentos congêneres, mediante procedimentos de fiscalização locais realizadas periodicamente pela área técnica responsável e análise da prestação de contas financeira mediante conferência de relações de pagamentos, conciliação bancária da conta específica do convênio e documentos de liquidação das despesas realizadas.

No final do exercício de 2015, estavam registrados na Conta de INADIMPLÊNCIA EFETIVA 8 (oito) convênios que somavam um total de R\$ 5.610.006,09 (cinco milhões, seiscentos e dez mil, seis reais e nove centavos).

Deste total, durante o exercício, ocorreu a suspensão de INADIMPLÊNCIA de 1 (um) instrumento de repasse que totalizou R\$ 1.514.574,00 (um milhão, quinhentos e quatorze mil, quinhentos e setenta e quatro reais).

Verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas, omissão ou irregularidade no seu dever de apresentar formalmente sua prestação de Contas, esta Regional procura esgotar todas as tentativas para sanar pendências –

desde notificação formal ao responsável até sua inclusão no CADIN – ou solicitar o ressarcimento ao Erário.

a) Para a realização da fase interna da TCE, a SR formaliza uma comissão composta por servidores para fazer o levantamento da irregularidade, quantificar o dano e identificar o responsável.

b) as medidas administrativas adotadas por esta SR a fim de se evitar dano ao erário durante a vigência dos instrumentos de repasse se configuram em notificações e reuniões com os responsáveis pelas Convenientes além de, em últimas circunstâncias, classificação da entidade responsável como INADIMPLENTE junto ao SIAFI/CONTRANSE.

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Observa-se que a ordem cronológica é instituto previsto em Lei e que vincula a Administração Pública a efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem para pagamento.

O referido art. 5º consagra o dever de a Administração liquidar suas dívidas segundo essa ordem. Ou seja, é inquestionável que a Administração tem que cumprir os prazos e satisfazer as dívidas segundo as regras previstas em Lei ou no contrato.

No entanto, as receitas recebidas pelas Superintendências Regionais são provenientes de descentralização realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Sede, situado em Brasília/DF, de tal modo que esta Autarquia não dispõe de discricionariedade sobre o prazo para pagamento, em virtude da não regularidade e falta de tempestividade no repasse de recursos pelo Governo Federal.

9- Anexos e apêndices

9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

| Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados | | Valores | | | | |
|--|---|---------|---|---|---|---|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1 | Ambiente de controle | | | | | |
| 1.1 | A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | X | |
| 1.2 | Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | X | | | |
| 1.3 | A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | X | | | |
| 1.4 | Existe código formalizado de ética ou de conduta. | X | | | | |
| 1.5 | Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | X | |
| 1.6 | Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | X | | | |
| 1.7 | As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | X |
| 1.8 | Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | | | X |
| 1.9 | Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | X | | | |
| 2 | Avaliação de risco | | | | | |
| 2.1 | Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | X |
| 2.2 | Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | X | | | |
| 2.3 | É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | X | | | | |
| 2.4 | É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | X | | | | |
| 2.5 | A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | X | | | | |
| 2.6 | Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | X | | | | |
| 2.7 | Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | X | | |
| 2.8 | Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 2.9 | Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | X | |
| 3 | Procedimentos de controle | | | | | |
| 3.1 | Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os | X | | | | |

| Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados | | Valores | | | | |
|--|--|---------|---|---|---|---|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | | |
| 3.2 | As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | X | | | |
| 3.3 | As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | X | | |
| 3.4 | As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | X | | | |
| 4 | Informação e comunicação | | | | | |
| 4.1 | A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | X | |
| 4.2 | As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | X | |
| 4.3 | A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | X | |
| 4.4 | A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | X | |
| 4.5 | A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | X | |
| 5 | Monitoramento | | | | | |
| 5.1 | O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | X | |
| 5.2 | O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | X | | | |
| 5.3 | O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | X | | | |
| | Legenda dos valores | | | | | |
| | 1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ. | | | | | |
| | 2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ. | | | | | |
| | 3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. | | | | | |
| | 4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ. | | | | | |
| | 5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ. | | | | | |

O Item 4.2.3 deste Relatório faz uma análise desta avaliação.

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

| Serviço | Demanda | Qtde. atendida | Em análise | Prazo médio de atendimento | Custo |
|-------------|---------|----------------|------------|----------------------------|-------|
| Denúncia | 50 | 37 | 13 | 30 dias | X |
| Atendimento | 95 | 65 | 25 | 20 dias | X |
| Sugestão | 35 | 25 | 10 | X | X |
| Audiência | 25 | 25 | X | X | X |
| Declaração | 60 | 43 | 17 | X | X |

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

A memória de cálculo dos indicadores pode ser acessada pelo endereço eletrônico <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9579>